



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0264/15	DATA: 09/04/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 10h03min	TÉRMINO: 17h43min	PÁGINAS: 193

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOÃO VACCARI NETO - Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento do Sr. João Vaccari Neto, Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores.

OBSERVAÇÕES

Houve tumulto no plenário.
Houve exibição de imagens.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções fora do microfone ininteligíveis.
Há expressões e intervenções ininteligíveis.
Há falha na gravação.
A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados ao superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS, com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e o afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil; e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 9ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Leitura da ata. Leitura da ata. Leitura da ata.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Solicito ao 1º Vice-Presidente, Deputado Antonio Imbassahy, que proceda à leitura da ata.

É lido o seguinte:

“Ata da 9ª Reunião Ordinária

Realizada em 07 de abril de 2015

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia sete de abril de dois mil e quinze, no Plenário 9, do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de



propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África (CPI — PETROBRAS), criada pelo Ato da Presidência de 05 de fevereiro de 2015 (Requerimento de Instituição de CPI nº 3, de 2015, do Deputado Carlos Sampaio e outros). Compareceram os Deputados Hugo Motta - Presidente; Antonio Imbassahy e Félix Mendonça Júnior - Vice-Presidentes; Luiz Sérgio - Relator; Altineu Côrtes, André Moura, Arnaldo Faria de Sá e Bruno Covas - Sub-Relator; Augusto Coutinho, Celso Pansera, Eliziane Gama, Ezequiel Fonseca, Fernando Monteiro, Ivan Valente, João Carlos Bacelar, Júlio Delgado, Leônidas Cristino, Onyx Lorenzoni, Otavio Leite, Rodrigo Martins, Silas Câmara e Valmir Prascidelli - Titulares; Adilton Sachetti, Aelton Freitas, Beto Rosado, Carlos Marun, Darcísio Perondi, Delegado Waldir, Edmilson Rodrigues, Efraim Filho, Eros Biondini, Izalci, Jorge Solla, José Rocha, Lelo Coimbra, Leo de Brito, Moses Rodrigues, Ricardo Barros, Valtenir Pereira e Weverton Rocha — Suplentes. Compareceu também a Deputada Raquel Muniz, como não membro. Compareceram, mas não fizeram o registro biométrico, os Deputados Kaio Maniçoba e Maria do Rosário. Não compareceram os Deputados Afonso Florence, Aluisio Mendes, Edio Lopes e Paulo Magalhães. ABERTURA: Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e informou aos Senhores Parlamentares que foi distribuída cópia da Ata da 8ª reunião, realizada no dia 31 de março



de 2015 e, sendo assim, indagou se havia necessidade de sua leitura. O Deputado Leo de Brito solicitou a leitura da Ata com base no art. 114, inciso III do Regimento Interno. Após a leitura da Ata, pelo Deputado Antonio Imbassahy, o Presidente colocou em discussão a Ata. Não havendo quem quisesse discuti-la, foi colocada em votação. Aprovada a Ata. Os Deputados Leo de Brito e Luiz Sérgio levantaram Questão de Ordem sobre o calendário de oitivas anunciado, na última Reunião, pelo Deputado Antonio Imbassahy. O Presidente respondeu não haver nenhum embasamento na Questão de Ordem, pois o Presidente tem a prerrogativa de determinar a pauta das Reuniões. Em seguida, esclareceu que o Deputado Antonio Imbassahy, que presidia a reunião, decidiu de ofício inverter a ordem das oitivas e marcar o depoimento do senhor João Vaccari Neto para o dia nove de abril. O Presidente informou que tal decisão é regimental, mantendo a agenda anunciada pelo Deputado Antonio Imbassahy. Em seguida, o Deputado Otavio Leite solicitou definição de data para a visita técnica da Comissão ao COMPERJ. O Presidente informou que convocaria Reunião administrativa com o Relator e Sub-Relatores para decidir o quanto antes a data da visita. O Deputado Ivan Valente questionou a condução dos trabalhos e solicitou a convocação de Reunião extraordinária para votação de requerimentos. O Deputado Leo de Brito questionou o tratamento desrespeitoso dispensado a alguns depoentes por membros da Comissão. A Deputada Eliziane Gama solicitou informações sobre a contratação da empresa Kroll. O Deputado Celso Pansera sugeriu visita técnica da Comissão à Curitiba para ouvir depoimentos. O



Presidente acatou a sugestão do Deputado Celso Pansera, desde que haja acordo das Lideranças. A Deputada Maria do Rosário solicitou resposta ao questionamento do Deputado Ivan Valente para votação de requerimentos. Os Deputados Edmilson Rodrigues e Augusto Coutinho questionaram o Ato da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados que proíbe a oitiva de pessoas detidas nas dependências da Câmara. O Presidente afirmou que, enquanto o Ato estiver vigirido, será cumprido. EXPEDIENTE: O Presidente comunicou aos senhores Deputados o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício do Deputado Weverton Rocha, justificando ausência nos trabalhos desta CPI no dia 26 de março de 2015, devido a sua participação em audiência pública, na cidade de Imperatriz, Maranhão, sobre obra de duplicação e adequação na BR-010; Ofício número 26, de 30 de março de 2015, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, com informações de produção de petróleo e gás natural, processamento de petróleo e produção de derivados referente ao período 2004-2015, registrando que não dispõem de projeções atualizadas para a área de produção e refino para os próximos dez anos. Enviado em resposta ao Ofício 46/2015 desta Comissão, conforme Requerimento 248/2015, dos deputados Felix Mendonça Júnior e Weverton Rocha, aprovado em 05 de março de 2015. Informou à Comissão a lista de Consultores e Assessores à disposição desta CPI: CPI - Geral: Álvaro Gustavo Castello Parucker - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, da Área XII (doze) - Recursos Minerais, Hidricos e Energéticos; Marcello Artur Manzan Guimarães - Consultor Legislativo da Câmara dos



Deputados, da Área XXII (vinte e dois) - Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Constitucional e Procedimentos Investigatórios Parlamentares; Márcia Maria Bianchi Prates - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, da Área XXII (vinte e dois) - Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Constitucional e Procedimentos Investigatórios Parlamentares; Paulo Roberto Ossami Haraguchi - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, da Área VIII (oito) - Administração Pública. Auditores Federais de Controle Externo do Tribunal de Contas da União — TCU: Antônio Ricardo Pires dos Santos - Gestão de Informação Estratégica do TCU; João Batista Ferreira Júnior - Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural E Mineração do TCU. Cenin - CD (servidores técnicos): Bruno Mendonça de Oliveira; Fernando Henrique dos Santos e Silva. Controladoria-Geral da União — CGU: Antônio Carlos Romeiro Messias da Costa - Analista de Finanças e Controle da CGU. Relatoria (Deputado Luiz Sérgio — PT/RJ): Paulo César Ribeiro Lima - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, da Área XII (doze) - Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, coordenador; Carlos Antônio Mendes Ribeiro Lessa - Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; Valter Pereira Porto Júnior - Assessor da Diretoria de Controles Internos do Banco do Brasil; Sub-Relatorias: - Consultores Legislativos da Câmara dos Deputados. 1ª Sub-Relatoria (Deputado Altineu Côrtes — PR/RJ): Álvaro Gustavo Castello Parucker; Francisco José Rocha de Sousa - Área XII (doze) - Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos: Márcia Maria Bianchi Prates; 2ª Sub-Relatoria (Deputado



Bruno Covas — PSDB/SP): César Costa Alves de Mattos - Área IX (nove) - Política e Planejamento Econômicos, Desenvolvimento Econômico, Economia Internacional; 3ª Sub-Relatoria (Deputado Arnaldo Faria de Sá — PTB/SP): Álvaro Gustavo Castello Parucker; 4ª Sub-Relatoria (Deputado André Moura — PSC/SE): Álvaro Gustavo Castello Parucker; Guilherme Jurema Falcão - Área VII (sete) - Sistema Financeiro, Direito Comercial, Econômico, Defesa do Consumidor; Milso Nunes Veloso de Andrade - Área VII (sete) - Sistema Financeiro, Direito Comercial, Econômico, Defesa do Consumidor; 5ª Sub-Relatoria (Deputado Valmir Prascidelli — PT/SP): Paulo César Ribeiro Lima. ORDEM DO DIA: Audiência Pública para oitiva do Senhor Hugo Repsold Júnior. O Presidente convidou o depoente a tomar assento à Mesa. Por se tratar de inquirição de testemunha, o Presidente solicitou ao depoente que prestasse juramento, conforme os artigos 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advertiu-o de que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal faria incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 deverão inscrever-se previamente junto à secretaria.” Após a exposição do depoente deu-se início ao debate. Primeiramente, o Presidente passou a palavra ao Relator para que ele fizesse suas indagações e em seguida aos Sub-Relatores Altineu Côrtes, Bruno Covas, Arnaldo Faria de Sá, André Moura e Valmir Prascidelli. Após, o Presidente passou a palavra aos membros inscritos: Izalci, Otavio Leite, Jorge Solla, Antonio Imbassahy, Eliziane Gama, Delegado Waldir, Celso Pansera e Leo de Brito. Após as inquirições, o Presidente passou a palavra ao Relator e então ao Sr. Hugo Repsold



Júnior, para que ele fizesse suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião às dezoito horas e trinta e nove minutos. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel Amaral Alvim de Paula, Secretário-Executivo da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Hugo Motta, e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. O arquivo de áudio correspondente passará a integrar o acervo documental desta reunião.”

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente, só para uma retificação de ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, na ata que foi lida agora pelo Deputado Antonio Imbassahy está a minha proposta de se fazer uma nova reunião para novas convocações. Eu peço a retificação da ata, porque não foi exatamente isso que eu propus. Logicamente, nós temos que fazer uma nova reunião. Mas eu estou pedindo é um redimensionamento do trabalho, do ritmo do trabalho, das prioridades de aprovação e de convocação de depoentes, para que a CPI tenha outra dinâmica.

Então, eu queria que isso fosse retificado na ata e fosse visto no áudio da própria CPI da reunião passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, V.Exa., como sempre, será inteiramente atendido por esta Presidência.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Só quero registrar rapidamente, para economizar o nosso tempo, que eu pretendia fazer uma questão de ordem...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Fique à vontade, Deputado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - ...e subscrever, se é que eu posso dizer assim, o procedimento solicitado pelo Deputado Ivan Valente.

Eu estava, nesse dia, nas MPs, fui substituído por um suplente e não pude compartilhar desse esforço que também o Deputado Leo de Brito registrou, de que nós possamos fazer um novo planejamento e garantir a vinda do Baiano, do Careca, do Meirelles, assim como foi garantida hoje a vinda do Vaccari.

Então, a expectativa nossa é de que possamos reestruturar os trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência não marcou reunião para tratar de reunião deliberativa porque não tínhamos reunião deliberativa prevista para esta semana. Então, devemos estar realizando na próxima semana uma reunião de trabalho, de que todos serão informados do local, data e hora, para que possamos debater sobre os próximos encaminhamentos de maneira muito tranquila e transparente.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a ata.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra a Deputada Eliziane Gama e, em seguida, V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu peguei aqui uma informação — e queria um retorno de V.Exa. — referente a um requerimento do Deputado Afonso Florence. Eu gostaria de ler na verdade esse requerimento do Deputado. Ele diz o seguinte:

“Nos termos regimentais, requeiro a V.Exa., ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que seja solicitada à Agência Nacional de Petróleo cópia,



inclusive por meio eletrônico, de toda a documentação relativa a quaisquer procedimentos de acompanhamento e/ou avaliação da construção de refinarias realizadas pela PETROBRAS.”

Qual a resposta que esta CPI recebe da ANP? No meu entendimento, numa resposta desrespeitosa a esta CPI, envia cópias de duas resoluções. Na verdade, ela envia cópia de resoluções que você pode baixar na Internet. Não há uma resposta ao ofício do Deputado Afonso Florence.

Quer saber de V.Exa. qual o procedimento que a CPI tomará em relação à ANP, inclusive com sanções, Sr. Presidente. Esta CPI não pode ser desmoralizada, esta CPI não pode ser desrespeitada. Quando eu vi o requerimento do Deputado Afonso Florence, eu imaginei inclusive aquele monte de caixas com aquele monte de documentos. De repente, vêm umas folhas aqui, quando poderíamos simplesmente ir na Internet baixar e obter essa informação.

Então, eu quero saber de V.Exa. qual a sanção e qual a medida que esta CPI tomará em relação a essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, eu entendo a indignação de V.Exa. Falava sobre isso há pouco com o Secretário-Geral da Comissão Parlamentar de Inquérito. O requerimento foi do Deputado Afonso Florence. Estamos aguardando essa análise do Deputado Afonso Florence, porque, como autor do requerimento...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas veio para a CPI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Claro que todos têm acesso. V.Exa. pode se indignar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É uma iniciativa dele, mas é em respeito a toda a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei agora a solução que acredito ser a mais prudente. Se o Deputado Afonso Florence já tiver feito a análise, pode aqui emitir a sua opinião. Se ainda não tiver feito, o que eu sugiro a S.Exa.? Que rerepresente o requerimento, para que possamos novamente aprová-lo. E S.Exa. especifica mais o escopo do seu requerimento.



E eu lhe garanto que, enquanto Presidente, tomarei as medidas necessárias para que as informações que esta CPI requisitar, não só à ANP, mas a qualquer outro órgão, o Parlamentar seja atendido integralmente. Esta é uma Comissão de investigação. E órgãos públicos não podem, de maneira alguma, deixar de emitir alguma informação que esta Comissão pedir.

Então, nós vamos tomar as providências necessárias. Se o Deputado Afonso Florence já puder emitir a opinião dizendo que não ficou satisfeito, eu posso de imediato encaminhar um ofício nosso, da Presidência, sem precisarmos novamente aprovar o requerimento, para atender àquilo que V.Exa. espera, que são as respostas rápidas e transparentes da ANP e dos demais órgãos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, só para esclarecer esse ponto, quero registrar a diligência com que o Secretário-Geral se dirigiu a este Parlamentar, para proceder às informações necessárias. E nós já instruímos a assessoria para reapresentar não o requerimento, porque foi aprovado, mas um instrumento legal adequado à ANP, para que ela venha suprir as informações não fornecidas. Consideramos que o requerimento foi aprovado e que é preciso um procedimento administrativo agora para reiterar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. foi atendido com a resposta da ANP?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não. Não fui atendido com o mérito, com o conteúdo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. nos autoriza a mandar um novo ofício para a ANP?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu já tinha solicitado isso ao Secretário-Geral. Estou considerando que é um procedimento administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu irei fazê-lo e disponibilizarei, assim que chegar, a resposta da ANP relativas a mais informações sobre esse requerimento.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Quero agradecer à Deputada, porque ela, acertadamente, está zelando para que as informações adequadas cheguem.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Jorge Solla tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, foi importante até a sua constatação da necessidade de as instituições prestarem os esclarecimentos necessários à CPI.

O que eu queria solicitar... Quando é externo, eu acho que merece um requerimento. Agora, não podemos admitir que a própria Câmara dos Deputados e o Senado venham a criar dificuldades para a apuração. Há uma denúncia feita hoje na *Folha de S.Paulo* sobre o lobista Fernando Soares, aquele que ainda não veio à CPI. Eu espero que ele venha aqui. E vou cobrar em todas as reuniões, Sr. Presidente, que o Fernando Soares seja ouvido nesta CPI. Não é possível que esta CPI se encerre sem ouvir o depoimento, a oitiva do lobista Fernando Soares. Ele esteve nesta Câmara pelo menos nove vezes. O sistema de identificação de visitantes da Câmara registrou a entrada dele aqui pelo menos nove vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu queria que V.Exa. concluísse a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu estou concluindo, Sr. Presidente. Por favor!

É importante dizer que, com relação a essas visitas, inclusive a *Folha* registra que solicitou informação com base na Lei de Acesso à Informação e que o Senado se negou a fornecer as informações, alegando que são sigilosas.

Segundo aquele depoimento do Paulo Roberto Costa, um dos delatores, o Fernando Soares era o operador do PMDB dentro da PETROBRAS. E demandados a Câmara e o Senado, as informações não foram prestadas. Então, eu queria esclarecimento, Sr. Presidente, se precisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós já pedimos...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Primeiro, respondendo...



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Por favor, Sr. Presidente, eu queria uma informação: se é preciso que façamos um requerimento à própria Câmara ou se a própria Presidência da CPI pode providenciar junto à Câmara e ao Senado que sejam levantadas todas as entradas do Fernando Soares, lobista do PMDB na PETROBRAS, que identifiquem quando veio, com quem se identificou, aonde ele foi, qual o gabinete. São informações importantes para esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Respondendo a V.Exa. com relação às informações, na primeira reunião deliberativa da CPI, nós aprovamos diversos requerimentos de pedidos de informação. E um desses requerimentos foi encaminhado ao Senado Federal, que é o detentor das informações das outras CPIs realizadas, uma CPI e uma CPMI. E essa documentação começa a chegar.

Realmente havia, dentro de todo esse escopo de documentações de que o Senado Federal detém o controle, documentos sigilosos. E foi necessário — o Relator sabe — o encaminhamento do número da OAB dos consultores da CPI e das Lideranças, para que essas informações pudessem ser acessadas. Então, essas informações começam a chegar.

V.Exa., como membro da CPI, terá acesso integral a todas essas informações. Só que esses requerimentos que pedem a microfilmagem das dependências da Câmara não podem ser endereçados a esta CPI, porque não compete à CPI essa área. V.Exa., como Parlamentar, pode requisitar, diante dessa denúncia, à própria Presidência da Câmara, para que essas imagens possam chegar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Pois não, Sr. Presidente. Eu vou entrar com requerimento solicitando à Câmara e ao Senado que encaminhem à CPI essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É um direito de V.Exa. Chegando à Presidência da CPI, daremos total transparência.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Altineu Côrtes tem a palavra. Em seguida, falarão a Deputada Maria do Rosário, o Deputado Celso Pansera e o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu queria, Deputado Altineu Côrtes, fazer aqui um breve apelo. Nós sabemos aqui já, vendo as outras reuniões de oitivas movimentadas como esta do dia de hoje, que as reuniões são muito extensas. Então, eu gostaria que pudéssemos evoluir para a oitiva marcada no dia de hoje.

O Brasil espera e esta CPI também, acredito eu, espera ouvir o Sr. João Vaccari. Enquanto ficarmos aqui deliberando sobre assuntos que podem ser tratados em outro momento, nós estamos aqui tardando a reunião e deixando de fazer aquilo que nos comprometemos a fazer na manhã de hoje.

Com a palavra V.Exa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, vamos dar celeridade, pois V.Exa. tem toda razão, mas essa é uma questão de respeito a esta CPI e é uma questão extremamente importante.

A ex-Presidente da PETROBRAS, Graça Foster, enviou um ofício a esta CPI ontem. E no ofício, ela responde a um questionamento da nossa parte. Aqui, sob juramento, quando a ex-Presidente esteve aqui, ela se comprometeu com esta CPI a responder a algumas perguntas técnicas que nós fizemos. Ela estava aqui sob juramento e comprometeu-se a responder a esta CPI.

Da minha parte, eu pessoalmente jamais tive suspeita de nenhum ato que desabonasse a Presidente Graça Foster. Com todo respeito, fiz as perguntas a ela. Ela assumiu o compromisso aqui, sob juramento. E ontem enviou um ofício — foi uma grande decepção para mim, pessoalmente — dizendo que não poderia responder aos nossos questionamentos, já que ela estava há 50 dias afastada da Presidência da PETROBRAS.

Isso, Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar a V.Exa., porque eu quero saber as providências que a CPI pode tomar sobre esse aspecto, porque ela veio aqui, prestou um juramento, assumiu um compromisso e não está respondendo aos nossos questionamentos absolutamente técnicos, para o melhor andamento da CPI.

Então, seria essa a nossa questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A CPI, infelizmente, nesse caso, Deputado Altineu Côrtes, fica limitada com a resposta dada pela ex-Presidente Graça Foster. E V.Exa., não se sentindo satisfeito com o depoimento, como Sub-Relator, pode requisitar a vinda da Sra. Graça Foster novamente, para responder aos seus questionamentos. É um direito que V.Exa. tem.

Eu, infelizmente, enquanto Presidente, fico limitado para atender V.Exa. nessa situação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada, Sr. Presidente. A minha questão de ordem reside no art. 36, que trata da possibilidade de a Comissão Parlamentar de Inquérito, observada a legislação específica, requisitar funcionários tanto da Câmara, quanto de outros Legislativos, quanto da administração pública direta ou indireta.

O Relator, Deputado Luiz Sérgio, solicitou, através do Requerimento nº 262, de 2015, a presença de três peritos da Polícia Federal, que nós acreditamos que são essenciais para o trabalho a ser realizado. Naquela oportunidade, V.Exa., como Presidente, avaliou que nós não precisávamos votar o requerimento, porque V.Exa. mesmo, como Presidente, enviaria de ofício a solicitação à Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E assim o fiz.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - E o fez. Nós temos certeza de que a solicitação foi encaminhada — e temos essa informação formalmente, já apresentada.

No entanto, a CPI não teve resposta. E nós precisamos, para o nosso trabalho, dessa integração com quadros técnicos com capacidade investigativa, particularmente com a perícia.

Veja, Sr. Presidente, V.Exa. mesmo encaminhou. Nós estamos aí contratando a Kroll. Nós estamos contratando. Como não dizer hoje, aqui em público, que é fundamental que a Polícia Federal libere, indique os seus peritos — e aqueles que foram solicitados pelo Relator, o Deputado Luiz Sérgio — para estar aqui conosco?



Isso é mais importante do que a Kroll, porque a Polícia Federal tem o *know-how*, conhece o Brasil, é do Brasil e está certamente favorável à PETROBRAS. E nós confiamos, sobretudo, na Polícia Federal.

Então, eu quero solicitar a V.Exa. que avalie a possibilidade da votação, na primeira reunião que tivermos, do Requerimento nº 262, para reforçarmos o seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós encaminhamos, Deputada Maria do Rosário, desde a primeira reunião, a solicitação — está aqui o ofício em minha mão, que farei chegar à mão de V.Exa. — no dia 10 de março. Infelizmente a Polícia Federal, até este momento, não encaminhou nenhum dos oficiais.

Inclusive nós sugerimos aqui três profissionais: um delegado, um papiloscopista e um agente da Polícia Federal, com os nomes inclusive de cada um. E ontem à noite o Diretor da Polícia Federal me telefonou dizendo que estava mandando hoje alguns currículos para que este Presidente pudesse avaliar e, a partir daí, ele pudesse mandar esses oficiais.

Então, nós estamos diligentemente cobrando, por meio da Secretaria da CPI. Este Presidente, sempre que possível, cobra dos funcionários da CPI que exijam da Polícia Federal uma resposta urgente.

Então, diante desse fato e dessa ligação de ontem do Delegado-Geral da Polícia Federal, nós vamos dar um prazo até segunda-feira. Em não sendo atendida a CPI, nós vamos não só aprovar esse requerimento, como também chamar aqui o Delegado-Geral da Polícia Federal, para ele explicar por que ainda não mandou os agentes da Polícia Federal para contribuírem com os trabalhos.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada, Sr. Presidente. Eu me sinto contemplada com o seu encaminhamento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu tenho uma questão, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, só uma dúvida: o Relator solicitou especificamente três profissionais, citando o os nomes. E a Polícia Federal mandou currículos, dizendo que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ainda não mandou.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mas ela disse que não vai ceder os que foram solicitados pela CPI? E não justificou isso?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ainda não mandou.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mas é importante que ela justifique por que não está cedendo aqueles que foram solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É porque nós ainda não estamos com os nomes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para não deixarmos às cavaleiras, deixamos claro que os oficiais são aqueles que foram solicitados.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É importante frisar por que não são aqueles que foram citados.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, ouvindo inclusive o colega, que é dos quadros da Polícia Federal, eu penso que a observação dele é bastante pertinente, porque a nossa solicitação é pontual, ela é legal, ela é regimental e constitucional. Portanto, a solicitação do Relator é destes nomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O prazo é até segunda-feira. Não sendo atendidos, nós iremos tomar uma posição mais drástica.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu reforçaria: são esses nomes inclusive, os nomes que foram solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os nomes que foram solicitados. Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera. Em seguida, falarão o Deputado Izalci, o Deputado Ivan Valente e o Relator, para que possamos evoluir.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, serei rápido. Só em resposta à fala do Deputado Jorge Solla, eu queria retomar aquela ideia do Requerimento nº 607, da bancada do PMDB, para nós o aprovarmos com urgência e organizarmos a ida da CPI para ouvir todos ou, se julgarem que não serão os 19, que sejam 5, 6, 7 ou 8, aqueles que a CPI julgar fundamental ouvir em Curitiba. Aí nós organizamos essa operação, vamos a Curitiba, escutamos as pessoas e, inclusive, o Fernando Baiano, e damos essa resposta que tanto estão exigindo.

Já que o PMDB não tem nada a temer em relação à investigação, nós fizemos um estudo. Esse requerimento abarca 56 outros requerimentos. E eu propus



que ele fosse aprovado em regime de urgência na sessão passada, o que a CPI não aprovou. Então eu quero retomar esse assunto, já que queremos resolver essa situação e essas ilações o tempo todo sendo proferidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Izalci. Para encerrar a discussão, o Deputado Ivan Valente falará em seguida.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só quero contribuir, porque o que percebemos em todas as reuniões de oitiva da CPI é que ficamos 2 horas discutindo temas que não têm nada a ver com o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Foi o que nós falamos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, eu queria pedir a V.Exa. que essas matérias, esses questionamentos fossem, a partir de agora, feitos no final, depois da audiência — aí vão discutir o que quiserem aqui —, porque tem perguntas que são feitas a V.Exa. que, se tivessem perguntado ao assessor, teria resolvido. Então, não dá para ficar aqui respondendo questionamento que está no Regimento, que são questões óbvias. Então, é só para agilizar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, quero apenas registrar que nós chegamos aqui a destacar a convocação do Srs. Fernando Soares, Jayme de Oliveira e Júlio Camargo. Eu peço que na próxima reunião a gente seja os primeiros a aprovar esses requerimentos.

E, uma segunda questão, não acho que a CPI tenha que se mudar para Curitiba. Está errado isso aí. Nós podemos ir lá investigar um ou outro, mas empreiteiros, doleiros, operadores e tal podem vir para cá. E pretendo colocar claramente no Plenário da Câmara que o Presidente da Casa, Eduardo Cunha, não pode utilizar novamente — não utilizou no caso Duque —, não deve utilizar o expediente de que preso não pode vir para cá para depor. O lugar da CPI fundamental é aqui. Ela pode fazer oitivas fora, mas não fundamentalmente. Nós não vamos transferir a CPI para Curitiba. A CPI é aqui, e nós queremos ouvir, primeiramente, na próxima reunião — está demorando demais para aprovar o requerimento — o Sr. Fernando Soares, que é um operador.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não foi nem aprovado o requerimento ainda, quanto mais a convocação. Então, são essas duas as questões que eu queria colocar.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, vamos começar o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Nós vamos dar seguimento ao expediente.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Ofício do Deputado Altineu Côrtes, Sub-Relator do Eixo 1, para investigação do superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil, encaminhando ofício da Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Governo do Distrito Federal, apresentando o Delegado de Polícia Civil Haendel Silva Fonseca para assessorá-lo na condição de Sub-Relator desta CPI.

Memorando da engenheira química Maria das Graças Silva Foster, comunicando que, em face do seu afastamento definitivo da administração de PETROBRAS, não detém as necessárias informações requeridas pelas 15 perguntas encaminhadas pelo Deputado Altineu Côrtes, na oitiva do dia 26 de março de 2015.

Ofício do Deputado Otavio Leite, encaminhando atestado médico referente aos dias 30 e 31 de março de 2015, onde se ausentou para tratamento odontológico, para justificativa de falta junto a esta CPI.

Aviso nº 336, de 2015, do TCU, registrando o recebimento do Ofício nº 112, de 2015, desta CPI, que encaminhou o requerimento nº 425, de 2015, de autoria do Deputado Altineu Côrtes, informando que o referido expediente foi autuado naquele Tribunal, tratado com prioridade, sendo o processo remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU, para a adoção das providências pertinentes.

Aviso nº 337, de 2015, do TCU, encaminhando cópia do Acórdão nº 662, de 2015, prolatado pelo Plenário daquele Tribunal, que trata da solicitação relativa ao Requerimento nº 204, de 2015, do Deputado Afonso Florence, solicitando cópia do relatório de consolidação da FISCOBRAS — 2014.



Informo as V.Exas. que, em atendimento ao pleito do Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, estará disponível, a partir da próxima quinta-feira, dia 16 de abril do corrente ano, sala localizada no 10º andar do Anexo IV para o desenvolvimento dos trabalhos das relatorias, com capacidade para acomodar o mínimo de 30 servidores.

Por oportuno, agradeço ao Presidente da Casa, Eduardo Cunha, pelo pronto atendimento da solicitação da Presidência desta CPI.

Comunico ainda que, para fins de registro de presença, conforme orientação emanada desta Presidência, foi enviado, no dia 7 de abril do corrente ano, relatório de presença com o nome de V.Exas. em reunião iniciada às 14h44min e terminada às 18h39min, para a tomada de depoimento do Sr. Hugo Repsold, ressaltando que ao Parlamentar que não registrar presença na Comissão será impossível a justificativa de faltas, pois não constarão do relatório de presença.

Ofício nº 8.754, de 2015, recebido na data hoje, encaminhado pelo Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, comunicando que deferiu o pedido de liminar nos autos do Habeas Corpus nº 127.538, *“para garantir ao paciente João Vaccari Neto o direito de ser assistido por advogado e de com este comunicar-se, não ser obrigado a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade, sem sofrer com isso qualquer medida privativa de liberdade; não se autoincriminar”*, além de solicitar informações sobre as alegações da petição inicial do *habeas corpus* anexa ao expediente.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à audiência pública para tomada de depoimento, com a presença do Sr. João Vaccari Neto, convocado pela aprovação dos Requerimentos nº 13, de 2015, dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas, Otavio Leite e Izalci; nº 64, de 2015, dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho; nº 116, de 2015, da Deputada da Eliziane Gama; nº 215, de 2015, do Deputado Júlio Delgado; e nº 384, de 2015, do Deputado Ivan Valente.

Após o exame do conteúdo dos requerimentos aprovados e em face do deferimento pelo Ministro Teori Zavascki do Habeas Corpus nº 127.438, esta Presidência informa que o depoente será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os seus direitos constitucionais, inclusive o de ser assistido por advogado e de com este comunicar-se; não ser obrigado a assinar o termo de



compromisso de dizer a verdade, sem sofrer com isso qualquer medida privativa de liberdade e de não se autoincriminar.

Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Convido o Sr. João Vaccari Neto a tomar assento à mesa.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em relação ao descontentamento do Deputado Altineu, eu pediria aqui... Porque, em sua resposta, a Sra. Graça Foster termina dizendo *“pelo exposto, recomendo que a sobredita relação de 15 perguntas seja encaminhada à PETROBRAS”*. Na minha visão, tem lógica, porque nós estávamos aqui, por exemplo, com o Deputado Marco Maia, que presidiu esta Casa. Se perguntarmos a ele quantos terceirizados a Casa tem, ele seguramente vai dizer que essa é uma pergunta que se deve dirigir à atual Direção da Casa. Só para a gente também não criar uma série de questões.

Então, a recomendação enquanto Relator é que as perguntas *“onde os terceirizados trabalham?”* Quer dizer, para quem está fora fica difícil... Então, eu acho que as perguntas...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Relator, ela não deveria ter assumido o compromisso sob juramento de responder às perguntas. E as perguntas que nós fizemos aqui são perguntas técnicas, absolutamente técnicas. Nós perguntamos, por exemplo, sobre o organograma de uma refinaria, para embasar o trabalho da CPI. A Presidente Graça Foster tem todo o meu respeito, mas ela faltou com respeito e com o compromisso assumido aqui na CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu faço uma ponderação pelo equilíbrio. Se o que se objetiva é ter a informação de um organograma, podemos pedir isso à atual Diretoria da PETROBRAS. O que eu estou apenas dizendo é que sabemos também como essas questões se dão, quer dizer, quem precisa falar pela realidade de quantos funcionários, onde estão, o organograma, na minha visão, é a atual Diretoria da PETROBRAS. Então, em muitas das perguntas, eu entendo que ela não faltou com respeito. E nós temos um caminho para não criar problema onde, a meu ver, não precisa ser criado.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O nosso interesse e o respeito pela ex-Presidente Graça Foster é total, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, a ex-Presidente Graça Foster está sendo zelosa. Ela não pode responder pela companhia nos dias atuais.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A CPI tem que ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esse assunto está vencido. Nós vamos evoluir para o depoimento do Sr. João Vaccari. Essa é uma situação que nós podemos tratar, Deputado Altineu, na reunião de trabalho. V.Exa. pode, como falei, requisitar novamente a vinda da Sra. Graça Foster. O Relator pode lhe auxiliar nessas respostas. E vamos fazer um esforço, para que a CPI possa funcionar. Não vamos ficar aqui discutindo questões que não contribuem em nada para a investigação.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, só uma informação...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Por favor, eu estou com a palavra.

Sr. Presidente, nos depoimentos anteriores, eu tenho percebido que as investigações têm sido muito prejudicadas. A maior parte das perguntas não está sendo respondida pelos autores ou está sendo respondida pela metade. Eu gostaria de sugerir a V.Exa. que designasse funcionário da Casa, da Secretaria, para auxiliar o advogado ou o autor na anotação das perguntas, porque nós precisamos das respostas completas de todas as perguntas feitas pelos Deputados, e eles têm se omitido nisso. Como que a gente vai apurar a verdade, se eles respondem a metade? Então, digam que não vão responder. Mas eu sugiro a V.Exa. que coloque servidores da Casa para anotar as perguntas ou auxiliá-los, porque eles não estão fazendo isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu peço a palavra para uma informação importante.



Nós aprovamos aqui a emissão da documentação que foi colhida na CPMI, e nela constava, por exemplo, a quebra do sigilo do Vaccari. Eu queria saber de V.Exa. se essas informações já foram solicitadas e enviadas à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós já fizemos o requerimento de todas essas informações. Estamos aguardando que elas possam chegar. Algumas informações já começaram a chegar. Assim que tivermos a resposta, pedirei para que o Secretário possa informar a V.Exa., Deputada Eliziane Gama.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Pareceu uma equipe de UFC, Presidente. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Questão de ordem, Sr. Presidente. A Polícia Legislativa está em greve? A Polícia Legislativa está em greve? Não está recebendo seu salário? Normalmente quem escolta as pessoas aqui são...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, isso é um desrespeito, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - São policiais legislativos.

(Tumulto no plenário.)

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - A polícia está ativa e operante aqui. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - V.Exa. deve suspender os trabalhos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, pela ordem, Presidente. Estão querendo transformar essa CPI num circo! Estão querendo transformar esta CPI num circo!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, isso é um absurdo.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Já não bastam as manobras que foram feitas, as manobras que foram feitas aqui! Isso é um circo! Estão querendo transformar esta CPI num circo. Isso é uma palhaçada, um desrespeito aos Deputados que estão aqui, um desrespeito a V.Exa.!

(Tumulto no plenário.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu solicito à segurança da Câmara que reestabeleça a ordem no plenário. Eu solicito à segurança da Câmara que reestabeleça a ordem no plenário, mantendo a ordem.

Eu solicito que a segurança restabeleça a ordem no plenário. *(Pausa.)*

Eu determino à Polícia Legislativa que identifique os responsáveis, para que possamos tomar as providências cabíveis, porque esse gesto de desrespeito nós não iremos admitir nas reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esta Presidência determina que sejam punidos aqueles que protagonizaram esse procedimento infeliz aqui, antes do início dos nossos trabalhos.

Peço a atenção dos senhores e das senhoras para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Chegou a nossas mãos o ofício encaminhando o Sr. Luiz Flávio Borges D'Urso como advogado do Sr. João Vaccari Neto para acompanhá-lo aqui na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, além dos advogados Ricardo Ribeiro Velloso e Luiz Flávio Filizzola D'Urso. São três advogados. E o Sr. Franklin Andrade Ribeiro de Souza.

O Sr. Ricardo Ribeiro Veloso, OAB/SP nº 182.637; Marjori Ferrari Alves, OAB/SP nº 243.279, Luiz Flávio Filizzola D'Urso, OAB/SP nº 302.600, e Franklin Andrade Ribeiro de Souza, OAB/SP nº 350.965. Eles irão acompanhar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito intitulada "CPI da PETROBRAS", em trâmite perante a Câmara dos Deputados, especificamente para compulsar os autos, fazer carga dos mesmos, providenciar cópias reprográficas ou escaneadas.

Eu já determinei, Deputado Leo de Brito, que a Polícia Legislativa tome todas as providências cabíveis para que possamos identificar quem protagonizou esse infeliz procedimento, para tomarmos as providências.

Nós iremos agora dar seguimento aos trabalhos da CPI. Eu quero deixar bem claro aqui, Deputado Afonso Florence, que nada nos impedirá de dar seguimento à reunião. Tivemos um procedimento infeliz, já estamos determinando que as providências sejam tomadas e, agora, nós vamos fazer aquilo que nós nos



propusemos a fazer na manhã de hoje. Nós iremos seguir com a oitiva do Sr. João Vaccari. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu sou membro da CPI e tenho direito a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu lhe darei a palavra, Deputado Jorge Solla, eu lhe darei a palavra, como já dei desde o início. Agora, nós não podemos aqui ser alvo de alguma obstrução que seja defendida por algum Parlamentar. O Sr. João Vaccari já está aqui. Darei a palavra a V.Exa. e não darei a palavra a mais nenhum Deputado e passarei ao Sr. João Vaccari, para que ele possa falar.

V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, obrigado. Infelizmente, eu tive que forçar a barra para conseguir ter o direito à palavra em questão de ordem.

(Manifestação no plenário.)

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Qual o problema? Qual o problema, se é por conta da inexperiência dele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não concederei mais nem 1 segundo a V.Exa. O cronômetro está contando.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, veja só, o que aconteceu aqui não pode passar em branco, não! O Deputado Delegado pediu a palavra, chamou a Polícia e deu a deixa para que um comparsa soltasse os ratos aqui.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - É isso aí.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Isso não pode passar despercebido, não! Isso tem que ficar registrado em ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu já determinei que isso seja investigado, Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu quero que isso seja registrado em ata.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - V.Exa. está fazendo uma acusação. Prove.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, estou solicitando que seja registrado em ata que o Deputado Delegado pediu a palavra, chamou a Polícia e deu a deixa para que um comparsa soltasse os ratos e quero saber se ele veio armado. Além do comparsa que ele trouxe, dos ratos dele, se ele também veio armado aqui. Tem que registrar em ata isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

As providências serão tomadas. Não iremos admitir esse tipo de procedimento na reunião da CPI e podem ficar absolutamente tranquilos que saberei, como Presidente, tomar as providências cabíveis.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu fui mencionado.

(Manifestação no plenário.)

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Não, chega, chega!

(Não identificado) - Ele tem direito. Ele foi mencionado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A acusação é grave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra. V.Exa. foi citado, é regimental.

(Não identificado) - Só não pode ser tratado aqui de comparsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, acabei de ser acusado de praticar um ato aqui. Quero que o Deputado prove isso, porque eu vou processá-lo. Eu não estou armado aqui. Estou armado com o meu coração e com a minha caneta. Gostaria de estar com algemas para prender bandidos aqui. Corruptos estão aqui dentro. Eu gostaria de estar com algemas aqui.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Bandido é você, rapaz! O bandido que tem aqui é você!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não estou, mas gostaria de estar. Lugar de bandido é na cadeia.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - O único bandido que tem aqui é você.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ele me acusou, ele prova. Eu sou um homem honrado. Diferentemente dele, que é bandido.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Pega a gravação para ver. Pode pegar a gravação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. João Vaccari, eu irei ler novamente um termo aqui da CPI. V.Exa. ainda não havia chegado à reunião, então, para que V.Exa. se faça ciente, vou lê-lo.

Após o exame do conteúdo dos requerimentos aprovados e, em face do deferimento, pelo Ministro Teori Zavascki, do Habeas Corpus nº 127.438, esta Presidência informa que o depoente será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os seus direitos constitucionais, inclusive o de ser assistido por advogado e de com este comunicar-se, de não ser obrigado a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade, sem sofrer com isso qualquer medida privativa de liberdade, e de não se autoincriminar.

Entretanto, informo a V. Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Concedo a palavra ao Sr. João Vaccari Neto, por até 20 minutos.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Bom dia a todos os Deputados e a todas as Deputadas aqui presentes. Eu quero cumprimentar o Deputado Hugo Motta, Presidente desta Comissão, pelos trabalhos que vem exercendo nesse último período. E vou fazer uma exposição, uma breve exposição. Mas antes quero cumprimentar todas as pessoas presentes aqui, os trabalhadores da imprensa. E vou fazer uma breve exposição, e depois, então, estarei à disposição dos Srs. Parlamentares para fazer os questionamentos. Alguém vai colocar o Power Point.

(Segue-se exibição de imagens.)

Isso é a abertura do dia de hoje. Eu sou João Vaccari Neto, Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores, eleito nos termos do estatuto social do partido em 20/02/2010 e reeleito em 19/02/2014. Aqui também eu trouxe as responsabilidades, conforme o Estatuto do PT, as responsabilidades pela arrecadação, do nosso art. 179, as instâncias de direção, e, em especial, as Secretarias de Finanças e Planejamento são as responsáveis pela organização de atividades ou campanha de arrecadação e pela criação de formas e mecanismos que ampliem a arrecadação financeira do partido. Nós temos uma formulação de



arrecadação no PT onde a Secretaria de Finanças é que organiza essa arrecadação para o Diretório Nacional. E também, mais uma vez, dizer a todos os presentes que compete à Justiça Eleitoral a fiscalização sobre a escrituração contábil e a prestação de contas dos partidos e das despesas de campanha eleitoral. Todos os anos, nós apresentamos as contas ao TSE e também apresentamos as contas de campanha eleitoral, que são duas prestações de contas distintas. Também vamos dizer quem pode doar. O recurso a ser utilizado pelo partido e nas campanhas eleitorais, que são duas prestações de contas distintas, poderão ser originários da seguinte forma: doações de pessoas físicas, doações de pessoas jurídicas, doações de outros candidatos, comitês financeiros ou partidos políticos, repasse dos recursos do fundo partidário e também receita decorrente da comercialização de bens ou da realização de eventos. Isso que compõe as receitas no caso nosso, do PT, conforme determina a legislação eleitoral. Também os limites de doação. As pessoas físicas podem doar aos partidos políticos até 10% da renda do ano anterior, da renda bruta do ano anterior, e as pessoas jurídicas, até 2% do faturamento bruto do ano anterior. E nós procuramos trabalhar...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, ele tem quanto tempo para essa palestra, porque...

O SR. JOÃO VACCARI NETO - E nós podemos...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É uma palestra.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - E nós procuramos, no PT, trabalhar com esse limite, mesmo nos anos não eleitorais, buscando sempre esse limite de não ultrapassar os 2% ou os 10% das pessoas físicas. O importante é que, em qualquer situação em que o partido receba doações, são realizadas através de transações bancárias, e esse deverá emitir recibo ao doador, com cópia para a contabilidade, a fim de servir de comprovante de lançamento de receita de doação e prestação de contas ao TSE. Ou seja, todas as doações que nós recebemos são através de transações bancárias, com a devida emissão dos recibos. Mais ainda, todas as doações recebidas pelo PT estão estritamente dentro da legislação vigente e são contabilizadas e declaradas à Justiça Eleitoral. Agora vou entrar aqui na exposição, que é o grande questionamento dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse é um trabalho que foi feito pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, que foi publicado no dia 29



de março, onde eles fazem um estudo através de dados do *Estadão*, que, dos 557 milhões que foram doados aos Diretórios Nacionais dos três principais partidos do País, entre 2007 e 2013, segundo as prestações de contas ao TSE, em média, 40% das doações a PT, PMDB e PSDB foram das empresas que são alvo da investigação da Lava-Jato. E aqui nós vamos ver que, da quantidade de financiamento privado que o PT recebeu, 41% veio das investigações das empresas da Lava-Jato, 42% do financiamento privado que o PSDB recebeu veio das empresas investigadas na Lava-Jato, e 35% dos recursos de financiamento privado do PMDB vieram das empresas investigadas pela Lava-Jato. Aqui tem os dados, este trabalho é do *O Estado S.Paulo*, só estou fazendo a demonstração dele. E mais do que isso, embora os partidos tenham características diferentes, formas diferentes de se organizarem, mas a equivalência de arrecadação se mantém. Acho que é importante frisar isso. Esse trabalho já ilustra de outra forma, são duas... a eleição de 2010, as contribuições que foram feitas nas contas eleitorais dos Diretórios Nacionais de cada partido, e, também de 2014, os recursos que foram à conta eleitoral da Direção Nacional de cada partido. Aqui nós vamos observar que em 2010 o total que as empresas investigadas pela Operação Lava-Jato doaram aos partidos foi de 135 milhões, sendo que o PMDB obteve 24% das suas receitas do conjunto dessas empresas, o PT obteve 23%, o PSDB obteve 20% do conjunto da receita que foram doados pelas empresas da Lava-Jato, e o PSB, 14%; os outros partidos todos tiveram menos de 10%. Então isso mostra que em 2010, mesmo com partidos diferentes, candidatos diferentes, políticas diferentes, não há... há uma equivalência na doação dos recursos dessas empresas. Em 2014, do total que as empresas doaram aos comitês nacionais na conta eleitoral, conforme a resolução do TSE, o PT obteve 25% da arrecadação das empresas investigadas na Operação Lava-Jato, o PSDB obteve 24%, e o PMDB obteve 21% das suas arrecadações nas empresas investigadas na Lava-Jato, e os outros partidos todos, menos de 10%. Isso demonstra que num outro período, numa outra situação, também se mantém a equivalência da distribuição dos recursos que essas empresas são doadoras. E por último, esse daqui é um gráfico que mostra, baseado em cima do trabalho do *O Estado S.Paulo*, mas pegando o período de 2010 e 2013, porque 2010 e 2013 é o período do qual eu sou Tesoureiro do PT, Secretário de Finanças do PT. Então nós



vamos observar que 64% dos recursos que foram para o PSDB não foram das empresas investigadas pela Lava-Jato, 57% dos recursos que foram ao PMDB não foram das empresas investigadas na Lava-Jato, e sim do conjunto das outras empresas que também doam, conforme a legislação em vigor. E por último — esse gráfico aqui está errado, aqui está errado. Aqui o número é 65% das empresas investigadas — aliás, das empresas não investigadas que doou ao PT; as empresas investigadas, 35%. Com isso... depois eu tenho que corrigir essa distorção, porque está com... Com isso, eu só quero demonstrar que houve de novo uma equivalência de doação das empresas investigadas e das empresas não investigadas, está certo? Então essa daqui era o... aqui nós não consideramos, para que fique claro, qualquer estudo sobre candidaturas de Presidente da República, Governadores, Deputados, Senadores, Deputados Estaduais, não consideramos, é só doações no caso aos partidos, o.k.? Então, com isso aqui, eu encerro a representação, apresentação, e me coloco à disposição dos Deputados para os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, primeiro, muito rapidamente, quero deixar aqui registrada a minha insatisfação com uma ação encomendada, porque ela depõe contra o Parlamento. O circo armado infelizmente mostra o nível em que nós nos encontramos. E talvez isso explique que, para aqueles que reclamam que a aprovação do Governo é muito baixa, a pesquisa mostra que a aceitação do Parlamento é ainda pior. E, a meu ver, é ainda pior, para não levarmos a sério um trabalho que a sociedade espera de todos nós. Apenas deixo registrado o meu descontentamento com o circo armado, porque ele depõe contra o Parlamento brasileiro. Isso é ruim, porque o Parlamento é um instrumento essencial à democracia, ao debate e a tudo aquilo que lutamos para construir.

Indo às perguntas — eu aqui preparei algumas —, há quanto tempo V.Sa. é filiado ao Partido dos Trabalhadores? V.Sa. foi filiado a outro partido antes? Que cargo ou funções ocupou dentro da estrutura partidária?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Relator, o único partido a que eu fui filiado é o Partido dos Trabalhadores. Eu não sei precisar qual é o tempo, mas, com certeza, há mais de 25 anos que eu sou filiado ao partido, até porque teve um



processo de refiliação. Eu não me recordo das datas, mas eu sou há mais de 25 anos filiado ao Partido dos Trabalhadores. Fui membro do Diretório Nacional, somente. E não exerci qualquer outro cargo dentro do partido que não Secretário Nacional de Finanças e Planejamento, desde 2010 até os dias de hoje.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Fora da estrutura do Partido dos Trabalhadores, que outros cargos ou funções ocupou em virtude de suas atividades partidárias? Poderia discriminar os períodos em que exerceu tais atividades?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não exerci nenhuma atividade fora da atividade que eu represento, que é a Secretaria Nacional de Finanças no partido... representando o Partido dos Trabalhadores. E fui membro, para dizer que não, do Diretório Nacional dos Trabalhadores. Só isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E como se deu a sua indicação para integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social? Representava algum segmento social?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Quando foi... o Presidente Lula se elegeu em 2003 e constituiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, eu fui convidado a participar porque, à época, eu era o Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e membro da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. poderia nos falar, em linhas gerais, sobre a sua atuação como Presidente da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo — BANCOOP?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu fui eleito, em primeiro passo, de forma interina, em função da morte de quase toda a diretoria da cooperativa num acidente de veículos. Aí eu fui... Isso ocorreu em novembro de 2004. Eu exerci de forma interina até fevereiro de 2005, do qual, na assembleia dos cooperados, fomos então eleitos como Presidente. E passamos a exercer o direito, o fato de ser Presidente, e também a buscar desenvolver todo o trabalho que precisava ser feito do ponto de vista da estruturação e, por consequência, reestruturação, em virtude das dificuldades que a cooperativa enfrentava. Fizemos todo o processo de reestruturação, sempre abrindo o debate com o conjunto dos cooperados.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E como foi a sua indicação para o Conselho de Administração de Itaipu Binacional? V.Sa. permaneceu no cargo até 22 de janeiro de 2015, é isso? Como se deu o seu afastamento do Conselho?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu fui indicado em janeiro de 2003, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao cargo do Conselho de Administração de Itaipu Binacional e fiquei até janeiro... Eu pedi demissão em novembro de 2014, e a publicação da demissão saiu em janeiro de 2015. E a remuneração... A última remuneração que eu recebi era 20.800 reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em 2002, V. Sa. foi eleito 2º Suplente de Senador pelo Estado de São Paulo. V.Sa. já disputou outros mandatos eletivos?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Em 2002, eu compus a chapa junto com Aloizio Mercadante. Eu fui 2º Suplente. Na época, eu era o Presidente do Sindicato dos Bancários, do qual eu me licenciei para poder participar das eleições, e não disputei nenhum outro cargo eleitoral. Nenhum outro cargo de disputa eleitoral eu disputei.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em 2010, V.Sa. foi responsável pelo Comitê Financeiro da candidatura à Presidência da República da Sra. Dilma Rousseff?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Em 2010, eu não fui responsável pela campanha, pelo Comitê Financeiro do Comitê Dilma Presidente. Em 2006... A partir de 2006, o PT dividiu, e o Secretário Nacional de Finanças do partido não é mais responsável pela campanha de finanças dos candidatos a Presidente da República. Isso aconteceu em 2006, aconteceu em 2010 e aconteceu neste ano, onde também foram representantes distintos: o Secretário de Finanças do partido é um, e o representante do Comitê Financeiro é outro.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, V.Sa. também não foi responsável pelo Comitê Financeiro da campanha a Presidente da República de Luiz Inácio Lula da Silva?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não fui. E mais, à época, eu não era nem o Secretário Nacional de Finanças do partido.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em quais eleições V.Sa. foi Secretário de Finanças e Planejamento do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores?



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu fui Secretário Nacional de Finanças do PT nas eleições do ano de 2010, que foi quando eu fui eleito Secretário de Finanças. Essa eleição, eu participei como Secretário Nacional de Planejamento do PT Nacional. Em 2012, quando teve eleições municipais, eu era o Secretário Nacional de Finanças do PT. Em 2014, eu também era o Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores, mas exerci somente a função de Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E que tarefa V.Sa. executava na função de Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - A Secretaria de Finanças do Partido dos Trabalhadores, pelo próprio nome, se divide em finanças e planejamento. Então, nós temos que fazer o planejamento das atividades de curto e médio prazo, ver quais são as perspectivas que nós vamos enfrentar, e a partir daí elaborar todo o processo da parte operacional, que é buscar e analisar qual a nossa capacidade financeira de enfrentamento. E nesse período, dadas as condições, nós buscamos captar recursos junto não só às pessoas jurídicas, mas também às pessoas físicas, para que a gente possa enfrentar a nossa capacidade. E, mais do que isso, nós também elaboramos — e no PT nós temos a tradição disso — a busca da captação de recursos dos nossos filiados. Temos... Agora mesmo, nós estamos planejando uma outra campanha na busca do recurso financeiro dos filiados e também dos simpatizantes.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Alguém mais é responsável por essa tarefa junto com V.Sa.?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - No Diretório Nacional, eu sou o responsável pelo Secretário de Finanças e Planejamento. Não há outro responsável que não eu.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E quais são as contribuições mais constantes e quais são as esporádicas contribuições que chegam ao Partido dos Trabalhadores?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - As contribuições, exceto os recursos do Fundo Partidário, que estes são perenes, e todos os partidos recebem, dada a sua representação, são as contribuições dos filiados. Os filiados fazem... Em toda a estrutura do PT, nós temos um sistema, que é o sistema de arrecadação



centralizado, que nós arrecadamos de forma uniforme para todo o PT e distribuimos parte dos recursos aos diretórios municipais e aos diretórios regionais. Esse sistema é um sistema que foi homologado, foi construído junto com o TSE. Então, é um sistema onde a gente põe as contribuições dos filiados e também as contribuições dos Parlamentares. Os Parlamentares também contribuem — há uma regra — e também é distribuído para todos os diretórios nacionais e estaduais, conforme regramento interno. E há um outro tipo de contribuição, que são as contribuições regidas pela legislação, que são as contribuições das pessoas físicas e das pessoas jurídicas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Além das contribuições das pessoas físicas e jurídicas, o partido tem alguma outra fonte de renda? Quais? Elas rendem para o partido?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Fora as contribuições de pessoas físicas e jurídicas, nós vamos ter a eventualidade de venda de materiais, os nossos broches, os nossos materiais de campanha de divulgação partidária. Nós fazemos, nos diretórios, a venda disso, que são contabilizados e registrados, conforme determina a lei, em todos...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o partido tem bens, carros, aviões, helicópteros?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - O nosso partido não tem imóveis. Os automóveis que nós temos são *leasing*; não temos aviões; temos, sim, materiais de escritório. É o que nós temos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Além das chamadas doações regulares, houve alguma doação feita no chamado caixa dois de campanha em alguma dessas eleições por alguma outra empresa ou por essas empresas?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Todas as doações que nós recebemos são escrituradas, são feitas via transações bancárias, e são prestadas as contas ao TSE. Esse tem sido o nosso procedimento desde que eu sou tesoureiro, em 2010.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o Procurador-Geral da República disse, em seu pedido de abertura de inquérito junto ao Supremo Tribunal Federal, que havia quatro formas de repasse de dinheiro, de propina, entre elas — abre aspas —: “A quarta forma, adotada” — estou-me referindo à quarta — “sobretudo



em épocas de campanhas eleitorais, era a realização de doações 'oficiais', devidamente declaradas, pelas construtoras ou empresas coligadas, diretamente para os políticos ou para o diretório nacional ou estadual do partido respectivo, as quais, em verdade, consistiam em propinas pagas e disfarçadas do seu real propósito". Está na pág. 14.

Isso realmente ocorria? Havia doações ilegais, mas disfarçadas de doações legais?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Durante todo o período que eu estou à frente da Secretaria Nacional de Finanças do Partido dos Trabalhadores, sempre que fiz visitas às empresas ou pessoas físicas que fizeram doação, essas doações foram feitas de forma voluntária, dentro da capacidade e da proposta que cada doador queira fazer, sem nenhum outro compromisso. Essa tem sido a nossa forma de fazer a arrecadação do Partido dos Trabalhadores. E mais: de toda essa arrecadação, é prestada conta ao TSE, e nós nunca tivemos qualquer problema com a receita.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Procurador-Geral da República pede a abertura de inquérito junto ao Supremo Tribunal Federal baseado em delações de algumas personalidades. V.Sa. conheceu o Sr. Paulo Roberto Costa? Em que situação? Tratou com ele assuntos referentes a contribuições de campanha? Quem apresentou os senhores?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu nunca tratei de assuntos de doações financeiras com o Sr. Paulo Roberto Costa e também nunca discuti qualquer tipo de assunto financeiro do PT com o Sr. Paulo Roberto Costa.

Eu estive com ele uma vez, num jantar, apresentado... Eu não me recordo. Eram umas 10 pessoas; eu não me recordo. Faz muitos anos isso. Por volta de 2010. Eu não me recordo, mas foi a única vez que eu estive com ele. Desde então, nunca mais eu tive qualquer contato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. Renato Duque? Em que situação? Tratou com ele de assuntos referentes a contribuições de campanha? Quem apresentou os senhores?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu conheci o Sr. Renato Duque numa atividade político-social, ou seja, num jantar. Fomos apresentados por... Eu não me lembro, não vou me recordar onde, mas eu o conheci... Mas eu nunca discuti com o



Sr. Renato Duque qualquer assunto de finanças do Partido dos Trabalhadores ou qualquer assunto que envolvesse finanças, porque nós sabíamos e sempre soubemos dos limites, que são as relações com as empresas públicas, que elas vedadas de contribuição, conforme a legislação em vigor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. conheceu o Sr. Pedro Barusco? Em que situação? Tratou com ele de assuntos referentes a contribuições de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu conheci o Sr. Pedro Barusco quando ele já estava aposentado. Quem me apresentou o Sr. Pedro Barusco foi o Sr. Renato Duque. Evidente que foi num jantar. Tivemos alguns poucos contatos. O Sr. Pedro Barusco nunca fez parte da minha intimidade. Tive contato com ele algumas vezes. E também nunca tratei com ele qualquer assunto sobre finanças do partido ou qualquer assunto sobre finanças. E todas as vezes que eu me encontrei com ele sempre havia mais pessoas, e sempre acompanhado, às vezes, do Sr. Renato Duque.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. Augusto Mendonça? Em que situação? Tratou com ele de assuntos referentes a contribuições de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu conheci o Sr. Augusto Mendonça quando ele fez uma visita ao Diretório Nacional do PT. Apresentou-se dizendo que queria fazer uma contribuição ao PT e perguntou como deveria proceder. Eu fiz o encaminhamento, fornecendo a conta bancária para ele e falei: *Ó, o senhor faça a doação. Assim que o senhor fizer a doação, nós vamos remeter os recibos equivalentes à doação que o senhor fizer. Tem que ser feito via transação bancária; não pode ser feito de outra forma*". Assim foi feito. Inclusive ele coloca isso na sua delação premiada e diz que esteve lá tradando desse assunto, e eu forneci os dados corretos para que fosse feita a doação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. Alberto Youssef? Em que situação? Tratou com ele de assuntos referentes a contribuições de campanha?



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu conheci o Sr. Alberto Youssef casualmente há muitos anos. Não tenho relacionamento com ele e também nunca tratei de assuntos financeiros do PT ou quaisquer outros assuntos com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu ou conhece o Sr. Eduardo Leite, da Camargo Corrêa? Em que situação? Tratou com ele de assunto referente a contribuições de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu conheci o Sr. Eduardo Leite nessas visitas institucionais na busca de captação de recursos, na busca de captação de recursos, e tratei com ele, nessas vezes em que eu estive com ele, sobre doações de recursos, considerando que o grupo econômico dele não vinha fazendo contribuições ao PT e era um grupo importante, doador para vários outros partidos. Nós tratamos desses assuntos, e ele me encaminhou, então, a quem de direito. E, daí para frente, nós tivemos uma pequena evolução na arrecadação desse grupo econômico.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu a Sra. Graça Foster? Em que situação? Tratou com ela de assunto referente a contribuição de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu nunca estive com a Sra. Graça Foster, em nenhuma situação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E nem tratou com ela de nenhum assunto referente a contribuição de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Nenhuma vez. Nem estive com ela. Nunca cumprimentei a ex-Presidente da PETROBRAS Graça Foster.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Relator, por favor! A pergunta anterior que V.Exa. fez, se ele conhecia quem e ele disse que fez uma visita?...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eduardo Leite.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eduardo Leite. Está o.k. Obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. José Sérgio Gabrielli? Em que situação? Tratou com ele de assuntos referentes a contribuição de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Durante... O José Sérgio Gabrielli é um militante histórico nosso, da Bahia, e, durante todo o período em que ele foi



Presidente da PETROBRAS, eu encontrei com ele uma vez, numa atividade política do partido, e jamais estive com ele na Presidência da PETROBRAS ou em qualquer lugar tratando de qualquer tipo de assunto, seja financeiro ou não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. Gerson Almada? Em que situação? Tratou com ele de assunto referente a contribuição de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - É usual, no exercício da função de Secretário Nacional de Finanças do Partido dos Trabalhadores, que a gente faça visitas às empresas na busca da captação de recursos para as atividades partidárias eleitorais. É nesse sentido que eu conheci o Sr. Gerson Almada. Conversamos com ele sobre as doações. Ele fez algumas doações. Desde então, nós não tivemos contato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. Guilherme Estrella, que foi diretor da PETROBRAS? Tratou com ele algumas vezes acerca de contribuição de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu nunca estive com o Sr. Guilherme Estrella.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. Ricardo Pessoa? Em que situação? Tratou com ele de assunto referente a contribuição de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Como eu disse anteriormente, é usual que o Secretário Nacional de Finanças faça visitas às empresas na busca de captação de recursos eleitorais ou partidários. Dentro dessa visão institucional foi que eu conheci o Sr. Ricardo Pessoa. Inclusive, ele é um contribuinte dos partidos políticos, inclusive do PT.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. Nestor Cerveró? Tratou com ele de assunto referente a contribuição de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não conheço o Sr. Nestor Cerveró.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. Fernando Soares, o Fernando Baiano? Em que situação? Tratou com ele de assuntos referentes a contribuição de campanha?



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu nunca tratei com o Sr. Fernando Soares de assuntos de campanhas ou de qualquer assunto. Fui apresentado a ele num dia, aqui no Aeroporto de Brasília, embarcando num voo, e tão somente isso. Nunca mais tive qualquer contato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. Jayme Careca? Em que situação? Tratou com ele de assunto referente a contribuição de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Nunca estive com o Sr. Jayme Careca. Não o conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O senhor conheceu ou conhece o Sr. Agenor Medeiros? Em que situação? Tratou com ele de assunto referente a contribuição de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Como eu já disse anteriormente, é usual que o Secretário Nacional de Finanças visite empresas e faça contatos na busca de captar recursos para atividades políticas e para atividades eleitorais. É dentro desse contexto que eu conheci o Sr. Agenor Medeiros, solicitando contribuição para campanhas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. Léo Pinheiro? Em que situação? Tratou com ele de assuntos referentes?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu conheci o Sr. Léo Pinheiro dentro da visão institucional de busca de recursos para eleições ou a manutenção partidária.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o Sr. Jorge Luiz Zelada? O senhor o conheceu ou tratou com ele de assuntos referentes a arrecadação de recursos para campanhas eleitorais?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu fui apresentado a ele uma vez. Nunca mais tive qualquer tipo de contato com o Sr. Jorge Luiz Zelada.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o Sr. Paulo Roberto Costa? V.Sa. o conheceu? Em que situação? Tratou com ele de assunto referente a contribuições de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu nunca tratei com o Sr. Paulo Roberto Costa de qualquer assunto referente a contribuições de campanha ou a finanças do PT. Eu o conheci também, como já disse anteriormente, num jantar com algumas pessoas. Depois disso, não tive outro contato.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. Júlio Faerman? Em que situação? Tratou com ele de assunto referente a contribuições de campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não o conheço. Como não o conheço, portanto, nunca tratei de assuntos de campanha ou de contribuições.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O senhor conheceu ou conhece o Sr. Carlos Rocha? Em que situação? Tratou também com ele?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não o conheço. Não sei quem é.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz, Presidente da empresa Sete Brasil? Se afirmativo, por favor, esclareça a época, a frequência, o local, as circunstâncias e o motivo do contato.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu conheci o Sr. Ferraz, o Sr. João Carlos Medeiros Ferraz, creio eu, nos idos de 2013, num jantar. Depois desse contato, também não tive qualquer outro tipo de contato com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. manteve algum contato com o Sr. Eduardo Musa, diretor de participação da empresa Sete Brasil?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não conheço o Sr. Eduardo Musa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO -Vamos a um tema...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Relator, V.Exa. perguntou duas vezes sobre o Paulo Roberto Costa. V.Exa. perguntou sobre o Alberto Youssef? Não anotei aqui. Se ele conhece o Alberto Youssef?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Perguntei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Perguntou?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E vou perguntar de novo.

O doleiro Alberto Youssef, em depoimento à Justiça Federal do Paraná, afirmou que mandou um funcionário entregar a V.Sa. 400 mil reais em dinheiro vivo na própria sede do Partido dos Trabalhadores, no centro de São Paulo, que esse recurso teria sido entregue na calçada. O dinheiro teria sido entregue por um funcionário da empresa Toshiba, para repassar a V.Sa. O que V.Sa. tem a dizer sobre este fato?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não tratei de assuntos financeiros do PT com o Sr. Alberto Youssef. Também não tratei sobre qualquer assunto financeiro com o Sr. Alberto Youssef, porque não tenho relacionamento com ele. E sobre esse



episódio que ele descreve, eu quero dizer aos senhores que os termos da declaração da sua delação premiada, no que se refere à minha pessoa, não são verdadeiros.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O advogado Carlos Alberto Pereira da Costa disse também, em depoimento, que fez uma transferência bancária no valor de 400 mil reais para a sua esposa. O mencionado advogado, que é apontado como laranja do doleiro Alberto Youssef, sustenta que elaborou um contrato mútuo, para justificar a transferência por meio do Centro de Reproduções das Américas – CRA, que seria gerenciado por ele mesmo. Ainda segundo o advogado, a operação teria sido determinada por Cláudio Mente, colaborador do CRA. Como V.Sa. justifica esse suposto empréstimo? Se é que ele existiu. Se é que V.Sa. vai confirmá-lo.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Esse empréstimo, que foi no período que eu comprei a casa em que eu moro hoje... Eu comprei a casa e coloquei à venda a casa que eu morava, e acreditava que ia dar tempo de eu vender a casa para liquidar esta. Aí, por dificuldades de venda do mercado, eu dei a entrada, paguei e não consegui vender o outro imóvel a tempo, e o vendedor da casa que eu havia comprado comprou outro imóvel e dependia desses recursos para fazer o pagamento do outro imóvel. Eu achei que seria muito ruim não fazer o pagamento ou pedir tempo para ele, em virtude de que ele também tinha outro compromisso. Procurei o meu amigo Cláudio Mente e solicitei a ele se ele tinha condições de fazer o empréstimo. Ele disse que havia. Então, eu solicitei a ele um empréstimo, onde fizemos um mútuo, no qual foi feita a transferência bancária para a conta da minha esposa. Mais à frente, eu vendi a casa que eu morava antigamente, recebi o dinheiro, transferi de volta o dinheiro para o Sr. Claudio Mente, também via transação bancária, e fiz as devidas declarações no meu imposto de renda. Não há qualquer irregularidade nesse processo. Foi um mútuo que foi feito no ano de 2009 e foi liquidado... Aliás, foi feito no ano de 2008 e liquidado no ano de 2009. Foi um, digamos assim, descasamento entre o período que eu havia que pagar e a ausência dos recursos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. teria como enviar a esta CPI cópia que comprova o pagamento desse empréstimo?



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Relator, as informações que eu tenho é que esses dados, essas transferências todas estão no relatório da Polícia Federal. Então, talvez seja mais rápido pedir o compartilhamento desses dados aos investigadores da Operação Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Solicitaremos.

V.Sa. frequentou ou visitou as empresas do Sr. Alberto Youssef? Em caso positivo, poderia dizer quais empresas, em que período e de que assunto tratou?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu estive uma única vez nas empresas, na empresa... Sei lá, porque era um conglomerado de empresas num lugar só. Depois é que a gente fica sabendo. Mas eu estive uma única vez, a qual ele me convidou. Eu fui, ele não estava, e eu fui embora. Foi uma visita, entre chegar, subir e descer, segundo também consta na investigação da Operação Lava-Jato, de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando estive no cargo de Secretário de Finanças e Planejamento... Não, vou tirar essa... V.Sa. conheceu ou conhece a empresa Labogen e a KFC Hidrossemeadura e suas relações com a empresa Camargo Corrêa?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não, eu nunca ouvi falar dessas empresas, exceto agora nesse período em que estão nos jornais.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu a empresa MO Consultoria, de propriedade do Sr. Alberto Youssef, que, segundo ele, utilizava para fazer repasse de recursos a políticos? E cita o Partido Progressista.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu nunca tive conhecimento dessas empresas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. já esteve na sede da empresa GFD, localizada na Avenida São Gabriel, 149, Sala 809, em São Paulo?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Nunca estive nesse endereço e nunca estive nessa empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. tem conhecimento de que o Sr. Alberto Youssef afirmou na sua delação que cabia à Diretoria de Serviços da PETROBRAS, à época chefiada pelo Sr. Renato Duque, fazer convite para as empresas designadas pelo suposto cartel contratarem com a PETROBRAS?



O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Relator, peço só para ajustar o microfone, porque, quando o senhor se vira, sai um pouco a voz e não está dando para ouvir o texto completo. O seu microfone, por gentileza.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O.k. Obrigado.

V.Sa. tem conhecimento de que Alberto Youssef afirmou que cabia à Diretoria de Serviços da PETROBRAS, à época chefiada pelo Sr. Renato Duque, fazer convite para as empresas designadas pelo suposto cartel contratarem a PETROBRAS e aí se relacionarem com os partidos?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Nunca tive essa informação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conhece o Sr. Carlos Pereira da Costa, procurador da empresa Devonshire, e tem relação com esse senhor?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não conheço o Sr. Carlos Pereira da Costa. Não o conheço. Não sei quem é.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. conheceu ou conhece os Srs. João Procópio, Mário Lúcio e Enivaldo Quadrado, supostos operadores do esquema junto à empresa GFD?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não conheço o Sr. Enivaldo Quadrado e nem o Sr. João Procópio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. tem ou teve conhecimento de alguma relação do Sr. Júlio Camargo com as empresas Mitsui Toyo e Pirelli? V.Sa. conheceu ou conhece o Sr. João Auler?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu conheço o Sr. Júlio Camargo. Como eu disse antes, na minha função de buscar recursos financeiros para atividade partidária e atividade eleitoral, mantive contato com o Sr. Júlio Camargo. Ele fez contribuições ao Partido dos Trabalhadores, embora na conta dos Deputados. Ele não fez contribuições na conta do Diretório Nacional. Fizemos solicitações a ele, e ele preferiu fazer então as doações aos Deputados e aos Senadores. E o outro qual era? Desculpa, o João Auler. O Sr. João Auler, ele era, aliás, é ainda, salvo engano da minha parte, o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa. Eu o conheci também do ponto de vista da ação institucional na busca de captação de recursos partidários ou eleitorais, sempre como contribuições legais e também que foram apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. conhece a empresa Jaraguá? V.Sa. sabe, ou tem conhecimento, da participação dessa empresa e o esquema de cartel ou similar junto à PETROBRAS? V.Sa. sabe se essa empresa foi responsável pela movimentação de recurso no exterior?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Em 2011 eu estive com executivos da Jaraguá — salvo 2011, 2012, não me recordo agora com exatidão —, estive também buscando a captação de recursos, conversando sobre a necessidade de fortalecimento da estrutura partidária. Fizemos, então, a visita. Foi uma visita positiva. E tão somente. E nunca tive qualquer outra notícia sobre essa indústria Jaraguá.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. conhece a empresa Galvão Engenharia? V.Sa. sabe ou tem conhecimento da participação dessa empresa em esquema de cartel ou similar junto à PETROBRAS? V.Sa. sabe que essa empresa foi responsável pela movimentação de recursos no exterior?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - É usual que o Secretário de Finanças do Partido dos Trabalhadores faça visitas institucionais às empresas na busca de recursos partidários ou eleitorais e, nesse sentido, estive na Galvão falando com o Presidente do, salvo equívoco, Conselho de Administração. E não tenho outra notícia sobre qualquer movimentação do exterior ou não. Sei, sim, que eles fizeram... são doadores não só ao PT, como também a outros partidos políticos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. tem ou já teve conta em algum banco no exterior?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não tenho conta em nenhum banco no exterior. Eu tenho apenas uma conta corrente e um cartão de crédito aqui, no Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sobre a delação do Sr. Barusco e a denúncia da Lava-Jato, uma parte da denúncia do Ministério Público Federal, na Ação Penal nº 5012331-04.2015.404.7000, embasada no termo de colaboração de Pedro José Barusco tem o seguinte teor:

"De outro lado, o réu Pedro Barusco mencionou que incumbia a João Vaccari tratar com os empreiteiros/operadores os pagamentos do percentual de vantagens ilícitas prometidas ao Partido dos



Trabalhadores, de pelo menos 0,5% a 1% do valor do contrato e aditivos. Mencionou, ainda, que, embora não soubesse exatamente a forma como João Vaccari fazia para operacionalizar tais recebimentos pelo PT, sabia que:

que Renato Duque tinha uma proximidade muito grande, um contato 'muito forte', com João Vaccari;

que Duque e Vaccari costumavam se encontrar no Hotel Windsor Copacabana, no Rio de Janeiro, e no Meliá da Alameda Santos, em São Paulo;

que nesses encontros também era falado sobre o pagamento de propinas (...)

À ocasião, Pedro Barusco revelou estimar que, de 2003 a 2013, o montante que João Vaccari teria recebido, em nome do Partido dos Trabalhadores, seria de aproximado 150 a 200 milhões de dólares.

Em depoimento prestado a esta CPI, Barusco afirmou, literalmente, não saber se o dinheiro efetivamente chegou nem como teria chegado às mãos de V.Sa."

Diz trecho do depoimento, em resposta a uma pergunta que fiz a ele:

"Eu também gostaria até de aproveitar para esclarecer um detalhe que tem saído muito na mídia de que eu acusei o PT de receber 200 milhões ou 150 milhões. Na realidade — eu estou aqui com o meu termo de acordo, o meu acordo aqui em mãos —, o que eu disse foi que eu estimava, eu estimava que, por eu ter recebido a quantia que está divulgada, como o PT, na divisão da propina, tinha, ou cabia a ele receber o dobro, ou um pouco mais, eu estimava que ele poderia ter recebido o dobro. Se eu recebi, por que os outros não teriam recebido, entendeu?(...) E olha: não sei como o



João Vaccari recebeu, se recebeu, se não recebeu, se foi doação oficial, se foi pago lá fora, se foi pago aqui dentro em dinheiro, eu não sei. Não, existia, vamos dizer, uma reserva de propina, uma reserva para o PT receber. Se ele recebeu e da forma que recebeu, eu não sei."

Considerando o teor dessas declarações ao Ministério Público Federal e a esta CPI, gravíssimas, porém contraditórias, pergunto: V.Sa. realmente recebeu, em nome do PT, para qualquer fim, esse valor declarado pelo delator?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Todas as nossas contribuições que recebemos de pessoas jurídicas e pessoas físicas são contabilizadas e são declaradas ao TSE. E todas elas são feitas através de transações bancárias, como já foi demonstrado. Portanto, não são verdadeiras essas afirmações do Sr. Pedro Barusco.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., em alguma ocasião, coordenou ou participou de reunião com o Sr. Pedro Barusco, para acertar, como ele relata, a forma de divisão de recursos financeiros com dirigentes da PETROBRAS?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Inicialmente, eu já respondi uma parte dessa pergunta, dizendo que, quando eu conheci o Sr. Pedro Barusco, ele já estava aposentado, e eu nunca tratei de assuntos de finanças do PT com o Sr. Pedro Barusco.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. comunga da tese, e também de uma certa contradição, se ele se apresentava como o gerente de todo o esquema, e, quando se referia à questão de pagamento, a afirmação é sempre: não sei se era por dentro, por fora, se recebeu, se não recebeu. V.Sa. aqui também concorda, ou discorda? O que tem a afirmar sobre esse vai e vem de alguém que diz que era o gerente da operação, mas que não sabe como os fatos se realizavam?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Relator, eu não mantive esse tipo de discussão com o Sr. Pedro Barusco. E as contribuições feitas ao Partido dos Trabalhadores são contribuições regulares, que estão registradas e que foram prestadas contas ao TSE. E quero acrescentar, ainda, que o Partido dos Trabalhadores não tem conta no exterior e eu também não tenho conta no exterior.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. já foi chamado a depor no inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Recebi a notícia pelos jornais, quando foram publicadas as decisões do Procurador-Geral e, desde então, nenhuma outra notícia foi encaminhada a mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. tem conhecimento do teor das acusações que constam nesse inquérito? O que tem a dizer sobre elas?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Esse inquérito que foi instalado no Supremo Tribunal Federal, no caso da minha pessoa, refere-se a formação de quadrilha. E os dados são os constantes da própria, do próprio, como é que é... da petição do Procurador-Geral da República, que é junto com cinquenta outras pessoas. E, das pessoas apresentadas, listadas, que estão comigo, conheço uma pessoa, no máximo. E também não procede essa acusação que é feita, da questão da formação de quadrilha.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Procurador-Geral da República é quem diz que o operador do Partido Progressista era inicialmente o Sr. José Janene, já falecido, então Líder do partido, e depois, em boa parte do período em que funcionou o esquema, era Alberto Youssef. O operador do Partido dos Trabalhadores era João Vaccari. O operador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro era Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano. V.Sa. tinha conhecimento... Ao tomar conhecimento dessas afirmações, o que tem a dizer sobre esse fato?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu sou o Secretário Nacional de Finanças do Partido dos Trabalhadores e é dentro dessa missão que eu busco captar recursos junto a pessoas físicas e jurídicas. Quanto às outras afirmações, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Procurador-Geral da República afirma que a Diretoria de Serviços, ocupada por Renato Duque entre 2003 e 2012, era uma indicação do PT. V.Sa. tem conhecimento dessa indicação ou de outras? V.Sa. participou da indicação de algum diretor da PETROBRAS?



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu fui eleito para ser Secretário Nacional de Finanças no ano de 2010, portanto não tenho conhecimento, não participei de qualquer indicação de diretores da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Um banco que aparece muito em toda essa história é o Banco Delta. Esse banco, já na Justiça dos Estados Unidos, foi condenado por lavagem de dinheiro de brasileiros e de colombianos ligados ao narcotráfico. A *Folha de São Paulo*, em 18 de janeiro de 2005, afirma que a força-tarefa especializada em lavagem de dinheiro instalada no Paraná e que deu origem ao grupo que investiga a Operação Lava-Jato analisou a quebra de sigilo de 165 contas da agência do Banco Delta em Nova Iorque. A *Folha*, em 19 de agosto de 2001, revela que o Banco Delta era usado por Nicolau Cassiano Santos Neto em transações de remessa de propina para contas na Suíça. A CPMI do BANESTADO recebeu documentos do Banco Delta da Promotoria Distrital de Nova Iorque, apreendidos por ações contra lavagem de dinheiro nos Estados Unidos. Esses documentos foram remetidos então ao Ministério Público e à Receita Federal. Diante disso, eu pergunto: conhece, ouviu falar ou manteve contato com operadores do Banco Delta ou do Grupo Alfa no Brasil?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Relator, nunca tive contato com o Banco Alfa e também nunca manteve qualquer tipo de contato com o Banco Delta.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Pergunto isso porque, em uma delação complementar, no dia 12 de março último, ou seja, uma semana após o depoimento a esta CPI, Pedro Barusco informou que recebia propina em sua conta no Banco Delta, e esse Banco Delta é também o banco que aparece como aquele que operacionalizou para o Renato Duque e para o Sr. Pedro Barusco, é um banco com sócios brasileiros condenado nos Estados Unidos por lavagem de dinheiro e por lavagem de recursos operacionalizados pelo narcotráfico. Então V.Exa. afirma que não conhece e não conheceu nenhuma pessoa ligada a esse banco.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Relator, eu confirmo que eu não tenho qualquer contato com o Banco Delta, nem com os seus sócios. Eu não sei nem quem são.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, por hora eu me dou como satisfeito. Havendo a necessidade, retornarei a inquirir o depoente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento agora aos demais Relatores e Sub-Relatores, eu passo a palavra ao Deputado Altineu Côrtes.

V.Exa. tem até 10 minutos para fazer os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sr. João Vaccari, vou lhe fazer as perguntas, e se o senhor puder anotar para nos responder, já que nós só temos 10 minutos...

Em entrevista ao jornal *O Globo*, o senhor explicou seu método de trabalho. O senhor disse: *“Procuro a empresa e peço o dinheiro para o partido. Mantenho relacionamento com empresas de todos os setores da economia”*.

Só em 2011, ano não eleitoral, o senhor conseguiu arrecadar 50,7 milhões de reais de empresas. Esse valor é 15 vezes superior às captações dos outros partidos. Metade dessas doações foi feita por construtoras e empreiteiras. A que o senhor atribui essa diferença de 15 vezes o valor captado por todos os outros partidos somados, os 50,7 milhões de reais captados pelo senhor?

O senhor nega veementemente que tenha a ver com o esquema de arrecadação de propinas da PETROBRAS, mas, em contrapartida, o nome do senhor é citado várias vezes nessas delações premiadas da Operação Lava-Jato, entre elas as dos Srs. Pedro Barusco, Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef... O senhor saberia dizer por que eles o citam dezenas de vezes? O senhor acha que teria um complô aí, envolvendo o nome do senhor, até para prejudicar o senhor ou o próprio partido? Eu queria uma opinião do senhor sobre isso.

O Sr. Pedro Barusco disse que, a pedido do Renato Duque, ele participava de reuniões para tratar de contratos novos, licitações, com o senhor. Nesses encontros, era falado sobre pagamento de propina. Gostaria que o senhor também comentasse essa questão da colocação do Sr. Pedro Barusco.

Segundo matéria da *Folha de S.Paulo* do dia 22 de outubro de 2014, segundo dados da *Folha*, citando como base o TSE, o senhor arrecadou 628 milhões e 600 mil reais para o PT de 2010... depois que o senhor virou tesoureiro do PT. O senhor saberia precisar... Se não for correta essa matéria da *Folha de S.Paulo*, o senhor entrou em contato com a *Folha*, ou o senhor reclamou, caso haja algum erro neste número de 628 milhões de reais? Gostaria que o senhor nos desse informação sobre isso.



O Sr. Pedro Barusco citou na sua delação premiada que os contratos que geravam os maiores valores pagos a título de propina foram os contratos das obras de refinarias, principalmente de Abreu e Lima e do COMPERJ. Obviamente, o senhor nega veementemente essa ligação com esse tipo de argumento em relação às propinas citando as doações oficiais.

O jornal *O Globo* do último dia 7 de abril, a última terça-feira — eu sou da cidade de Itaboraí, onde fica o COMPERJ, e a cidade e a região estão muito prejudicadas, como todo o Brasil, por isso que está acontecendo e esse levantamento da nossa CPI da Operação Lava-Jato —, na capa do jornal, diz: *COMPERJ dará prejuízo de R\$ 45 bi à Petrobras*. Na realidade, não é o COMPERJ, a corrupção no COMPERJ é que dará prejuízo de 45 bilhões à PETROBRAS.

No mesmo jornal, coincidentemente, há inclusive uma charge do Chico: “*E a vaca vai para o brejo*”, com uma foto do senhor: “*Grupo do PT vai pedir que Vaccari seja afastado*”. Como o senhor se sente, depois de todo esse trabalho que o senhor vem fazendo à frente do partido, e de citações como esta, por exemplo, da matéria da *Folha de S.Paulo*, sobre um volume de 628 milhões de reais de 2010 até aqui, que, obviamente, dentro da legalidade que o senhor defende e que eu acredito que, se tem dados relativos às leis eleitorais de doações, a gente não pode fugir desse assunto, como você se sente com um grupo do PT pedindo o afastamento de uma pessoa que teve um sucesso, já que os valores são valores muito consideráveis em relação a um partido político? Seriam essas as minhas considerações.

Muito obrigado, Sr. João.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, quando o senhor faz o comentário da arrecadação de 2011, nós temos que considerar...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - De 2011, desculpe-me.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - É, 2011, a arrecadação do ano de 2011. Há que se considerar que é o ano em que se pagam dívidas das eleições anteriores. Todos os partidos, aqueles que têm uma arrecadação centralizada, terão nesse período uma arrecadação maior, porque, por determinação da Justiça Eleitoral, as arrecadações, no caso, têm que ser feitas pelo Diretório Nacional, depois repassadas aos Diretórios Regionais. Então, essa dos 56 milhões é porque há, com certeza, dívidas de campanha do ano anterior. Agora, também há que se considerar



que o PT tem uma vida política bastante intensa. Fazemos congressos, seminários, fazemos encontro de juventude, de mulheres, e também isso alavanca as nossas despesas, portanto temos que buscar arrecadação para fazer frente a essas despesas. Essa é uma característica do meu partido, o PT. A outra situação que o senhor coloca, dos 500 milhões, envolve, de 2010 a 2014, envolve todas as contas: as contas eleitorais, as contas partidárias e os comitês de candidato, creio eu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A matéria da *Folha de S.Paulo* diz que esses dados foram colhidos no TSE: 628 milhões de reais de arrecadação do PT.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - É porque eles... É como o trabalho do Estado, que, de 2007 a 2013, conforme foi demonstrado, tem um total de 557 milhões, das empresas investigadas, está certo? É porque nesse período se incorporam todas as contas, as contas eleitorais, as contas partidárias, tudo isso, está certo? Na hora em que você disciplinar isso, a arrecadação para o partido é bem menor. Sobre as questões que o senhor coloca do Sr. Pedro Barusco, eu o conheci, como já disse várias vezes aqui, quando ele já estava fora da PETROBRAS, ele já não estava mais na PETROBRAS, e também não era da minha intimidade. Portanto, o que eu posso afirmar ao senhor é que as declarações do Sr. Pedro Barusco, nos termos em que estão na delação premiada, no que se referem à minha pessoa não são verdadeiras. Por último, a questão que o senhor coloca do debate que porventura venham a fazer dentro do PT. A decisão de estar na Secretaria de Finanças ou não não pertence a mim, pertence, sim, ao Diretório Nacional do Partido, e essa decisão, se for pautada, deverá ser discutida e terá o resultado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu quero agradecer ao senhor.

Sr. Presidente, só terminando o meu tempo aqui — eu não quero extrapolar nem 1 segundo —, Sr. João Vaccari, quero agradecer as respostas do senhor e dizer que, como brasileiro e como representante aqui, por exemplo, do Município de Itaboraí, é muito triste — acho que o senhor também deve ter esse sentimento — a gente ver projetos de uma empresa competente, que deve ter feito estudos muito aprofundados para fazer os investimentos que fez no Brasil, e ver esses investimentos serem hoje consumidos pela corrupção, que traz milhares de



desempregados, não só em Itaboraí, mas por todo o Brasil, os investimentos que são citados nessa corrupção, porque não é só a questão financeira, mas milhares de sonhos, milhares de pessoas ficaram aí desassistidas.

Então, eu, como Sub-Relator, quero dizer ao senhor que a minha intenção é não prejudicar nada, mas é chegar aos fatos. Por isso eu volto aqui, Sr. Presidente, já encerrando, dentro do meu tempo, para dizer que situações como as que nós vamos tocar daqui para frente, em relação ao depoimento da ex-Presidente Graça Foster, são inadmissíveis: chegar aqui na CPI, dar a palavra e não cumprir com o que foi tratado. Isso é inclusive contra a lei.

Eu queria agradecer ao senhor pelas suas respostas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Com a palavra o Deputado Bruno Covas, segundo Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. João Vaccari Neto, o senhor aqui fez uma apresentação em relação às finanças do partido, ao modo de arrecadação. Só para entender, essa apresentação o senhor pretende fazer também ao Juiz Sérgio Moro?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - O senhor quer que eu responda à pergunta?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Por favor.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - A estratégia de defesa que vai ser feita ao Juiz Sérgio Moro nós trataremos com os advogados.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.

O Relator, Deputado Luiz Sérgio, trouxe aqui a questão da BANCOOP. Eu tive a oportunidade de, como Deputado Estadual, ser Relator da CPI que a Assembleia Legislativa abriu sobre a BANCOOP. EU não queria trazer aqui todo aquele caso à tona — vou até encaminhar de ofício à Secretaria o relatório final que foi aprovado, para que conste, para que todos os Deputados possam saber —, mas eu gostaria de saber de V.Exa. se o senhor acha que foi a sua atuação na BANCOOP que o credenciou a ser Secretário de Finanças e Planejamento do PT.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, o que me credenciou a ser Secretário de Finanças e Planejamento do PT foi a minha militância no PT. E sobre a Cooperativa Habitacional dos Bancários, esse foi um tema discutido exaustivamente, e providências foram tomadas no sentido da solução.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.

O senhor Pedro Barusco, em depoimento a esta CPI, declarou que houve pagamento de propina nas obras do GASENE e que parte dos recursos era destinada ao PT e era recebida por V.Sa. O senhor Barusco afirmou: *“Eu lembro de algumas empresas que participaram, e que teve pagamento, sim, de comissões. Eu lembro da Bueno, lembro da Galvão, e teve outras. Eu sei quem recebeu, mas não sei se foram todos que receberam. Eu sei que fui eu, o Renato Duque, e a parte relativa ao PT quem recebia era o João Vaccari. Vou repetir até o final do meu depoimento. Isso cabia ao PT, ao João Vaccari gerenciar.”* O senhor confirma ou nega essa informação?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Como eu já disse aqui anteriormente, Sr. Deputado, eu conheci o Sr. Pedro Barusco quando ele já estava fora da... já tinha se aposentado. E eu sou tesoureiro do partido desde 2010, portanto, com certeza, eu não participei, até porque o PT recebe as doações partidárias ou eleitorais conforme determina a legislação.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então o senhor confirma ou nega?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou reafirmar, Sr. Deputado. Eu conheci o Sr. Pedro Barusco quando ele já estava...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Isso eu já entendi, Sr. João Vaccari. Eu queria saber se o senhor confirma ou nega o que o Sr. Pedro Barusco falou aqui na CPI.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou reafirmar o que eu já disse aqui.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Vai reafirmar...

O SR. JOÃO VACCARI NETO - O que eu já disse aqui.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ...o que o senhor disse. Então, o senhor nega. É isso?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Posso responder, Sr. Deputado?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Claro!

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu conheci o Sr. Pedro Barusco quando ele já estava aposentado, está certo? E sou tesoureiro desde 2010. Portanto, as afirmações que são feitas nas delações premiadas, no que se refere à minha pessoa, não são verdadeiras.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É porque quando ele se aposentou da PETROBRAS ele foi para a Sete Brasil, que é um outro antro de corrupção que está sendo investigado. Então eu gostaria de saber: o senhor confirma ou nega a informação do Sr. Pedro Barusco? É muito fácil. É só uma palavra: confirma ou nega?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu acabei de dizer, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas não ficou claro para mim.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Então vou repetir.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu gostaria que V.Exa. dissesse se confirma ou nega essa informação.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Os termos do Sr. Pedro Barusco na sua delação premiada, no que se refere à minha pessoa, não são verdadeiros.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.

No termo de colaboração do Sr. Pedro Barusco, ele afirma que V.Sa. havia recebido, até março de 2013, o valor de 4 milhões 523 mil dólares, referente ao estaleiro Keppel Fels. V.Sa. confirma ou nega essa informação?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu nunca discuti finanças do PT com o Sr. Pedro Barusco. Portanto, os termos da sua delação premiada, no que se refere à minha pessoa, não são verdadeiros.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. Pedro Barusco afirma que houve pagamento de propina para V.Sa. em aproximadamente 90 contratos de obras de grande porte firmados pela PETROBRAS. Conforme consta em denúncia oferecida pelo Ministério Público contra V.Sa., tais vantagens devidas eram pagas a partir de contratos e respectivos aditivos sobrevalorados, firmados pelas empreiteiras, cartelizadas, para a execução de obras da PETROBRAS, no interesse da Diretoria de Abastecimento, Gás e Energia, Exploração e Produção e da própria Diretoria de Serviço, chefiada por Renato Duque, sendo que o montante desviado variava, em regra, entre 1% e 2% do valor total do contrato e aditivos, podendo ser maior.

O senhor confirma ou nega essa informação do Sr. Pedro Barusco?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu fui eleito Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores em 2010, e as declarações do Sr. Pedro Barusco, no seu termo de delação, sobre a minha pessoa não são verdadeiras.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Em termo de colaboração premiada, o Sr. Pedro Barusco afirma que o Sr. Leo Pinheiro era o contato de V.Sa. no âmbito do Grupo OAS e que V.Sa. negociava diretamente com ele o pagamento de vantagens indevidas destinadas ao PT.

V.Sa. confirma ou nega essa informação?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Como eu já disse aqui anteriormente, é usual que o Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores faça visita institucional às empresas para captar recursos eleitorais ou partidários. E sobre as declarações do Sr. Pedro, os termos de declaração do Sr. Pedro Barusco, na sua delação premiada, sobre a minha pessoa não são verdadeiros.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor se predispõe a fazer uma acareação entre o senhor e o Pedro Barusco aqui nesta CPI?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sobre acareação eu não tenho o que dizer, porque não sou eu que determino essa questão.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu sei que o senhor não vai determinar, eu só estou perguntando se o senhor se predispõe, se o senhor tem vontade de fazer essa acareação. Sim ou não? O senhor poderia responder?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Deixe eu só colocar mais uma vez: eu não tenho determinantes sobre essa questão. Não depende da minha vontade.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu estou lhe perguntando sobre a sua vontade. O senhor tem vontade de vir aqui fazer uma acareação com o Sr. Pedro Barusco? É muito fácil: é “sim” ou “não”.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Desde o início desse processo,...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não é alternativa A, B, C, D, E, é “sim” ou “não”.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - ... nas inúmeras declarações minhas que eu tenho dado sobre esse processo, eu sempre me coloquei à disposição das autoridades competentes para que fossem prestados todos os esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor disse que não tratava de finanças do PT com o Sr. Pedro Barusco. As suas conversas com o Sr. Pedro Barusco eram sobre o quê?



O SR. JOÃO VACCARI NETO - As conversas com o Sr. Pedro Barusco eram conversas nas quais ele vinha sempre acompanhado, vinha sempre convidado pelo Sr. Renato Duque e eram conversas, acima de tudo, sobre política e assuntos diversos. Agora, quero reafirmar: os termos de declaração do Sr. Pedro Barusco sobre a minha pessoa não são verdadeiros.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.

Notícia da *Folha de S.Paulo* de março de 2015 diz que o doleiro Alberto Youssef depositou 400 mil reais em uma conta em nome da sua esposa. Essa notícia tem a ver com o que o Relator perguntou do empréstimo do Sr. Cláudio Mendes, ou é outro recurso?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu nunca tive qualquer tipo de relacionamento financeiro com o Sr. Alberto Youssef. Portanto, ele nunca fez qualquer tipo de depósito, em qualquer aspecto, sobre a minha família.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. Alberto Youssef afirma que sacou da conta da empresa MO Consultoria 400 mil reais e entregou a uma emissária de V.Sa. de nome Marice, conforme indicação do Diretor Comercial da empresa Toshiba. V.Sa. confirma ou nega essa informação?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu mantenho com a Sra. Marice, que é minha cunhada, uma relação estritamente familiar. Sobre os termos de declaração do Sr. Alberto Youssef, na sua declaração premiação, sobre a minha pessoa, não são verdadeiros.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe se o Sr. Alberto Youssef já entregou algum valor à sua cunhada?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Reafirmo: a relação que eu tenho com a minha cunhada é estritamente familiar. E reafirmo que os termos da declaração do Sr. Alberto Youssef sobre a minha pessoa não são verdadeiros.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Veja, a relação que eu tenho com as minhas cunhadas é também familiar, mas eu posso dizer que as minhas cunhadas nunca receberam dinheiro do Sr. Alberto Youssef. O senhor pode ter esse entendimento também em relação a sua cunhada?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou reafirmar o que eu já disse: os termos da declaração do Sr. Alberto Youssef sobre a minha pessoa não são verdadeiros.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito. Então, o senhor não sabe dizer se a sua cunhada recebeu ou não dinheiro do Sr. Pedro Barusco.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu reafirmo...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Só mais uma pergunta. Da mesma forma que o Sr. Pedro Barusco, o senhor também se predispõe a fazer uma acareação com o Sr. Alberto Youssef?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu já coloquei aqui anteriormente, Sr. Deputado. Desde o início deste processo, já emiti inúmeras notas nas quais eu me coloco à disposição das autoridades competentes para prestar todos os esclarecimentos que forem necessários.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Que bom! Essa acareação vai ser muito boa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, João Vaccari, nobre advogado Dr. D'Urso, eu gostaria, apenas para a gente poder ter um conhecimento pleno, de saber qual a diferença entre doação para o partido e doação eleitoral.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu vou responder. Sr. Deputado, a doação eleitoral, ela foi recentemente regulamentada, a partir de 2010, pelo TSE. Antes, eram doações comuns. A partir do ano de 2010, o partido tem que abrir, durante o período que se inicia em julho até 30 dias após o encerramento da eleição, uma conta que é chamada conta eleitoral dos diretórios. Todos os diretórios têm que abrir essa conta. Portanto, a doação eleitoral é aquela doação que não pode ser usada em atividades operacionais do partido, assim como as doações partidárias não podem ser utilizadas em atividades eleitorais, são contas distintas, de que se presta conta de forma distinta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na doação eleitoral, existe um recibo que é controlado pelo TSE. E na doação partidária, qual é a forma de controle?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Também existe o recibo, que é também apresentado ao TSE na prestação de contas, que ocorre ao final de abril.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A forma de depósito da doação partidária é a mesma que da doação eleitoral, numa conta bancária especificada, com todos esses detalhes?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sim. A doação eleitoral, ela é feita através de transação bancária, observadas as fontes vedadas de contribuição, com recibo específico, prestação de conta específica, em períodos diferentes. Na doação partidária também se observa a mesma situação. Portanto, os números das contas são de períodos diferentes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que são doações vedadas que o senhor citou agora há pouco?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - São as doações que a lei não permite que se façam: de empresas que são concessionárias de serviço público, além dos limites estabelecidos, de empresas que tenham atuações ilícitas... Enfim, há um conjunto de regras para o que as empresas não podem contribuir. E todas as vezes que nós vamos receber a doação, nós verificamos no CNPJ se aquela empresa é considerada vedada para a contribuição. Caso seja feita uma contribuição de empresa vedada, nós a devolvemos imediatamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Doação da PETROBRAS, então, era vedada.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - É vedada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas das empreiteiras que prestavam serviço à PETROBRAS não eram vedadas?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não são vedadas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E qual foi o seu contato com essas empresas? Qual foi o seu intermediário que fez contato com essas empresas, para que pudessem fazer essas doações ao seu partido?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, o responsável, conforme já disse na exposição inicial, pela arrecadação de finanças no Partido dos Trabalhadores sou eu, e os contatos feitos com as empresas que são doadoras fui eu que fiz, fui eu que encaminhei essa ação institucional para que fossem feitas doações ao Partido dos Trabalhadores no período de 2010 até os dias de hoje.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Em 2010 por completo ou a partir de um determinado período?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Em 2010 a partir do dia 19 de fevereiro de 2010.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, o período eleitoral de 2010 já foi da sua gestão?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - A conta eleitoral de 2010 foi da minha gestão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor se lembra de alguma doação da empresa SBM, holandesa, ao partido?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Essa empresa nunca fez qualquer tipo de doação ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A SBM nunca fez doações?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Nunca fez doações.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então aquela informação de que a SBM pagou 4 milhões e 200 mil para o PT, em 24 repasses, em 18 meses, até 2012 não é verdadeira?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não é verdadeira. O senhor pode estar fazendo confusão de empresa, porque a SBM nunca fez qualquer tipo de contribuição ao Partido dos Trabalhadores, nem eleitoral nem partidária.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A empresa PEM Engenharia é ligada à SBM, e eu tenho aqui dois recibos de que a PEM Engenharia mandou dinheiro para o Diretor Nacional do PT.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Essa empresa, a PEM Engenharia, fazia parte do Grupo Setal, cujo controlador é o Sr. Augusto Mendonça. Esse senhor foi que esteve na sede do PT e se ofereceu para fazer contribuições ao PT, e eu indiquei a ele as contas eleitorais... Aliás, eu não sei se foi a conta eleitoral partidária, mas, enfim, indiquei a ele a conta em que deveriam ser feitas, e assim ele fez as contribuições, conforme determina a legislação, e emitimos o devido recibo a ele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu vou passar o recibo a V.Sa. e queria que V.Sa. verificasse.



Manoel, por favor, leve esse recibo ao Sr. Vaccari, para ele avaliar. É um recibo de uma doação da PEM Engenharia ao Partido dos Trabalhadores, no valor de 150 mil reais, feita em 7 de abril. Eu queria que esse recibo fosse entregue ao Sr. Vaccari, para ele poder verificar que tipo de doação é essa. *(Pausa.)*

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Essa contribuição feita pela PEM Engenharia, considerando a sua data, em 7 de abril de 2010, foi no período em que somente há captação na conta partidária. E essa doação, conforme está registrado, também foi feita nos termos da Lei 9.096/95.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Essa é da Setal?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Essa empresa faz parte do Grupo Setal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A Setal não tem nenhuma relação com a SBM?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Que eu saiba, até hoje, não. Que eu tenha conhecimento, não tem. A Setal é um grupo nacional e que recentemente se associou à Toyo Setal — à Toyo, e ficou o grupo Toyo Setal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mais de uma vez V.Sa. já disse que só teve amizade com Barusco depois de ele estar aposentado da PETROBRAS, mas ainda ligado à Sete Brasil. A sua relação com ele o senhor disse que foi depois de ele estar aposentado — aposentado da PETROBRAS, mas não da empresa da qual foi designado diretor.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, a minha relação com o Sr. Pedro Barusco sempre foi de forma casual e sem nenhum grau de intimidade. Assim que foi minha relação com ele. E também eu volto a reafirmar que os termos da sua declaração na delação premiada não são verdadeiros no que se refere à minha pessoa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não estou entrando no aspecto da delação premiada. V.Sa. se baseia em que a relação com o Barusco foi pós-aposentadoria. Entretanto, ele é aposentado da PETROBRAS, mas é um dos criadores da Sete Brasil. V.Sa. já sabia que ele era ligado à Sete Brasil?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Quando eu o conheci, também foi depois que ele estava na Sete Brasil.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então é um conhecimento muito recente?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Foi muito recente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Agora, sim: por que então ele iria, na delação premiada, tentar envolvê-lo de maneira tão contundente?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu volto a reafirmar que eu sou tesoureiro desde 2010. O Sr. Pedro Barusco, na sua delação premiada, cita atividades de 2003. Portanto, eu também desconheço esses fatos, porque eu sou, a partir de 2010, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Um tesoureiro que sempre soube administrar bem; tantos resultados tem dado não só nas eleições como fora do processo eleitoral.

Por que, estranhamente dentro do seu próprio partido, algumas vezes estão pedindo a sua saída da tesouraria do Partido dos Trabalhadores?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, ao Diretório Nacional... Ainda ao Diretório Nacional, até o dia de hoje, não foi apresentada nenhuma proposta de que eu me afaste da Secretaria de Finanças.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor tem apoio do Diretório Nacional para continuar sendo tesoureiro do PT?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Até o dia de hoje, a avaliação que eu tenho é que eu tenho apoio para continuar no Diretório Nacional, tenho o apoio do Diretório Nacional para continuar na Secretaria de Finanças. Agora, esse é um debate que deve ser feito no Diretório Nacional, com a presença de todos, e fazer as propostas, as defesas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento às perguntas dos Sub-Relatores, concedo a palavra ao Deputado André Moura.

V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vaccari, V.Sa. comparece perante esta CPI já com o compromisso



de mentir, porque conseguiu do STF um *habeas corpus* para não falar a verdade. Entretanto, V.Sa. tem respondido apenas aquilo que lhe convém. E, como é de conhecimento público e notório, V.Sa. tem interesse direto nesta matéria, pois agiu em nome do PT para assaltar os cofres da PETROBRAS, que é do povo brasileiro, por uma causa perversa, criminosa, imoral vergonhosa. Tanto é assim que V.Sa. foi denunciado pelo Ministério Público e é réu em ação penal na qual responde por corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, com a participação de Renato Duque, de Pedro Barusco, que roubaram junto com V.Sa. e vieram a esta CPI, e, mesmo sendo réus, assinaram o termo e prestaram o compromisso de falar a verdade. Mas o senhor, com a possibilidade de prestar informações, de falar a verdade para o povo e a sociedade, preferiu se esconder, com o indulto de Pinóquio.

Mas mesmo assim, no direito que eu tenho de fazer as perguntas, indago a V.Sa. qual o valor doado à campanha da candidata Dilma, em 2014, pela OAS. E para auxiliar V.Sa. encaminhei cópia das perguntas para que V.Sa. possa acompanhar e não deixar de responder absolutamente nada.

Pela OAS? Quanto foi doado pela Odebrecht, pela Triunfo, pela Andrade Gutierrez, pela Queiroz Galvão, pela Camargo Corrêa e pela Engevix?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu quero dizer ao senhor que na campanha de 2014... De 2014 ou 2013?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Na de 2014.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - ... na campanha de 2014, eu não fui do Comitê Financeiro do Comitê Dilma Presidente. Não fui.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas V.Sa. era tesoureiro do PT.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - No início, eu fiz a exposição dizendo que a partir de 2006 o PT decidiu separar as atribuições de Secretário Nacional de Finanças do PT das atribuições do Coordenador Financeiro do Comitê de candidato a Presidente da República, de Prefeitos, de Governadores...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa., como tesoureiro do PT, não sabe dizer, então, quanto foi doado por essas empreiteiras à campanha de Dilma?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não tenho a informação aqui. Agora, se for necessário, posso pedir que se levante e traga... Posso pedir ao Comitê Dilma que levante essa informação e a forneça. Eu não a tenho.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor dizia que sua função, como tesoureiro, era cuidar da parte dos recursos que eram doados ao PT e, conseqüentemente, às campanhas do PT e dos seus candidatos em todo o Brasil. V.Sa., como tesoureiro, então, disse que não sabe informar.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - É que, se o senhor me permite, Sr. Deputado, são coisas distintas. A conta eleitoral, em que nós recebemos recursos para campanhas eleitorais, não é necessariamente a conta do Comitê Dilma Presidente e o PT, por decisão...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas um recurso que vinha para o PT?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não!

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa., como tesoureiro, passava para lá.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não, não. Vai direto à conta dela.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E como V.Sa. disse, afirmou, por inúmeras vezes, que a sua função era exatamente cuidar dessa parte?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - No que se fere ao partido...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Já não é mais.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não, não. No que se refere ao partido, sou eu. Mas, por determinação do TSE, são comitês distintos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Está.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não sou eu que gerencio esse comitê.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Para contribuir, essas empreiteiras doaram à campanha da Presidente Dilma, segundo dados oficiais do TSE, 53 milhões de reais. V.Sa. é desinformado, mas eu vou informar a V.Sa., já que V.Sa., como tesoureiro do PT, não sabe informar. Então, eu vou lhe informar: 53 milhões.

E aí fica uma diferença — segundo o Sr. Pedro Barusco, que disse na delação premiada que algo em torno de 200 milhões de reais foram repassados para V.Sa. — de algo em torno de 150 milhões que ninguém sabe para onde foi. Foi para o buraco, foi para o ralo ou talvez para o bolso daqueles que V.Sa. tem como parceiros.



Mas eu vou fazer outra pergunta. Qual foi o valor que o Diretório Nacional do PT — e V.Sa. é tesoureiro, não vai dizer que não sabe responder. Espero que saiba responder — doou à campanha da candidata Dilma em 2014?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Os valores que foram captados pelo Diretório Nacional do PT na conta eleitoral, conforme determinam e disciplinam as resoluções do TSE, foram vinte... Catorze milhões.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Catorze milhões?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Catorze milhões e alguma coisa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Está bom.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Essas são doações da conta eleitoral, que foram remetidas no ano de 2014 à conta do Comitê Dilma Presidente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Já vi que o senhor, como tesoureiro do PT, está desinformado. Ou está desinformado, ou quer nos enganar. Aliás, eu acho que, na verdade, o senhor está se fazendo de desinformado.

Eu vou contribuir. Eu sou do PSC, não sou do PT, mas vou contribuir, já que V.Sa. não sabe responder: o Diretório Nacional do PT, do qual V.Sa. é o tesoureiro — e V.Sa. não sabe informar —, doou oficialmente, pelo TSE — está aqui —, 31 milhões e 645 mil reais. V.Sa. não sabe informar, mas está aqui.

O que V.Sa. aqui está colocando é falso, é mentiroso, ou os dados do TSE são falsos e mentirosos, porque, pelos dados do TSE, foram 31 milhões e 645 mil, e, pelas colocações de V.Sa. aí, foi algo em torno de 14 milhões de reais.

Sr. Presidente, é a prova de que o tesoureiro aqui não vem falar a verdade, mas, como ele conseguiu o indulto do Pinóquio, está aqui sob o indulto do Pinóquio exatamente para mentir.

Mas, como eu tenho várias perguntas, vou fazer todas elas numa sequência. E existe uma cópia aí com V.Sa. para que V.Sa., depois, possa responder a todas elas.

Por que V.Sa. foi apelidado de Moch na planilha de propinas do ex-gerente Pedro Barusco? Esse apelido lhe foi dado devido ao montante de cédulas que V.Sa. costumava transportar na mochila, ou seria pela bagagem que V.Sa. possuiu ao longo de sua vida no crime, na corrupção e na roubalheira?



Outra pergunta: o Partido dos Trabalhadores, o PT, recebeu contribuições para o próprio partido e para a campanha eleitoral feitas pela empresa Sete Brasil Participações e pelo fundo de participação FIP Sondas ou por qualquer dos cotistas do FIP Sondas? Quais os valores mais significativos de que V.Sa. tem notícias e para quais finalidades se destinaram?

Outra pergunta: V.Sa. se surpreendeu com o impacto da Operação Lava-Jato, por sinal, muito bem executada pela Polícia Federal? V.Sa. conhece a expressão popular “a casa caiu”? V.Sa. teme que “a casa caia”, ou V.Sa. já percebeu que “a casa caiu” e não há mais volta?

É uma prática comum do Partido dos Trabalhadores a de financiar campanhas eleitorais com recebimento de valores de caixa dois e de não declará-los à Justiça Eleitoral, como foi, aliás, mencionado pelo Sr. Delúbio Soares, então tesoureiro do PT, quando das apurações do chamado mensalão, e até o ex-Presidente Lula admitiu existir?

Outra pergunta: o que V.Sa. tem a nos dizer sobre a suposta entrega dinheiro para sua cunhada, Sra. Marice Correa de Lima, a pedido de um executivo da empreiteira OAS? V.Sa. conhece o Sr. José Ricardo Nogueira? Quais executivos da OAS e de outras empreiteiras são do seu relacionamento?

Outra pergunta: todos os trabalhadores têm o dever de prestar contas ao chefe para quem trabalham. Após as reuniões, os encontros, os acertos, o senhor se reportava a quem? Quem era o seu superior, ou os seus superiores, ou a sua superior? O senhor se reportava a quem? Quem era o seu chefe ou a sua chefe? A quem o senhor dava satisfação?

Faço essas perguntas porque, coincidentemente, Sr. Vaccari, a Presidente Dilma, que nunca havia comentado sobre os recursos de corrupção da PETROBRAS vinculados a sua campanha, ontem, nos Estados Unidos, onde ela responde a um processo criminal pela fraude de Pasadena, disse à CNN ter a certeza de que em sua campanha nunca teve dinheiro de corrupção da PETROBRAS. Isso, no mesmo dia em que o senhor consegue o direito de mentir perante esta CPI, e o Brasil inteiro assiste a esta peça teatral de que o senhor é protagonista aqui.

O que desejo é que o depoimento de V.Sa...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado André.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - ... sirva para que o povo brasileiro, que é honesto, que fala a verdade, que trabalha, possa verdadeiramente se manifestar no seu direito de protestar contra tudo isso.

As perguntas estão aí para que V.Sa. possa nos responder, e espero que o faça da maneira mais objetiva e sem faltar nenhuma das perguntas que aqui formulei.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, com todo o respeito que... Inclusive pelo qual eu fui convocado para estar presente nesta Comissão, para responder os questionamentos apresentados... A doação a que o senhor se refere ao Diretório Nacional do PT, que foi transferida à campanha da Dilma Presidente... Se o senhor pudesse me arrumar cópia desse documento eu agradeceria, porque...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Com certeza.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - ... no relatório constante nosso tem outro número. Pode ser que o nosso número esteja errado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Já vou encaminhar para V.Sa.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - O.k. O PT não recebeu qualquer contribuição, como o senhor faz na pergunta nº 5, da Sete Brasil ou da FIP Sondas. Não houve qualquer tipo de contribuição ao Diretório Nacional, à conta eleitoral ou à conta partidária. Não existe.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A pergunta nº 4, que o senhor pulou.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - É porque eu uso uma mochila, como vários usam mochila. A pergunta... A pergunta nº 7: eu tenho dito desde o início que toda a arrecadação do PT é feita de forma legal e registrada no TSE. Desde que eu sou tesoureiro, em 2010, tem sido esse o procedimento. E, por último, eu não conheço o Sr. José Ricardo Nogueira Breghirolli, e os executivos da OAS, que eu já respondi ao Relator que eu conheço, e das outras empresas também eu já respondi aqui ao Relator.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A pergunta nº 6, que o senhor pulou.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Aí é conceito sobre a expressão "a casa caiu". Cada um tem o conceito que tem. A 9ª, sobre todos os trabalhadores terem



que prestar contas ao chefe: eu esclareço ao senhor que o meu chefe é o Diretório Nacional do PT, e é a quem eu presto contas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor não presta contas a todo o Diretório, a cada um. O senhor presta...

O SR. JOÃO VACCARI NETO - A reunião...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. O senhor encaminha a prestação de contas, mas o senhor define para onde vai encaminhar os recursos arrecadados pelo PT com alguém; não é com todo o Diretório Nacional, porque o senhor não se reúne com todos. Não venha querer dizer isso!

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - É com alguém.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, o nosso partido funciona de forma diferenciada...

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Pode, sim, porque agora já estão interferindo no Partido dos Trabalhadores! Aí, eu sou do PT e tenho que dizer.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - É aparte isso?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Só concluindo: eu presto contas, e faço isso com frequência, sobre a situação financeira, sobre as contribuições eleitorais e partidárias ao Diretório Nacional. Esses são os meus chefes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. já concluiu as respostas?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou verificar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. já concluiu as respostas, Sr. João Vaccari?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Obrigado pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. já concluiu as respostas, Sr. João Vaccari?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, passo a palavra ao próximo Sub-Relator, o Deputado Valmir Prascidelli.

V.Exa. tem até 10 minutos.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu quero iniciar o meu pronunciamento aqui, nesses 10 minutos, expressando o meu mais veemente repúdio e indignação com os atos cometidos aqui no início desta reunião. Certamente, foi uma atitude organizada e orquestrada por alguns para desqualificar não alguns Deputados, mas para desqualificar esta Casa. E nós não podemos, de forma alguma, permitir que isso passe em branco. Então, eu quero iniciar manifestando esse repúdio e expressando a minha indignação.

E quero solicitar a V.Exa. que, de ofício, possa, até o final desta reunião, para que eu não precise necessariamente fazer um requerimento para isso, apresentar o nome da pessoa que foi detida pela Polícia Legislativa e informar se é ou não funcionário desta Casa.

Por outro lado, vou solicitar — farei um requerimento para isso. Se V.Exa. quiser fazê-lo de ofício, adiantará — as imagens das entradas desta Casa nos dias de ontem e de hoje e as imagens desta sala, deste plenário, e dos dois corredores que lhe dão acesso, para nós sabermos se a pessoa que veio aqui estava com uma caixa ou se essa caixa foi trazida por alguém ou em conluio com alguém.

Então, eu gostaria de expressar isso e já fazer, de pronto, essa solicitação a V.Exa.

Com relação ao depoimento do Sr. Vaccari, eu tenho me pautado, nesta CPI, Sr. Vaccari, por seguir os preceitos constitucionais e os preceitos do Regimento Interno desta Casa, mas em especial os preceitos constitucionais de que ninguém é condenado e ninguém é culpado, até que se prove o contrário. Nós tivemos aqui alguns depoimentos. Inclusive, o primeiro depoimento ocorrido aqui nesta CPI foi feito por um corrupto confesso, que, por alguns Parlamentares aqui foi tratado como herói. Então, o tratamento precisa ser dado com dignidade, e vou fazê-lo com V.Sa. também.

Eu quero dizer, primeiro, que o objeto desta CPI é apurar ilicitudes cometidas na PETROBRAS. No entanto, o debate político por trás aqui colocado vai muito além das ilicitudes que porventura possam ter sido cometidas e que estão sendo apuradas pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, pelo Judiciário e também por esta CPI. O debate aqui é mais profundo: diz respeito ao papel econômico e social que a PETROBRAS exerce em nosso País, que ela exerceu e ela exercerá em



nosso futuro; diz respeito às nossas riquezas naturais, que alguns aqui querem privatizar, alguns aqui querem passar para o capital internacional.

Mas há ainda outra questão que aqui, nesta CPI, também está subjetivamente colocada e que, do meu ponto de vista, deveria ser palco central do debate, que é o sistema político-eleitoral brasileiro.

É engraçado — é engraçado! —, porque o sistema eleitoral brasileiro serve para todos os partidos, e todos eles... E abro um parêntese aqui: todos os Deputados sabem perfeitamente como fizeram a sua campanha, como arrecadaram os seus recursos e sabem que empresas doaram para cada um aqui. Mais do que isso: nós não precisamos ficar buscando argumentações diversas; o TSE apresenta esses relatórios.

Na instalação desta CPI, o Deputado Ivan Valente apresentou um requerimento para que os Deputados que aqui consta que receberam porventura recursos das empresas que estão sendo investigadas fossem impedidos — Deputados e partidos — de estar aqui. Nós nos colocamos contrários a isso, porque ninguém é culpado até que se prove o contrário. E ninguém tem o direito de adquirir os recursos para a sua campanha fora do que foi estabelecido em lei.

E aqui nós poderíamos dizer, por exemplo, que em 2014 a Andrade Gutierrez, que é uma das empresas que está sendo...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputado Valmir, V.Exa. só se esqueceu de dizer que 26 dos 50 tinham recebido das empresas envolvidas na Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Uma das empresas que está sendo investigada doou 25 milhões de reais para o PSDB e 11 milhões para o PT. Agora, é engraçado que os 11 milhões do PT são dinheiro de propina, e os 25 milhões do PSDB não são! Os 25 milhões do PSDB são legais!

V.Sa. é tesoureiro do partido. Eu fui candidato pelo partido. Aqui todos têm partido. Ninguém se elegeu fora de partido. Nós queremos que os tesoueiros dos outros partidos possam vir aqui prestar esclarecimentos sobre como arrecadaram os seus recursos, como foram conversar com as empresas para ter os seus recursos e porventura repassá-los aos então candidatos dos seus partidos, que hoje são Deputados nesta Casa.



Mas vejam que alguns aqui preferem acreditar, por exemplo, no depoimento do Sr. Alberto Youssef — aliás, existe um parecer do jurista Gilson Dipp que diz que ele não deveria... Aliás, o Juiz Sérgio Moro está enfrentando uma jurisprudência, porque ele está aceitando uma segunda delação premiada de um sujeito que já mentiu uma vez numa delação premiada. E, no entanto, para alguns vira verdade o que esse sujeito diz, porque para outros não é verdade. E nós aqui queremos tratar todo mundo de forma igual.

Eu gostaria que V.Sa. pudesse, porque já está encerrando o meu tempo, falar de algumas questões sobre as quais eu quero que V.Sa. possa responder.

Primeiro, o Sr. Barusco esteve aqui e fez muitas ilações. Ele disse, por exemplo, que roubou 100 milhões que estavam fora do Brasil e que, supostamente, pelo percentual que ele imaginava, V.Sa. recebeu um percentual semelhante. Eu queria que V.Sa. falasse sobre isso. Eu sei que V.Sa. já falou aqui da relação, mas queria que pudesse falar outra coisa.

V.Sa. foi prestar um depoimento na Polícia Federal, no Ministério Público, coercitivamente. Eu quero dizer que tive conhecimento de um depoimento de V.Sa. em que disse que sempre se colocou à disposição para prestar depoimentos. Por que aconteceu esse depoimento coercitivo?

E eu gostaria que V.Sa. pudesse aqui dizer como são feitas as prestações de contas fora do período eleitoral. Tenho certeza de que todos os Deputados sabem. Aqueles que ficaram com dívida de campanha têm que repassar ao seu diretório regional, que tem que ter a apresentação do diretório nacional para que essa dívida de campanha do candidato, eleito ou não, seja paga pelo partido. Mas eu gostaria que V.Sa. pudesse explicar. E sabe por quê? Porque não é só apenas para os Deputados; é para aquelas pessoas que estão nos assistindo e que não sabem que aqueles que soltaram ratos aqui podem ser muito mais ratos do que os próprios ratos que aqui foram soltos. E tentam jogar uma ilusão para a sociedade, dizendo que um partido comete corrupção, e o outro não comete corrupção, e não querem discutir o fim do financiamento privado em campanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Valmir Prascidelli.



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Primeiro, eu quero, Sr. Deputado, dizer que eu já informei aqui anteriormente que os recursos que nós captamos para o PT são legais, estão registrados e deles se prestaram contas no TSE. Segundo, que também eu não tenho conta no exterior nem o PT tem conta no exterior. E também que a CPI da PETROBRAS que se encerrou na Legislatura anterior rompeu meus sigilos bancário, fiscal e não sei mais quais — pelo menos, desses dois eu tenho certeza — e fez todo o processo de investigação, não achando qualquer irregularidade. Então, é isso que eu tenho a dizer sobre os comentários do Sr. Pedro Barusco. E mais: que os termos da sua declaração, da delação premiada feita junto à Justiça Federal, no que se refere à minha pessoa, não são verdadeiros. Segundo, sobre a prestação de contas: as prestações de contas eleitorais são realizadas pelos que disputaram as eleições até 30 dias depois do encerramento, no caso, de primeiro turno — quando houver só primeiro turno — e, quando houver o segundo turno, 30 dias após o segundo turno. Essas prestações de contas são analisadas, verificadas, pedidos os esclarecimentos, o que é feito pela Justiça Eleitoral. Então, são essas duas questões, e eu entendo que devem ser analisada as questões da prestação de contas eleitoral e da prestação de contas partidária, que são prestadas no mês de abril e também são submetidas a toda a análise da Justiça Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço aos Srs. Sub-Relatores.

Vamos agora...

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Só para eu... uma consideração...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - ... que o Deputado fez. Desde o primeiro momento, eu tenho me colocado à disposição das autoridades. E me causou estranheza o fato de ser conduzido de forma coercitiva à Polícia Federal, sem necessidade. Mas fui e prestei todos os esclarecimentos. Todas as perguntas feitas pelo delegado foram respondidas. Então, portanto, eu estou e continuo à disposição das autoridades para prestar os esclarecimentos necessários.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Como é feita a utilização de Fundo Partidário? Pode ser utilizado em campanha ou não?



O SR. JOÃO VACCARI NETO - O Fundo Partidário pode ser utilizado em campanha. É um recurso que pode ser utilizado em campanha, da forma como está a legislação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço aos Srs. Sub-Relatores.

Vamos, agora, aos autores dos requerimentos. O primeiro autor é o Deputado Carlos Sampaio. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu formularei primeiro a minha posição como Líder. Falarei nesses 9 minutos e, ao final, farei as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa., primeiro, pede o tempo como Líder.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem até 9 minutos como Líder e, em seguida...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Formularei as perguntas.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, nós temos inscrição para que se fale como Líder. Tem-se que seguir a sequência para a requisição da palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como S.Exa. é autor e tem preferência para falar como autor...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então V.Exa. está permitindo que se some o período de Líder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Foi o critério que nós adotamos na última reunião.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Na última reunião, isso não foi permitido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os autores falam antes dos Líderes. Como S.Exa. é Líder, está solicitando que o tempo seja juntado. E, como S.Exa. pode falar a qualquer momento — existe a inscrição de Líder, e nós vamos segui-la —, eu permiti ao Deputado Carlos Sampaio que fizesse essa junção do seu tempo.



O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, permita-me um encaminhamento por questão de equidade, de devido processo legal. Já que há permissão de um Parlamentar na assistência da defesa, indago se nós podemos também ter a presença de um Parlamentar, de repente, do outro lado, na assistência da acusação.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Deputado Sampaio, se V.Exa. me permite, indago se o Presidente pode, depois, confirmar... É uma questão de ordem pelo tumulto do início dos trabalhos. Acho que ninguém valoriza, ninguém é a favor do que aconteceu aqui. Então, sinceramente... Já está nas redes que foi identificado o autor como um servidor não concursado, um servidor CNE da Casa, e eu queria que o senhor confirmasse junto à Presidência da Casa se é verdadeiro que esse senhor que foi retirado daqui é funcionário de um gabinete da Câmara — Sr. Márcio Martins de Oliveira, CNE 121.925. Eu acho que é interessante, é educativo, porque ninguém aqui deve estar filiado ao que o ocorreu.

Eu li aqui que o Presidente da Câmara já o demitiu — e se o fez eu quero dizer que concordo e acho que faz muito bem o Deputado Eduardo Cunha, Presidente —, mas eu queria pedir a V.Exa., Sr. Presidente, em nome da CPI, que solicitasse a investigação do fato: quem é, onde trabalha, onde trabalhou e quem mandou também, porque é um desrespeito a todos nós, é uma agressão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu tive acesso às informações, inclusive através do Líder do PT, o Deputado Sibá Machado, que trouxe a reportagem de um *site*, mas, para que eu tenha a segurança necessária que eu preciso, enquanto Presidente, eu já solicitei ao Diretor do Departamento de Polícia Legislativa que trouxesse até nós aqui, mesmo na reunião, as informações necessárias sobre quem é a pessoa que praticou o ato, se ela está lotada em algum lugar da Câmara. E não só solicitarei a investigação, como também cobrarei que providências sejam tomadas para que atos como esse não se repitam aqui nas nossas reuniões.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu só acho que, uma vez apurados os fatos, o PT deve desculpas formais ao Delegado Waldir.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu acho que os ratos que causaram tanto problema no início da nossa reunião não podem continuar a atrapalhar as investigações. Pelo menos penso eu que o assunto importante deste momento seja a presença do Sr. João Vaccari.

A palavra está assegurada a V.Exa., Deputado Carlos Sampaio, pelo tempo de Liderança, 9 minutos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, só para informar, porque tem gente preocupada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu garanto a palavra ao Deputado Carlos Sampaio. S.Exa. tem até 9 minutos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... os ratos já estão detidos, já foram todos capturados. Eram cinco *hamsters*. Não vamos chamar de rato o que não é.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, eu vou pedir que se volte o tempo até que eu possa efetivamente fazer a minha explanação com o silêncio devido.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Líder Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. João Vaccari, aqui me permito narrar brevemente o histórico de V.Sa.: presidiu a BANCOOP, que é a Cooperativa Habitacional dos Bancários, entre 2004 e 2010, e nessa época tornou-se réu, denunciado que foi pelo Ministério Público, e acabou sendo processado por formação de quadrilha, falsidade ideológica, desvio de 70 milhões e lavagem de dinheiro.

Ainda na época do mensalão — eu me lembro bem, porque era Sub-Relator —, o senhor foi suspeito de intermediar propina para os Deputados, quando administrou, informalmente, a relação do PT com os fundos de pensão e corretoras — anunciado em todos os jornais; não há necessidade de espanto.



Atualmente, o senhor foi pego na Operação Lava-Jato, que descobriu o petrolão, e foi novamente denunciado por quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção.

Para o Ministério Público, o senhor estava envolvido umbilicalmente com o esquema de corrupção da PETROBRAS e era o senhor inclusive quem apontava as contas do PT nas quais o dinheiro roubado da PETROBRAS deveria ser depositado.

Continuando: o gerente Barusco — e é importante para quem nos ouve e não é da atividade forense, da atividade jurídica — confessou que tinha 100 milhões de dólares no exterior e os devolveu e denunciou os seus comparsas. Quando essa denúncia é tida como verdadeira por promotores e por um juiz — e promotores e juiz que têm a obrigação de apurar a conduta criminosa —, eles concedem a delação premiada. Ou seja, delação premiada não é uma denúncia contra o senhor, é uma denúncia cujos elementos foram provados, comprovados ou cujo caminho foi dado para comprovação.

Então, o que ele disse foi acolhido por promotores e juízes, que, penso eu, têm uma qualificação melhor para analisar as provas do que nós aqui. Ele, que teve a delação premiada acolhida, disse o seguinte sobre o senhor: que o senhor era quem era o tesoureiro do partido e cuidava do percentual do PT; que todos os empresários conheciam o senhor e que o senhor tinha interlocução com todos os empresários; que cabia a ele uma quantia decorrente do percentual da propina e cabia ao PT uma outra quantia, que ele estimou entre 150 e 200 milhões de dólares, oriundos das empresas privadas. E aqui apenas um registro: o PT é contra o financiamento privado e luta pelo financiamento público. Parece piada!

Vamos continuar. Os encontros com o Vaccari, com o senhor, segundo ele, foram nos hotéis Windsor, em Copacabana... Os encontros do Pedro Barusco, com quem o senhor disse não tinha nenhuma intimidade. Eu, com quem não tenho intimidade não me encontro em hotéis, mas, de qualquer forma, vamos lá: no Hotel Windsor, em Copacabana, no Hotel Meliá, em São Paulo, no Hotel Sofitel, de Sena Madureira. Ele dava os locais, e o senhor deve saber que são locais filmados e, portanto, esses vídeos já estão em mãos do Ministério Público.

Nesses diálogos, segundo ele, vocês tratavam de — não era uma reunião de trabalho. Abre aspas: *“Vai ter novos contratos? E os contratos antigos? Isso foi*



recebido? Isso não foi recebido?" Isso, o seu comparsa, segundo o Ministério Público — o seu comparsa — afirmou para todos nós aqui. Ou seja, segundo ele, vocês só conversavam sobre o esquema de corrupção na PETROBRAS, ora de quem roubariam, ora o que roubariam. Daí os procuradores demonstrarem, na denúncia que formularam contra V.Sa., cabalmente, que o senhor integrava uma quadrilha.

Perguntei ao gerente Barusco, aqui nesta CPI, Sr. Vaccari, se era fato que, quando ele montou a Sete Brasil — todo mundo sabe que é uma empresa que foi montada de fachada para continuar o esquema de propina, já que ele se aposentou na PETROBRAS e precisava levar adiante os compromissos de propina —, ele criou a Sete Brasil, e eu perguntei para ele se era verdade que, quando ele se reuniu com o senhor para definir os percentuais da propina, se o senhor tinha pedido um valor excessivo de propina. Veja, conversa entre comparsas da mesma quadrilha, e ele respondeu que era verdade e que, por isso mesmo, ele, Barusco, começou a tirar 0,1% do que lhe cabia para ele próprio, porque ele achava que o senhor estava pedindo demais.

O senhor, com essa sua conduta, criou aqui, digamos assim, na atividade criminosa uma primeira inovação, que é a chamada propina em excesso, excesso de propina. Veja que não é um excesso de propina denunciado pelo Ministério Público, é um excesso de propina denunciado por aquele que, como o senhor, recebia propina. Ele achou que o senhor se excedeu. Ou seja, excesso de propina é uma inovação do seu mandato como tesoureiro do PT. Quero cumprimentá-lo pela inovação no mundo do crime.

Num outro caso, o Sr. Pedro Barusco afirmou textualmente para nós aqui da CPI que ele estava com dificuldade para receber a propina que lhe cabia, e era uma propina da empresa Schahin. E, numa conversa com o senhor, o senhor também tinha uma propina para receber equivalente da empresa MPE. E ele conversando com o senhor falou assim: *“Como é que nós podemos fazer?”* E o senhor disse para ele, segundo ele: *“Não, Barusco, eu estou com bom trânsito aqui com essa empresa, me dá a dívida da Schahin que eu te dou a dívida da MPE.”* Segunda inovação de V.Sa. no mundo criminoso: propina trocada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Exatamente, o *swap*. Ou seja, eu tenho mais facilidade para cobrar propina daquela empresa. *“Pedro Barusco, o senhor poderia ficar com aquela de lá, e eu fico com a de cá? Nós continuamos com os mesmos valores, com as mesmas propinas, mas empresas trocadas.”* Propinas trocadas.

Vamos lá, continuando o que falam sobre V.Sa. nas delações premiadas. Segundo a delação premiada do Sr. Eduardo Leite, que é Vice-Presidente da Camargo Corrêa, V.Sa. o procurou por volta de 2010, dizendo que tinha conhecimento de que a área de serviço em que a Camargo Corrêa atuava estava atrasada com as propinas relativas aos contratos. E o senhor solicitou que a propina atrasada, no valor de 10 milhões, fosse paga como doação oficial, outra inovação, aliás, genial de V.Sa.

Antigamente, no mensalão, muitos do PT foram condenados e presos em razão do caixa dois. Aí, com essa mente mirabolante do Sr. Vaccari, ele criou propina caixa um. É uma inovação maravilhosa no mundo do crime. Ou seja, você vai me doar, doa para a campanha e, doando para a campanha, vira oficial aquilo que era propina.

Então, V.Sa. também inovou no caixa um ilegal, pela primeira vez aqui na nossa política.

Por fim, vem a delação do Sr. Alberto Youssef, e nela ele relata que V.Sa., ao exigir a propina, fazia isso no seguinte formato: algumas vezes pedia que uma moto passasse lá na empresa dele, pegasse nessa ocasião 400 mil reais, levasse de motinho até o senhor lá no Partido dos Trabalhadores. Outra inovação: propina *delivery*.

Eu percebo aqui que, na questão do mundo criminoso, as inovações apresentadas por V.Sa. foram inovadoras e importantíssimas. E, com base em todas essas inovações, eu formulo algumas perguntas. A primeira delas obviamente não posso deixar de fazer: o PT o convidou para ser tesoureiro em razão desse seu belíssimo currículo?

Foi denunciado por lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, por corrupção, em várias oportunidades, noticiado em todo o País, em todos os jornais, e o PT vem e fala: *“Queremos o senhor como nosso tesoureiro”*. Foi o seu currículo



criminoso que efetivamente acendeu essa vontade do PT de levá-lo para a tesouraria? É a primeira pergunta.

Segunda pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Carlos Sampaio, V. Exa...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Terminou meu tempo, terminou o meu tempo. Tenho 12 segundos, abri mão, estou fazendo as perguntas nos 5 minutos que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V. Exa. tem mais 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeito. Então, a primeira pergunta foi esta: o que motivou o PT a convidá-lo, já que o seu currículo efetivamente não o qualificava para uma função tão nobre?

Segunda pergunta que faço a V.Sa.: o senhor tomava precauções antes — a primeira eu formulei e pode responder ao final, esta eu formulo para resposta agora —, o senhor tomava precauções antes de procurar alguém para doar? Ou seja, o senhor se certificava de que a pessoa era séria ou não? A resposta é objetiva, se o senhor se certificava ou não de que a pessoa era séria.

Por favor.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Todas as visitas institucionais que eu fiz na captação de recursos para fundo eleitoral partidário foram em empresas cadastradas e dentro das regras vigentes.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pessoas sérias.

O senhor procurou o Sr. Youssef? Esteve com ele?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor nunca esteve no escritório dele? O senhor negou aqui já. Eu estou lhe dando a oportunidade de se retratar, porque me parece que existem fotos de V.Sa. no escritório dele.

Vou repetir a pergunta. A pergunta é objetiva: o senhor esteve no escritório do Sr. Youssef? Ponto de interrogação. Sim ou não.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, conforme eu já relatei...



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, não. Eu não quero saber se o senhor relatou. Sim ou não, por gentileza.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Conforme eu relatei aqui, a pergunta do Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, ele tira tempo da minha pergunta falando de coisas que eu não estou perguntando.

O senhor esteve no escritório do Sr. Youssef? Sim ou não.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, conforme eu já relatei...

(Manifestação no plenário: Sim ou não?)

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, não tem cabimento.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Conforme eu já relatei, conforme eu já relatei na pergunta feita pelo Sr. Relator,...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sim.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Foi feita essa pergunta...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Diga-me logo o que o senhor respondeu porque eu não quero mais perder tempo.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - ...e eu respondi da seguinte forma...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Qual?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu estive no escritório dele.

(Manifestação no plenário: Ah!)

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ah, esteve?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Foi o que eu relatei aqui no começo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, está bom. A resposta já está dada. Muito obrigado. Já estou feliz. Mas faço outra pergunta.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Quero concluir, quero concluir.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu não quero que o senhor conclua. Eu estou satisfeito com a resposta.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Ele não estava presente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu não estou preocupado com isso. O senhor foi visitar uma pessoa que não estava presente. Eu entendi. O senhor deu azar, mas o senhor foi lá. Então, está bom. Perfeito.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A outra pergunta que lhe faço: o Brasil inteiro sabia que ele tinha sido preso no escândalo do BANESTADO. O senhor também sabia, não, todo mundo sabia. Como se diz no Direito — o Dr. D'Urso sabe bem isso —, o que é notório não se nega. O senhor procurou alguém que, pelo visto, foi preso por formação de quadrilha e por lavagem de dinheiro, para buscar recursos, e o senhor acabou de dizer que o senhor só procurava pessoas sérias. O senhor não sabia que ele não era uma pessoa séria ou o senhor o procurou por ele não ser uma pessoa séria?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu quero registrar mais uma vez que, dentro do que é usual...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, eu não tenho interesse nessa resposta porque ele está ganhando tempo. Eu vou continuar nas perguntas.

Estou satisfeito. Não há mais necessidade.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - ...a buscar a captação de recursos...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não há mais necessidade.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - ...de forma legal, devidamente registrada ao TSE.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor tinha intimidade com o Sr. Barusco? O senhor tinha intimidade com o Sr. Barusco, sim ou não?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, conforme eu relatei aqui, a pergunta feita...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, eu quero que fique muito claro que todas as perguntas que faço são um registro. Ele fala: *“Conforme disse, na pergunta feita pelo Sr. Relator, na ocasião...”* Eu não sou moleque para ficar perdendo tempo com respostas assim, porque a pergunta é objetiva: sim ou não. Eu quero que seja descontado o tempo em que ele induz a erro todos nós.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Foi bem treinado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É muito objetiva a pergunta: o senhor é amigo íntimo do Sr. Barusco? Sim ou não?

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Pela ordem, Presidente. Presidente, pela ordem. Deputado Paulo Teixeira.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pela ordem, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Qual é o artigo do pela ordem?

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - É pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pela ordem, Deputado Paulo Teixeira. Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O advogado de defesa é o Dr. D'Urso. Ele já tem advogado de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pois não, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - A minha questão de ordem é, tendo em vista a preocupação...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ele nem é da Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu fui eleito Deputado para estar nesta Casa, e quero fazer uma questão de ordem ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Tem assegurada a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, a minha questão de ordem é da seguinte natureza: o Deputado Carlos Sampaio pode fazer as suas perguntas no seu tempo, e o depoente pode responder depois que ele fez a pergunta. Ele não pode obrigar tempo de resposta. Nós temos tempo aqui, estamos aqui. É uma questão de ordem que eu quero trazer a V.Exa. sobre o funcionamento: ele não pode exigir uma forma de resposta do depoente.

Então, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que ele possa fazer a pergunta dele no tempo dele, e o depoente responder...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Art. 256, § 5º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu quero fundamentar a questão trazida pelo Deputado Paulo Teixeira no art. 256, § 5º, que diz:



“Art. 256.....

§ 5º Os Deputados inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.”

Ou seja, não pode o orador fazer a pergunta e não aceitar o tempo de resposta do interpelado. Isso é o que diz o § 5º do art. 256.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Apenas para contraditar: eu não estou exigindo tempo ou não. Eu estou aqui como um inquiridor e, portanto, como um juiz de fato. O Dr. D’Urso sabe bem disso. Quando eu faço uma pergunta “sim ou não”, o juiz lá tem 6 horas para questionar. Aqui, nós temos tão somente os 5 minutos. A resposta dele tem que ser objetiva, porque é assim que determina a Justiça: sim ou não. Agora, se ele não quiser responder, tem todo o direito. Mas, ele começar: “*Sr. Deputado, como já disse...*” Eu não vou aceitar isso aqui, não!

(Não identificado) - Deputado, faça suas perguntas em bloco. É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Carlos Sampaio, V.Exa. tem o tempo restabelecido. Pode prosseguir nas suas indagações.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor tinha intimidade com o Sr. Barusco, sim ou não?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, como eu relatei...

(Manifestações no plenário.)

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu não consigo fazer perguntas.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Conforme eu relatei, quando inquirido sobre essa questão...

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ninguém está ouvindo, Sr. Vaccari!



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Vaccari, não comece a avacalhar aqui, não! Vamos ser objetivos. Ninguém aqui é moleque. Responda sim ou não. O senhor conhece o Sr. Barusco? Sim? É amigo íntimo, sim ou não? É amigo íntimo?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado...

(Manifestações no plenário.)

O SR. JOÃO VACCARI NETO -... conforme eu já relatei nessa questão, em pergunta feita pelo Sr. Relator, eu não tenho intimidade com o Sr. Pedro Barusco.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O.k. Eu queria perguntar a V.Sa. o que fazia com ele em tantos hotéis, conversando sobre quais assuntos, já que vocês não tinham nenhuma intimidade. Eu não me reúno com quem não tenho intimidade. Mas está formulada a pergunta para o senhor responder em seguida, e não agora. Agora, a inteligência veio para cá e saiu daí. O senhor afirmou aqui hoje, salvo engano, que o Sr. Augusto foi visitá-lo no PT, é isso? Na sede do PT? Ele foi à sede do PT?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele foi à sede do PT?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - ... conforme eu já relatei, na pergunta feita pelo Relator desta CPI, ele esteve... fez uma visita ao Diretório Nacional do PT, onde ele propôs fazer uma doação...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeito. Bom, já entendi, já entendi.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Onde ele propôs fazer uma doação ao Diretório Nacional...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso, entendi. A pergunta que eu faço agora é para responder depois.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - E eu apresentei...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O depoente tem direito de responder as perguntas.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele, assim como outros empresários da Camargo Corrêa, deixaram claro que o senhor recebia propina em forma de doação.



Agora uma pergunta pra mim muito importante. Ele, que era um diretor de uma grande empreiteira no Brasil, ele foi assim à sede do PT, ele bateu palmas pra perguntar se tinha alguém? Eu não conheço empreiteiro que vai a sede de partido e diz assim (*O orador bate na mesa.*): “Posso ajudar?” Se o senhor conhece, eu queria que o senhor me respondesse. E, depois, se esse é o procedimento comum, assim ó (*O orador bate na mesa*): “Posso ajudar o seu partido?” Depois o senhor me responde, por favor.

A outra pergunta...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, já concluiu o tempo lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sim, mas ele tem 2 minutos em função das intervenções. E estou contabilizando o tempo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. mesmo me fez perguntas depois e eu não interrompi, depois do seu tempo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mais 2 minutos. Vou marcar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Deputado Carlos Sampaio, pode prosseguir.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor aqui afirmou muitas vezes que arrecadava para o partido, mas não arrecadou para as campanhas. O senhor saberia dizer se quem arrecadou para a campanha arrecadou mais do que o senhor no partido? Pergunta 1. E pergunta 2: o senhor saberia me dizer, que eu estou lhe afirmando, que a arrecadação que o senhor fez para o partido evidentemente foi usada para campanha? Se isso é fato ou não?

Uma última pergunta: na sua opinião, o senhor se saiu melhor ou pior que o Delúbio na função de tesoureiro?

E, junto com essa, finalizo com a primeira que lhe fiz: o senhor acha que foi o seu histórico como criminoso — e não estou aqui fazendo nenhuma acusação leviana —, o senhor foi denunciado...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Ele é condenado?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - No seu momento, V.Exa. fala.

(Não identificado) - Criminoso?



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Criminoso, denunciado por lavagem de dinheiro.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Condenado?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ah, o PT muda de postura, não?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Cadê a sentença? A sentença.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas, voltando, eu dizia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Está aqui na condição de acusado, inclusive.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Cadê a sentença? Cadê a sentença, Deputado?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Todo mundo do PSDB é ladrão também.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, assegure a palavra ao Deputado.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Carlos Sampaio, para concluir, Deputado Carlos Sampaio.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Cadê a sentença? Cadê a sentença?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Todo mundo do PSDB é ladrão também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - É acusado, está na condição de acusado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Só pra continuar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado, conclua.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tenho interesse em que se torne pública essa pergunta. O senhor foi denunciado por lavagem de dinheiro uma vez, por corrupção uma vez, por formação de quadrilha outra vez. Foi denunciado por lavagem de dinheiro uma vez, por corrupção, segunda, e por formação de quadrilha outra vez. Duas oportunidades, vários crimes, um histórico voltado para atividade criminosa, segundo o Ministério Público. Foi essa atividade criminosa curricular que fez com que o PT o convidasse para ser tesoureiro?



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Posso responder? (*Pausa.*) Obrigado. Sr. Deputado, no PT existe um processo de eleições chamado PED, que é o Processo de Eleição Direta, em que os vários grupamentos se organizam e disputam uma eleição. Ao resultado da eleição, o Diretório Nacional homologa os candidatos eleitos e disciplina quais são os cargos, sendo que o único que é eleito diretamente é o Presidente. Os outros cargos são designados pelo Diretório Nacional. E o que fez a minha designação ao Diretório Nacional foi a minha militância no Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação. Segundo, eu não sei como funciona no PSDB, mas nós no PT recebemos constantemente visitas de empresários que vêm discutir política, recebemos a presença de movimentos sociais que vêm discutir política, os sindicatos vêm discutir políticas e organizações não governamentais que procuram o Diretório pra discutir políticas.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Aproveita e dá um dinheirinho também.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu posso responder?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou garantir a palavra ao Sr. João Vaccari, para que ele possa concluir as respostas e darmos seguimento aos demais autores.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - E nesse sentido é que o Sr. Augusto Mendonça procurou a sede nacional do Diretório do PT e se propôs a fazer a doação, eu forneci a conta pra que ele fizesse o depósito. Foi feito, emitimos o recibo e prestamos conta à Justiça Eleitoral da sua doação. Então, é importante dizer que foi uma doação legal, contabilizada, registrada e prestada conta no devido período, sem nenhuma ressalva. Segundo, o que é importante ressaltar é que os recursos do Partido dos Trabalhadores, quando na conta eleitoral, são utilizados em eleições; quando na conta partidária, são utilizados na estrutura de manutenção do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A minha pergunta foi: quem arrecadou mais? O senhor para o partido ou ele para a campanha?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sobre as delações, o senhor faz questão de frisar, do Pedro Barusco, do Eduardo Leite, do Alberto Youssef, eu tenho a seguinte



consideração: nos termos das delações premiadas desses senhores sobre a minha pessoa não são verdadeiras.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor tem tudo pra ser preso, e o PT pra ser extinto.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, questão de ordem.
(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei seguimento à chamada dos autores.

(*Tumulto no plenário.*)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O rato fugiu. A ratazana fugiu.
(*Tumulto no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu, sinceramente, não irei mais gastar nenhum esforço para manter a ordem. Todos aqui são maiores, têm as suas responsabilidades, representam o povo brasileiro. Será que os eleitores de V.Exas. estão satisfeitos em ver esse comportamento? Eu realmente fico a me perguntar.

Dando seguimento aos trabalhos, eu gostaria de informar que falei...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Leo de Brito, eu queria que V.Exa. me respeitasse, porque eu estou falando. Eu darei a palavra a V.Exa. Eu sempre tratei V.Exa. com educação e espero ser tratado da mesma forma.

Eu me comuniquei agora com o Presidente Eduardo Cunha. O servidor que causou o problema realmente está lotado na 2ª Vice-Presidência, é um CNE aqui da Câmara dos Deputados. E o Presidente, ao tomar conhecimento, já demitiu sumariamente, num ato *ad referendum*, o servidor que causou o problema aqui no início da nossa reunião. Então, o servidor já está demitido da Câmara dos Deputados e será punido na forma da lei. A Polícia Legislativa está apurando e dará todos os encaminhamentos, e nós cobraremos que providências sejam tomadas.

O próximo autor... Eu darei a palavra ao Relator; em seguida, o Deputado Onyx.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ou seja, fica esclarecido que não tem nada a ver com o PSDB, não é?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É de um partido da base, não é, Presidente?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Solidariedade é da base também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O nome do servidor é Márcio Martins de Oliveira, ponto 121.925, está lotado na 2ª Vice-Presidência.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ou seja, nada a ver com o PSDB.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, usando aqui as prerrogativas de Relator, na fala do Líder do PSDB, ele se referiu a vários processos, a várias denúncias. Existe alguma condenação em algumas dessas denúncias? V.Sa. foi condenado? Existe alguma sentença de condenação acerca do rol de denúncias que o Líder do PSDB acabou de afirmar aqui?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Relator, coincidentemente, as denúncias são todas após eu me tornar tesoureiro do Partido dos Trabalhadores e não há nenhuma condenação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu faço essa pergunta porque nós não podemos ter dois juízos de valores. Denúncias existem contra muitos membros inclusive desta Casa. Se pegarmos pelo pressuposto de que denúncia já é uma condenação, talvez nós estejamos criando uma jurisprudência para dificultar muitos dos processos dos próprios Parlamentares aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A questão de ordem de V.Exa. é embasada...?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Art. 95, combinado com o art. 5º, inciso III, da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Que fala sobre?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sobre a proteção contra tratamento desumano e degradante. E aí eu quero embasar isso inclusive na decisão do STF.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Carlos Sampaio tratou alguma pessoa desumanamente?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quem?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sim, porque prejudgou, chamou de criminoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quem?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O depoente.

E eu gostaria de me embasar na decisão que foi tomada no HC pelo Ministro Ayres Britto e também pelo Ministro Celso de Mello. Gostaria de ler para V.Exa. para ver qual a providência vai ser tomada.

Tenho repisado isso aqui, Presidente: se o tesoureiro do PSDB vier aqui, eu vou fazer a mesma defesa. E mais: Não aceito... Eu entendo que seja feito esse showzinho. Agora, a gente não aceita que as pessoas que vêm aqui sejam tratadas de maneira desrespeitosa, com prejudgamentos, como foi feito aqui. E, depois, sai correndo, como é uma prática muito comum — pelo que eu vi — do Líder do PSDB. Sai correndo, para não ouvir. Eu gostaria de embasar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não é necessário. Já tenho em mãos aqui o que V.Exa. irá ler. V.Exa. pode concluir a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Se V.Exa. já tem o embasamento, eu gostaria só que V.Exa. se manifestasse a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como nós acordamos aqui na última reunião de oitava — a Deputada Maria do Rosário, eu me lembro bem, questionou sobre essa mesma situação —, eu deixei bem claro que esta Presidência irá manter o respeito. Eu fiquei entrando e saindo porque estava procurando resolver esse problema do incidente que aconteceu no início da reunião, tentando saber quais eram as providências que haviam sido tomadas. Então, nós iremos, sim, manter o respeito. E, se V.Exa. achar que deve representar o Deputado Carlos Sampaio em alguma instância da Casa, V.Exa. tem todo o direito, como Parlamentar, para coibir que isso aconteça. Além do mais, eu irei garantir que o respeito será mantido no andamento da reunião.

Deputado Onyx Lorenzoni, V.Exa. tem até 5 minutos.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu quero agregar o tempo de Liderança do meu partido e a minha própria inscrição como membro titular desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer começar?...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu não vou perguntar. Eu vou usar este tempo para me referir aqui a todo o acumulado que eu tenho, que começa lá na investigação, em 2004...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero só indagar a V.Exa. O Deputado Mendonça Filho, que é o Líder do partido...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Acabei de conversar com o Presidente. Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então V.Exa. fala pela Liderança do Democratas...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Pela Liderança, como Vice-Líder que sou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...com mais o tempo de autor.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que no cronômetro seja somado o tempo de Liderança ao tempo de autor.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Daqui para frente, vamos dispensar a exigência de ofício.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Tem que zerar ali. É o 538 mais os 5 da Liderança. Nós vamos a 13 minutos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós, como fizemos com o PDT — o Deputado Weverton esteve aqui —, sempre adotamos o seguinte: chegando o requerimento determinando quem seria o Deputado que queria falar pela Liderança, nós estamos acatando. Como não há nenhum ofício que referende V.Exa. no dia de hoje, eu não tenho dúvida de que V.Exa. está respaldado...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Posso trabalhar, Presidente?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Presidente, só um esclarecimento antes da fala do Deputado Lorenzoni.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Posso trabalhar?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só um esclarecimento antes da fala do Deputado Onix Lorenzoni. Ele vai acumular o tempo dele de Líder com o tempo de autor. Está certo?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E o de inscrito.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O de inscrito? Essa é a minha indagação. Tem uma ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas o autor soma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onyx, eu darei a V.Exa. o tempo de Liderança e o tempo de autor, como fiz com o Deputado Carlos Sampaio. O de inscrito... Nós não abrimos esse precedente. Eu não gostaria de abrir.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu acato a decisão de V.Exa.

Eu quero voltar um pouquinho no tempo e pedir muita atenção ao Dr. Flávio D'Urso, por quem eu tenho imenso respeito.

A gente compreende que, dependendo do tamanho da encrenca, é o tamanho do advogado. E a encrenca é grande, porque senão o Dr. Flávio D'Urso não estaria aqui. Estaria qualquer um outro que acompanhou Renato Duque, Pedro Barusco e por aí afora. Para o Dr. Flávio estar aqui, olha, a encrenca é gigantesca, como é o esquema de corrupção que foi montado na PETROBRAS.

Mas eu quero voltar a 2004, quando o mesmo Juiz Sérgio Moro prende em torno de 25 doleiros como desdobramento de uma operação chamada Beacon Hill — ou Farol da Colina, em português. Por que essa operação é importante? Porque Roberto Jefferson disse na CPI dos Correios, disse no Conselho de Ética da Câmara e disse na tribuna o seguinte... Cobrando os 14 ou 15 milhões que o PT não tinha ainda pago do combinado com o Roberto Jefferson, em agosto de 2004, o todo-poderoso José Dirceu diz o seguinte: *“Olha, essa Polícia Federal meio Tucana prendeu os doleiros, e eu não tenho como botar o dinheiro do PT para dentro do Brasil”*.



As palavras não são minhas, Delegado Waldir. Eu estou repisando um fato histórico dito pelo líder do Sr. Vaccari.

Aí, o que acontece, Sr. Vaccari? Aí, lá, o Sr. Alberto Youssef foi preso naquela peça. E agora ele é preso de novo.

Naquela época, Dr. Flávio, não havia delação premiada — o senhor lembra bem — como há hoje. Crime de lavagem de dinheiro precisava ter crimes antecedentes. Agora é crime principal. O senhor sabe muito bem do que estou falando.

Mas o mesmo Alberto Youssef faz uma delação premiada onde? Eu e a sociedade brasileira ainda vamos ter aqui a condição de ver uma acareação entre Sr. Vaccari, Pedro Barusco, Renato Duque, depois que fizer delação premiada, Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa. Por que estou dizendo isso? Porque tanto o Sr. Alberto Youssef como o Pedro Barusco trocaram, já aplicada a dosimetria da pena, Dr. Flávio, 40 anos, 30 anos, como pegou lá o Marcos Valério, por 2 anos de semiaberto. O senhor sabe que é um baita negócio.

Esse cidadão que está do seu lado, que é o seu cliente, está aqui já numa primeira denúncia. Ele tem aí a corrupção passiva, que pode ir até 20, porque ele era... Não, até 16 anos. Ele tem 11 vezes. Na questão que envolve formação de quadrilha e lavagem de capitais ele tem 14 acusações. Há outra aqui com 24. Quer dizer, isso vai a 200, 300 anos, depois de aplicada a dosimetria. A saída é a delação premiada. Mas a delação premiada do Sr. Alberto Youssef tem o seguinte: se ele mentir — ou o Barusco mentir — e for pego na mentira, a pena triplica. Então, não tem nenhuma razão para ele fazer algo que não pode provar e jogar fora o benefício de trocar 30 anos por 2 anos de semiaberto. O senhor há de convir comigo, o senhor é um homem inteligente.

E, aí, ele diz aqui no Termo nº 1, textualmente, o seguinte: “*Que João Vaccari, mesmo antes de assumir como tesoureiro do PT, atuava perante a Diretoria de Serviços dando ordens a Renato Duque*”. Vou repetir: ele dava ordens a Renato Duque. Todo mundo sabe, na PETROBRAS, da arrogância — todo mundo comenta isso — e da prepotência dele. E, aí, a sorte de o senhor ter um advogado competente como o Dr. Flávio D’Urso. Porque aqui dentro desta sessão o senhor mentiu. Se o senhor tivesse na condição de testemunha com termo, sairia daqui



preso, o que faria certa justiça a todas as acusações que o senhor tem, e que ninguém entende, no Brasil, como é que o senhor não está pelo menos com algum tempo de restrição para poder explicar.

Por que eu digo que o senhor mentiu e afirmo que o senhor mentiu? O senhor disse aqui que o senhor só é tesoureiro do PT a partir de 2010, o que é fato. Só que quando no Depoimento 7 da delação premiada do Sr. Mendonça Neto, porque o senhor reconheceu que falou com o senhor na sede do PT, ele disse que esteve lá em 2008, ele não disse que estava em 2010. E se o senhor vai à planilha — aqui tem gente com cérebro, Dr. Vaccari —, aqui na planilha ele fez um depósito lá em 2008, em 2009. Como é que ele faz depósito em 2008, 2009? O senhor confessou aqui que falou com ele, só que o senhor estava pensando que era de 2010 para frente, mas ele lhe contradita dizendo que ele foi em... O senhor estava fazendo o que na sede do PT? Orientando um empresário a botar dinheiro na conta do PT. O senhor não estava lá como tesoureiro. Dr. Flávio, o seu cliente estava lá, porque ele era, por determinação de José Dirceu, o operador petista para saquear, assaltar e roubar a PETROBRAS. Era isso o que o senhor estava fazendo lá. E como o senhor não podia receber o empresário da PETROBRAS, marcou o encontro na sede do PT. É isso. É isso.

O operador recebe, na sede do PT, e diz para a pessoa: *“Está aqui a conta do partido. Deposita lá”*. É uma capa de ilegalidade. Mas tem gente que pensa, tem gente que acompanha os fatos.

Eu duvido que esse empresário — devia ter um salário de mais de 500 mil por mês — passou os últimos 3 meses comendo quentinha, fazendo o número um e o número dois agachado na frente dos seus colegas de prisão e tomando banho frio. Ele ficava em hotéis, como foi dito aqui, cinco estrelas, andando de avião para cima e para baixo. Ele está a fim de voltar a ser livre. E para ser livre, ele falou a verdade. E o senhor mente. E o senhor só escapa pela competência do Dr. Flávio D’Urso e por algo que eu até hoje não entendi: por que o Ministro Teori Zavascki, que é do meu Estado, entristece-me toda vez que faz isso, primeiro soltou o Duque. E o Dr. Sérgio Moro não passou recibo. Ficou só monitorando. Quando ele mexeu nos 20 milhões de euros, o Duque — pau! — foi para a cadeia. Agora, sem nenhuma razão...



Eu li aqui. Os argumentos do Dr. Flávio D'Urso são inteligentes. *“O cliente vai ser constrangido.”* Aqui ninguém está lhe constrangendo. Nós estamos apenas pensando e mostrando todo esse triste episódio, do qual o senhor é um dos principais artífices, na estrutura da PETROBRAS.

Eu posso sair do depoimento de Mendonça Neto e ir ao depoimento e à delação premiada de Alberto Youssef, que dizia que o senhor comandava Renato Duque.

O senhor chegou ao cúmulo, como João Paulo Cunha, de não respeitar a sua família. É uma tradição petista isso? O João Paulo Cunha, condenado no mensalão, mandou a mulher pegar dinheiro no Banco Rural. E o senhor mandou a sua cunhada receber 400 mil reais. Aliás, eu até tinha a foto dela. É esta senhora aqui, não é, a sua cunhada? *(Pausa.)*

Eu posso ir adiante aqui, por exemplo, nas combinações feitas com João Vaccari Neto no depoimento de Barusco. Barusco era alguém tão íntimo de Renato Duque que era quem o senhor pilotava, além de pilotar os outros também, porque ninguém levava livro. O Ildo Sauer, a Graça Foster... Nos depoimentos dos denunciadores aqui, eles até dizem: *“Olha eles provavelmente não sabiam nada, mas que a gente operava, operava”*. E apontam para o senhor, que não deixava passar nenhum contrato em branco. Ou o dinheiro ia para fora do Brasil... E aí Pedro Barusco, eu não tenho nenhuma dúvida, era o fiel depositário, não sei se do seu dinheiro, do dinheiro do Lula ou do dinheiro do Dirceu, mas de um dos três eu tenho certeza de que é.

Ninguém vem faceiro aqui, Dr. Flávio, tendo família, devolver 97 milhões e só faz uma escusa: *“Olha, gastei 1 milhão de dólares com a minha doença”*. Ele estava era prestando conta para não acabar como Celso Daniel.

Da mesma forma, eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que os elementos são muitos. E hoje, a mentira, a falsidade e as palavras... Igual a Delúbio! O senhor só não é tão debochado quanto ele era. Mas o senhor é cínico, o senhor é hipócrita...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E o senhor aqui exerceu esse mesmo sarcasmo que ele exerceu. Eu estava lá. Quando ele foi condenado e entrou



na Papuda tinha perdido aquele sorriso sarcástico de que ficaria impune, livre, leve e solto. O senhor também vai perder esse sorriso. Os brasileiros de bem querem isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu quero deixar aqui uma última palavra: é imperioso a esta CPI acarear a quadrilha, trazer um por um, junto com aqueles empresários que estão fazendo delação premiada, para o Brasil poder conhecer um desdizendo o outro e a verdadeira verdade.

Eu peço, por fim, a V.Exa. que envie ao Dr. Sérgio Moro e ao Ministério Público do Paraná essa parte em que eu descrevo e em que, respondendo ao Relator — talvez o melhor seja a transcrição —, o senhor Vaccari comete aqui o crime de mentir. Ele mentiu aqui, e isso é muito importante, porque vai ajudar o Dr. Sérgio Moro a esclarecer ainda mais os malfeitos do Sr. Vaccari e da sua quadrilha, provavelmente estruturada, liderada por José Dirceu.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

Próximo autor...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu não fiz pergunta nenhuma. Eu não preciso de resposta nenhuma de quem veio aqui para mentir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei a palavra à próxima autora, Deputada Eliziane Gama.

V.Exa. tem até 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sr. Relator, membros da CPI, Sr. João Vaccari Neto, faço uma pergunta para o senhor curta e gostaria também de ter a resposta. O senhor é inocente?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sou.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Vaccari, eu faço essa pergunta porque quem tem um histórico como o senhor... E eu o li. Com sinceridade, é impressionante. O senhor foi Presidente da BANCOOP — Cooperativa Habitacional dos Bancários do Estado de São Paulo. Na época foi denunciado pela Justiça paulista por malversação de recursos, acabando por prejudicar pelo menos 8.500 famílias. Como tesoureiro do PT, o senhor foi acusado pelo Youssef, além do



Youssef, pelo Pedro Ricardo Pessoa, Augusto Mendonça, Gerson Almada, Carlos Alberto Pereira da Costa e até pelo advogado do Youssef, de ser o operador do PT esquema de corrupção da PETROBRAS.

O Juiz Sérgio Moro aceitou a denúncia do Ministério Público. Hoje o senhor é réu no processo que faz essa investigação. A Justiça de São Paulo, o Ministério Público de São Paulo, a Polícia de São Paulo, o Ministério Público Federal, a Justiça Federal, a Polícia Federal, além disso — vamos lá! — ainda as 8.500 famílias que foram lesadas, todos eles... Nas delações premiadas que nós já ouvimos aqui constam — inclusive estou com algumas delas, do Barusco — todas essas pessoas. Todos eles estariam contra o senhor? O senhor seria, portanto, a pessoa mais perseguida da história recente do País, considerando todos esses elementos e todas essas pessoas, inclusive com uma força muito grande do ponto de vista da veracidade dos dados e das acusações?

Queria lhe fazer uma pergunta. Eu quero que o senhor, na verdade, anote-a porque o nosso tempo realmente é muito pouco. Todo mundo, Sr. Vaccari, não gosta de ser chamado de réu, de acusado, de investigado. É muito mais elegante que as pessoas chamem de testemunha. O senhor faz o inverso. O senhor vai na contramão dessa lógica, o senhor faz questão de ser chamado de réu, de investigado, porque o senhor vai atrás de um recurso para vir aqui a esta CPI. E eu fico, na verdade, me questionando: o objetivo é acima de tudo vir para mentir, o que está muito claro, com todos os questionamentos que já foram feitos até este presente momento.

Faço uma pergunta para o senhor, primeiramente, para a qual eu quero uma resposta imediata: quantas vezes o senhor foi à Europa ou para qualquer outro país, de qualquer outro continente, entre o período de 2012 e 2014? Quantas viagens internacionais o senhor fez nesse período?

Obrigada, caro colega.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Uma.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Para qual país?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Lima, no Peru.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Pronto, eu estou aqui com o fluxo migratório da Operação — agora, última etapa, juízo final — que traz um dado



interessante, que fala, na verdade... Eu não gosto muito de tratar de família, mas neste caso não é uma questão de família, é o caso de uma pessoa que é membro de sua família e que tem uma participação direta em todo esse esquema. Os dados mostram, por exemplo, o seguinte: em maio de 2012, a sua cunhada fez uma viagem para a Itália; em novembro de 2013, fez outra viagem para o Panamá. Detalhe: aliás, o Panamá é onde há uma filial aberta pelo Dirceu no ano de 2015. O Barusco esteve aqui na CPI e deixou claro que chegou a fazer reuniões com empreiteiros fora do País, em Milão, também na Itália, no período de 2011. Eu pergunto ao senhor: qual a relação...

O senhor colocou, há pouco, que a sua relação com a sua cunhada é uma relação meramente familiar. Mas eu tenho aqui um registro que o tempo...

Presidente, 30 segundos, por favor, ajude-me com esse tempo.

Por exemplo — não vou ler tudo, não —, aqui a informação é prestada pela Polícia Federal e fala exatamente isto, vamos lá: *“(abre aspas): Marice Correa Lima é figura conhecida na época do mensalão, coordenadora administrativa do PT, que, na época, teria efetuado um pagamento de um milhão, em espécie, à Coteminas. Interessante ainda destacar aqui que Marice de Lima é cunhada do atual tesoureiro do PT João Vaccari Neto. Observa-se, portanto, que a mesma continua atuando na movimentação de valores, ao que tudo indica para o Partido dos Trabalhadores, ao qual aparece vinculada”*.

Eu pergunto: o senhor tem conhecimento dessas viagens internacionais de sua cunhada e eventualmente do que de fato ela foi fazer durante essas viagens?

Mais uma pergunta, para finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Concluo, Presidente.

Eu quero, por último... Não vai dar para eu fazer minhas perguntas. Infelizmente o tempo é muito pouco, Presidente. Como autora, eu acho até que deveria ter o mesmo tempo do Sub-Relator.

Por último, eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor acerca deste momento. O senhor acha que vale a pena participar de toda essa corrupção e ainda por cima envolver familiares? Nós temos o caso da sua esposa. O senhor a citou aqui quando falou do Cláudio Mente, chamou-o de “meu amigo”, mas o senhor disse



que foi através da sua esposa que foi feita uma movimentação financeira da ordem de 400 mil reais, com a sua cunhada também participando de todo esse esquema, com recebimento de dinheiro, inclusive em espécie. Vale a pena tudo isso, Sr. Vaccari? Colocar inclusive em xeque a índole da sua família? Porque ela também poderá ser convocada para esta CPI.

Vou aguardar as respostas e depois eu retorno porque eu também estou inscrita no tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sra. Deputada, quero voltar a ressaltar que eu sou tesoureiro desde o ano de 2010. E sobre a relação com a minha cunhada, é estritamente familiar, volto a reafirmar isso. Ela trabalha numa organização internacional e faz viagens constantes a vários locais distintos, portanto...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas ela era coordenadora administrativa do PT. O senhor não tinha relação com ela nesse nível?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Nessa época eu não era tesoureiro do PT. Eu sou tesoureiro do PT desde 2010. O.k.?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Com as outras perguntas que eu fiz para o senhor, referentes a todas essas informações que constam do Ministério Público Federal, de delação premiada, enfim, mesmo assim o senhor continua afirmando que o senhor é inocente?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sra. Deputada, eu quero reafirmar aqui que os termos das delações premiadas dos Srs. Alberto Youssef, no que se refere à minha pessoa, não são verdadeiros... E os termos...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E a do Barusco? Porque o Barusco, na verdade, em boa parte cita o senhor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - S.Exa. já concluiu o tempo.

Eu peço a V.Sa. que conclua as respostas. A Deputada já concluiu. A palavra está com V.Sa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Responda... do Barusco... a delação premiada...



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou reafirmar o que eu já disse aqui: as declarações das delações premiadas do Sr. Pedro Barusco, no que se refere à minha pessoa, não são verdadeiras.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só é verdadeiro que o senhor era chamado de “Moch”, ou “mochila”, porque o senhor confirmou isso agora. *(Pausa.)* O senhor não vai responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já concluiu as respostas?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Aquela resposta já. Está fazendo outra pergunta. Eu respondo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pode responder, e aí passarei para outro autor.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu uso uma mochila...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ele o cumprimentava como “Mochila”?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei seguimento.

O próximo autor é o Deputado Júlio Delgado.

V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Vou tentar ser bastante rápido, Presidente, que realmente os 5 minutos não dão, e a gente já foi, de certa forma, contemplado por outros companheiros.

Mas faço uma pergunta à Presidência, primeiro, e à Secretaria da Comissão: existe requerimento convocando a Sra. Marice Correa de Lima para esta CPI, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como são 600 requerimentos, eu peço à Secretaria que xeqe e darei a resposta a V.Exa. assim que a obtiver.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É importante, porque, como o Sr. Vaccari disse que tem uma relação estritamente familiar, e a relação dela também é partidária, temos que agora ouvi-la para saber se a relação dela é só familiar ou também é partidária. Portanto, se não existe, nós temos que apresentá-lo.

Aqui nós estamos vivendo, Sr. Vaccari, um verdadeiro faz de conta: o senhor faz de conta que responde, e muitos aqui fazem de conta que perguntam, porque, como disse o nosso Relator — e aí eu quero concordar com ele —, não pode ter



dois pesos e duas medidas. Para alguns, algum dinheiro da PETROBRAS que foi oficialmente passado para algum partido político e foi doação oficial não é propina; para o senhor, é. Então a gente tem que saber separar — já disse isso alguma vez aqui — o peso que vale para um e o peso que não vale para outro. Porque isso V.Sa. disse aqui no início da sua exposição.

Diante disso, eu gostaria de fazer algumas indagações rápidas, nestes 5 minutos, para que V.Sa. possa responder no final. Eu perguntei ao Sr. Barusco, aqui na CPI, e ele falou que começou a operar por conta própria em 1998, 1999, e que, a partir de 2003, foi institucionalizado pelo Sr. Renato Duque para começar a operar para o partido. Eu fiz a seguinte pergunta a ele: quem foi o passarinho que chegou para o Renato Duque e disse assim: *“Olha, o Barusco coopera. Vai lá conversar com ele, que ele pode ampliar esse rol”*.

V.Sa. disse aqui, várias vezes, que ia às empresas e que recebia no partido já como tesoureiro. A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: como é que o senhor batia na porta das empresas? Aleatoriamente? Eu não sei fazer uma visita a um diretor que eu não conheça ou que eu não tenha sido indicado. Por exemplo, o Deputado Altineu Côrtes chega pra mim e diz: *“Júlio, procura Fulano para resolver um problema lá em Juiz de Fora, porque ele é meu amigo”*. Alguém indicou o senhor para ir a essas empresas todas. O senhor, como tesoureiro do PT, não ia bater na porta de todas as empresas do Brasil que têm ou não obras públicas seja com o Governo Federal, seja com outros governos. Eu quero saber como é esse encaminhamento por parte do tesoureiro ao receber essas doações.

Muitas dessas empresas eram empresas cujos diretores estão em peso envolvidos no esquema da PETROBRAS. Esse dinheiro foi passado de forma oficial? Não oficial? Foi legalizado para o PT e depois o PT repassou para campanhas eleitorais? Quais? Ao ter o encaminhamento dessas empresas, não tem condições de saber se essa empresa tem esse recurso da propina oriundo da obra da PETROBRAS ou de outra obra. Mas a empresa fez! E V.Sa. foi lá, como disse aqui. Foi em várias delas.

Outra pergunta é a seguinte. O senhor teve, com a competência do Dr. Flávio — já o conhecimento de história —, uma mídia “treme” muito boa. Teve, até ontem, uma possibilidade declarada pelo Supremo para que pudesse aqui mentir, porque não



está na situação de investigado. E nós temos que ficar passíveis a isso. Mas eu vou lhe perguntar.

As três ou quatro vezes com relação ao Barusco e ao Youssef, V.Sa. disse o seguinte: *“Nos termos da declaração, eu afirmo que, com relação à minha pessoa, são inverdades”*. Não comprovadas, V.Sa. vai pedir a quebra de delação do Sr. Youssef e do Sr. Barusco, como foi pedida ontem pelo advogado Dr. José Luiz, com relação ao Youssef, no caso do BANESTADO, e foi indeferida no Supremo? O senhor está com disposição de pedir a quebra da delação deles ou vai manter a delação para eles poderem continuar o prêmio da redução da pena?

Por último, quero perguntar a V.Sa. se, na disposição — e já foi dito aqui várias vezes —, qual é a sua relação com o Renato Duque. Quantas vezes esteve com ele em encontros do PT, ou não? Quem lhe apresentou e como é que o Renato Duque começou a ter relações na diretoria que ele operava, através do PT, com as empresas que estão envolvidas no escândalo da PETROBRAS?

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, quero mais uma vez reafirmar que eu sou tesoureiro do PT desde 2010. Isso que é importante frisar. E também, nesse período todo, as doações partidárias ou eleitorais são doações legais e registradas no TSE. E os termos da delação premiada do Sr. Pedro Barusco, no que se refere à minha pessoa, não são verdadeiros. A estratégia jurídica a ser desenvolvida nós vamos debater com o Dr. Dusso. Por último, meu relacionamento, conforme eu prestei esclarecimento na Polícia Federal, com o Sr. Renato Duque é um relacionamento amistoso e social. Uma pessoa com a qual eu gosto de conversar, discutir política, enfim, assuntos diversos, porque é uma relação que eu exerci e hoje eu não exerço, mas é uma relação amistosa e social.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, mais uma vez, o Sr. Barusco não respondeu. O Sr. Barusco não respondeu. V.Sa. passa e também não responde. Eu quero saber o caminho. V.Sa. disse aqui que tem uma relação com o Duque, conversavam sobre política e nunca conversaram sobre a PETROBRAS! E há outra coisa: o Renato Duque ou outra pessoa, quem quer que chegue a V.Sa. e diz o seguinte: *“Vai lá!”* Acabei de dar o exemplo aqui do meu colega Altineu. *“Vai lá!”*



Procura tal empresa. Procura tal empresa.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado. Para concluir.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É isso. O senhor não respondeu.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, é usual, no exercício do meu mandato de Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores, procurar as empresas, procurar pessoas físicas para captar contribuições partidárias ou eleitorais. Então, faz parte do meu trabalho, faz parte da missão estatutária, quando nomeado Secretário de Finanças do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, concedo a palavra ao último autor, Deputado Ivan Valente.

V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Vaccari, eu queria começar colocando uma questão... *(Pausa.)*

Peço que volte o meu tempo, Presidente, porque eu tenho pouco tempo e estão atrapalhando aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Reponho o tempo do Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, eu queria começar colocando a seguinte questão. A última declaração do Sr. Paulo Roberto Costa foi a seguinte: *“Doação oficial é balela. É empréstimo. Não tem doação oficial”*. Segundo: não dá para distinguir o que é dinheiro da propina do que é caixa da empresa. E as empresas doaram, como o mapa mostrou, para a maioria dos partidos que estão aqui. E é por isso que eu pedi, sim, o afastamento de todos que tinham recebido das empreiteiras, porque não dá para distinguir o que foi dinheiro da corrupção.

V.Sa. está aqui hoje porque V.Sa. é tesoureiro do PT. O que eu acho engraçado é que é só o tesoureiro do PT que visita isso, os outros mandam emissários ou secundários para pegar o dinheiro. E o PT não aprendeu nada, então, com o Delúbio Soares, que foi parar na cadeia. Isso é muito grave.



Por exemplo, eu quero uma resposta, Sr. Vaccari, clara, que é o seguinte: o que o senhor foi fazer no escritório do Youssef? Eu não entendi. Ele não estava lá, mas o que o senhor foi fazer lá? Eu pediria ao senhor que respondesse rapidamente.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Agora?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Bom, pode ser depois. Eu não quero perder tempo. Eu só quero entender o seguinte: não havia o que fazer lá, porque o Youssef já é figura que rompeu delação premiada e é, da CPI do BANESTADO, bandido. Então, eu não sei o que V.Sa. foi fazer lá. Explique aí.

Segunda questão: por que tantos jantares com o Renato Duque em hotéis? E V.Sa. cita que com os empresários é institucional. E com o Duque? O que é? Porque o Duque está sendo acusado de ter 20 milhões de euros no exterior e de transferir para outro lugar. Por isso é que ele está preso neste momento. A terceira questão, e esta é que é a questão central, já foi feita, mas eu quero repeti-la: por que é que o acusam? Os que acusam o senhor pela delação premiada — e eu quero citar vários, Youssef, Barusco, Duque, Eduardo Leite, Augusto Mendonça, empresários ou não — sabem que podem perder a delação premiada e podem ser condenados a mais anos de prisão. O que está atrás disso? É uma campanha de difamação contra o Partido dos Trabalhadores?

E quarto lugar: o que faz um empresário ir lá bater na porta do PT e dizer: “*Eu quero doar*”. O senhor acha que são projetos políticos que fazem os empresários doarem? São identidades partidárias?

Está aqui, Sr. Presidente: doações feitas, no ano de 2011, fora das eleições. Quando houve eleição, o PT recebeu 1 milhão e 3,3 em fevereiro da construtora Andrade Gutierrez. No mesmo período, o PSDB recebeu 1,4 milhão da construtora Queiroz Galvão, em fevereiro. Aqui o que é? É decisão ideológica que essas empreiteiras têm? Estão todas na Lava-Jato neste momento.

E eu queria colocar, Sr. Presidente, uma outra questão, que é a seguinte: eu só acho possível esclarecer essa questão com João Vaccari com as acareações. Por isso eu entrei com os três pedidos, envolvendo o Duque, o Barusco e V.Sa., porque não é possível ter outro tipo de reconhecimento, já que V.Sa. nega, mas, na verdade, não é crível que tudo isso não passou de um mal-entendido. O Sr. Barusco



quer devolver 100 milhões de dólares, e acumulou para isso. O Sr. Duque possivelmente tem muito dinheiro no exterior. E o Sr. Youssef já fez a denúncia, etc.

Quero finalizar com uma pergunta. O PSOL não recebe recursos de empreiteiras, conforme o mapa que o senhor mostrou ali, e defende o financiamento público da campanha. O PT também defende o financiamento público, mas não o pratica; pelo contrário, é um dos que mais recebe. Não pratica suas convicções em períodos de eleição. O senhor defende que o PT deixe de receber recursos de empreiteiras, independente da decisão da reforma política na Câmara ou da decisão do Supremo — e nós estamos esperando o Ministro Gilmar Mendes sair de cima da ação da OAB — impedindo o financiamento empresarial por empreiteiras?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - São essas as perguntas que eu gostaria de fazer e peço que o depoente responda.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes de passar a palavra ao depoente, comunico aos Srs. Deputados que, atendendo a solicitação do Deputado Ivan Valente, determinei a retificação da ata da reunião realizada no dia 7 de abril de 2015, aprovada nesta reunião.

Farei chegar às mãos de V.Exa. Apesar de V.Exa. não concordar, V.Exa. é um Deputado muito bem tratado por esta Presidência e sempre que solicita nós o atendemos, dentro dos termos regimentais.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, só um registro: isso só confirma a conveniência da leitura da ata. Às vezes parece que é um procedimento... E nós sabemos que não foi proposital o registro, digamos assim, imperfeito. Às vezes parece que é obstrução, mas não é.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria só agradecer a correção que V.Exa. fez e espero, de agora em diante, que V.Exa. nunca mais corte o meu microfone nas questões de ordem (*risos*) e, em segundo lugar, continue atendendo os pleitos, porque o que nós queremos é investigar a verdade aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não tenho dúvida, Deputado Ivan Valente.

Com a palavra o Sr. Vaccari.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu queria registrar a minha opinião sobre a questão das doações privadas nas campanhas eleitorais ou partidárias, nas doações partidárias ou eleitorais. A minha opinião, enquanto membro do Diretório Nacional do PT: eu sou a favor de que os partidos recebam só recursos públicos, diante da proporcionalidade que tenham dentro da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional. Essa é minha posição. É lógico que esse debate é um debate intenso que vem sendo feito dentro do PT e que deverá, no nosso Congresso, que vai ser feito em Salvador, ter um posicionamento firme sobre isso, seja qual for ele. Mas é um debate que existe hoje do ponto de vista de como se financiam os partidos políticos no Brasil.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E vão acabar os jantares, então, não é?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - A segunda questão que se coloca é a questão da equivalência entre as doações. Se observados os gráficos que foram apresentados no início desta sessão, quando de 2007 a 2013, que são os estudos do *Estadão*, mantém-se a equivalência entre os três principais partidos no que se refere a doações legais das empresas investigadas na Lava-Jato. Se você coloca o período de 2010 a 2014, também se mantém a equivalência entre os três partidos, PT, PMDB e PSB, no recebimento dos recursos das empresas investigadas na Lava-Jato. Quando nós fazemos o período 2010 a 2013, em que sou eu o tesoureiro nesse período, também se mantém a equivalência entre os recursos recebidos das empresas investigadas na Lava-Jato, ou seja, a equivalência existe entre todos os partidos, porque as empresas fazem as doações de acordo com os seus interesses, suas necessidades e as compreensões que têm do País, da economia, dos partidos, e assim sucessivamente. Antes de...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A minha primeira pergunta: por que o senhor foi ao escritório do Sr. Youssef?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Era isso que eu ia responder. Tem essa pergunta e a outra.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A outra seria assim: quando o senhor vai a jantares com empresários, o senhor dá o nome de visitas institucionais. Quando o senhor encontrou o Sr. Duque e o Sr. Barusco, o senhor não deu um nome. Que conceito o senhor põe nessas visitas aí? São só amigáveis? O senhor é amigo deles? O Sr. Barusco falou que o senhor encontrava o Sr. Duque uma vez por mês! Está aqui no processo. É bastante. O senhor é amigo íntimo do Renato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo do Deputado Ivan já se esgotou.

Eu peço que V.Sa. conclua, para que a gente possa dar seguimento às perguntas.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu vou reafirmar o que eu já disse aqui. Quando eu fui prestar o depoimento na Polícia Federal, eu disse que o meu relacionamento com o Sr. Renato Duque era um relacionamento amistoso social, né? Então, eu tenho uma relação com ele. Não digo que sou plenamente amigo dele, porque eu nunca fui à casa dele, nunca o visitei em qualquer lugar, exceto quando a gente se encontrava sem agenda e casualmente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas em hotéis? Por que em hotéis?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Onde eu ficava hospedado no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas por que os encontros? Eram para tomar um uísque? O que era exatamente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. Vaccari, V.Sa. já concluiu as respostas?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, ele ainda não concluiu a resposta sobre o que foi fazer no Youssef.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não há como concluir, porque V.Exa. não para de perguntar.

Então, eu peço que conclua, que responda à última pergunta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu só tenho 5 minutos, Sr. Presidente. Eu só peço que responda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que V.Sa. responda à última pergunta. Aí nós passaremos para o próximo Deputado.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Responda sobre o Youssef, pelo menos.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - No início desta sessão da CPI, respondendo ao Relator, indagado sobre essa questão, Deputado, eu disse que fui ao escritório do Sr. Alberto Youssef, me identifiquei, fui até o andar dele, ele não se encontrava, eu voltei e fui embora.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas por que o senhor foi?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu fui a convite dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu passarei, agora, à inscrição de Líderes. Respondendo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É uma frase só, Sr. Presidente. Por que ele foi lá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O que eu estou querendo aqui é dar o direito de V.Exas. poderem também falar. Mas se V.Exas...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Ele estava no meio do raciocínio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Por parte deste Presidente, não há nenhum problema. Se quiserem, eu dou um tempo indeterminado ao Deputado Ivan e a gente dorme aqui. Não há nenhum problema. Eu não tenho...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero só uma resposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com relação ao trabalho, eu estou...

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, o senhor é muito generoso, deixe-o responder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deixe-o responder.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A pergunta era crucial, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. deseja concluir? Tem mais alguma coisa a dizer? *(Pausa.)*

Já concluiu.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas ele não respondeu.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu pediria só que respondesse a essa última...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Respondendo ao Deputado Júlio Delgado, que nos perguntou se havia algum requerimento pedindo a convocação da Sra. Marice Correa de Lima, existe o Requerimento nº 404, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes.

Eu o farei chegar às mãos de V.Exa., para que V.Exa. possa... Peço à Secretaria que o entregue ao Deputado Júlio Delgado, para que ele possa ter acesso...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Para que eu possa saber, Presidente, quando nós vamos ter uma reunião administrativa, para aprovarmos esses requerimentos. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será informado. Teremos reunião de trabalho na próxima semana e marcaremos a deliberativa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes, pela Liderança do Bloco PRB.

V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, é possível acumular o meu tempo de Líder com o tempo de inscrito para fazer as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos apenas acumulando o tempo de autor ao de Líder. O tempo de inscrito nós não estamos antecipando de nenhum Deputado. Infelizmente, não posso atender V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu queria, então, Sr. Presidente, abrir mão do meu tempo agora de Líder e falar no meu momento como perguntador, para acumular o meu tempo de Líder com o tempo das perguntas, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido.

Com a palavra o Deputado Bruno Araújo.

V.Exa. falará pela Liderança da Minoria e tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, cumprimento todos os membros da Mesa, o advogado...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Só lembro — eu irei repor o tempo de V.Exa. — que no tempo de Liderança perguntas não podem ser feitas, apenas o pronunciamento.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Claro. Eu quero apenas fazer considerações que julgo pertinentes. Cumprimento os membros da Mesa, cumprimento o Dr. D'Urso, mais uma vez cumprimento o nosso Deputado Sibá Machado e o Assistente da Defesa do Dr. D'Urso, presente à Mesa também.

Bom, senhores, eu pediria primeiro, Presidente, e aqui faço referência a alguém muito importante para a nossa história, alguém que vem da Paraíba, radicado em Pernambuco, nosso grande Ariano Suassuna... Na sua obra *O Auto da Compadecida*, Selton Mello immortalizou no cinema e na TV o Chicó, que deixava claro quando dizia: *“Não sei, só sei que foi assim”*. É o que a gente passou e vive horas ouvindo aqui ao longo da reunião, embora com vacilos emocionais muito importantes que foram constatados aqui nas respostas do Sr. Vaccari, sobretudo com os questionamentos do Deputado Carlos Sampaio.

Eu começaria e volto a insistir no que trouxe aqui o Deputado Altineu, porque, em 2012, Líder do PSDB, eu trouxe a esta Casa esses números. Corrigi aqueles eslaides que mostram números muito parecidos de arrecadação, no ano de 2011, quando o Partido dos Trabalhadores, na entressafra, pelo discurso utilizado por V.Sa. de que o partido tinha débitos — óbvio, o partido podia ter débitos, como o PSDB tinha, como o PMDB tinha... A diferença é que, em 2011, o PMDB do Deputado Perondi arrecadou 2 milhões e 800 mil reais; o PSDB arrecadou 2 milhões e 800 mil reais; o PT arrecadou 51 milhões de reais, 1 ano após a chegada do Tesoureiro Vaccari. Eficiência!

Sabe o que se caracteriza aqui? O que o Ministério Público e a Polícia Federal, lá no Paraná, em Curitiba, estão dizendo? Estão dizendo que há um esquema de corrupção que gerou dinheiro de caixa dois, há um esquema de recurso no exterior, e não é nenhuma novidade, porque todos vão recordar. O Sr. Duda Mendonça veio aqui e disse: *“Eu recebi dinheiro no exterior do PT”*. Ele veio aqui e comunicou isso ao País. Respondeu a processo no Supremo Tribunal Federal, foi



inocentado pelo princípio de que não conhecia que o dinheiro era ilícito, mas veio e afirmou.

Duda Mendonça recebeu dinheiro no exterior do Partido dos Trabalhadores para pagar a campanha presidencial do Presidente Lula. Não há novidade do PT com dinheiro no exterior. Em nome do PT é óbvio que não está, porque pareceria algo ainda mais acintoso.

O que o Tesoureiro Vaccari inovou, segundo o Ministério Público e a Polícia Federal, sabem o que é? É a utilização da Justiça Eleitoral para homologar dinheiro sujo. É a utilização da Justiça Eleitoral como lavanderia. É a utilização da Justiça Eleitoral para lavar dinheiro de propina. Essa é especificamente mais uma inovação trazida pelo Partido dos Trabalhadores.

Aqui, quando o Sr. Vaccari diz que não sabe qual é a estratégia, se é essa ou não a estratégia que será usada na defesa com o Juiz Sergio Moro, olha, nós esperamos que o que esteja sendo dito aqui seja verdadeiro, que seja o mesmo que vai ser dito lá em Curitiba na sua defesa.

É óbvio que, se for nessa linha, não é nada diferente do que nós ouvimos e assistimos anos atrás aqui com os mesmos desmentidos do Sr. Delúbio. E o Brasil sabe o que aconteceu com o outro tesoureiro do Partido dos Trabalhadores. É o segundo tesoureiro do Partido dos Trabalhadores que vive o mesmo ambiente.

Nós — e fica claro quando vimos posições como a do Deputado Bruno Covas — sabemos que é inevitável que essa acareação se dê o mais rápido possível, com todos os outros que por aqui passaram. Há contradições, há necessidade de haver explicação do que o Sr. Vaccari foi fazer no escritório do Sr. Youssef, alguém com reputação absolutamente conhecida da Justiça.

E para concluir, utilizando as palavras da Deputada Eliziane, da mesma forma, V.Sa. tem família, sabe que todos estão lhe assistindo. V.Sa. não pode andar hoje pelas ruas do Brasil, porque sabe que o ambiente não é nada bom para o PT e muito mais desagradável para aqueles que pilotam todo esse esquema. Quem sabe, com uma reconsideração, tudo isso não seja um reencontro para dar mais tranquilidade e um exemplo à sua família.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



O Deputado Aluisio Mendes requisita a palavra como Líder.

V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. João Vaccari, grande parte das perguntas, das minhas dúvidas, foram esclarecidas pela colocação de outros colegas aqui. Mas algumas dúvidas continuam na minha cabeça. O senhor, depois do problema da BANCOOP, mesmo depois de todo aquele problema, daquele escândalo da BANCOOP, foi escolhido, como o senhor disse aqui, para Secretário de Finanças do PT, o termo usado para ser tesoureiro. O senhor não acha, pela sua devoção ao partido, que era uma situação muito constrangedora, naquele momento, o senhor, respondendo ainda na condição de indiciado, de réu, a um processo por lavagem de dinheiro, por estelionato, ser eleito tesoureiro do PT, um partido com essa repercussão nacional? O senhor não imaginou, naquele momento, que seria um dado muito constrangedor? O senhor vai me responder; só estou fazendo algumas colocações.

O senhor passou de 2010 a 2014 como tesoureiro do PT, até hoje. Durante esse período, o senhor também ocupou o Conselho de Administração da Itaipu Binacional, a maior geradora de energia do mundo e do País. O senhor não acha que havia um conflito de interesses entre ser conselheiro da maior geradora de energia do mundo e do País e ocupar uma função no PT, justamente a função que fazia do senhor um arrecadador de recursos para o PT? Eu imagino que muitas dessas empresas que estão hoje envolvidas aí na Lava-Jato prestam ou prestaram serviços à Binacional Itaipu. O senhor não imagina que haveria um conflito de interesses? Não se sentia incomodado fazendo parte do Conselho de Administração dessa Binacional e fazendo parte da Secretaria de Finanças do PT? O senhor não acha que havia um conflito de interesses nessa questão?

Outra questão que me causa muita surpresa, Sr. João Vaccari, é que o quadro que o senhor apresentou aqui é muito esclarecedor com relação à arrecadação de todos os partidos com as empresas envolvidas na Lava-Jato. Mas, em nenhum momento — e estou aqui com todas as delações premiadas —, em nenhum momento a gente vê a citação de nenhum nome de nenhum outro tesoureiro desses partidos, o que me leva a crer que há uma verdadeira armação contra o senhor e contra o Partido dos Trabalhadores.



Eu gostaria que o senhor refletisse sobre isso. O que leva, embora todos os grandes partidos tenham recebido recursos dessas empresas, apenas o senhor ser citado em todos os depoimentos, seja de empresários, seja de diretores da PETROBRAS, seja do doleiro Youssef, apenas o senhor ser citado nas delações premiadas como uma pessoa que usou essa engrenagem criminosa na PETROBRAS para captar recursos para o PT? Existe alguma coisa aí que a gente não consegue entender. Já que todos os partidos usaram dessas empresas para arrecadar recursos, por que apenas o senhor é citado em todas as delações premiadas como a pessoa que participava desse esquema criminoso na PETROBRAS?

O senhor disse aqui que não tinha uma relação de amizade com o Sr. Pedro Barusco. Já com Renato Duque o senhor disse que havia uma relação de amizade, não amizade íntima, mas de uma amizade. Se se encontra regularmente para jantar, para trocar ideias, é óbvio que há uma relação de amizade. O que fazia uma pessoa que não gozava da intimidade do senhor, nesses jantares frequentes com o Sr. Renato Duque, participar desses colóquios, desses encontros festivos? É uma dúvida, porque, se era uma relação de amizade do senhor com o Duque, o que Pedro Barusco fazia? Ele diz aqui, na delação premiada dele, que nesses encontros se tratava também de arrecadação de recursos, de contratos da PETROBRAS, de valores recebidos. Então, se Pedro Barusco diz isso e participava desses jantares, o que ele fazia lá se não participava da intimidade do senhor nem do Sr. Renato Duque? É uma dúvida que eu tenho também.

O senhor disse aqui também que tem apenas uma relação de parentesco com a Dona Marice, sua cunhada, não é isso? Ela faz parte do Diretório do PT há muitos anos, da administração do PT. O senhor também faz parte da estrutura do partido há muito tempo. Nessa relação de parentesco, quem chegou primeiro à estrutura do PT, o senhor ou Dona Marice? Quem levou quem ao partido, porque ela também faz parte do partido? Então, eu gostaria de saber se essa relação de parentesco não se transmutava também para a relação de vocês dentro do PT ou era apenas uma ocasião de ela estar lá e o senhor chegar posterior a ela.

Eu fiquei impressionado aqui com o depoimento do Sr. Eduardo Leite, quando ele diz textualmente que o senhor pediu da empresa da qual ele era Vice-



Presidente, a Camargo Corrêa, valores que deveriam doados para o PT em função de contratos obtidos na PETROBRAS. Isso faz parte do termo de delação premiada dele. O que o senhor imagina que levou esses empresários, todos eles, em seus depoimentos, a dizer que o senhor não era simplesmente um arrecadador, era um controlador dos contratos feitos entre essas empresas e a PETROBRAS? Eles todos são unânimes em confirmar que o senhor participava de todas as reuniões onde se definia que contrato e quem levaria que percentual em cada contrato.

O senhor imagina que há verdadeiramente uma organização, uma equipe preparada para conspurcar contra o seu nome e contra o Partido dos Trabalhadores, a despeito de todos os outros partidos terem recebido doações oficiais ou não dessas empresas da Lava-Jato?

São essas as ponderações sobre as quais eu quero que o senhor reflita. Eu vou voltar no meu tempo ainda como inquiridor e quero que o senhor responda a essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento...

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Sr. Deputado Silas.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - O som está muito baixo. Será que não dá para pedir para aumentar um pouquinho o volume?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço ao serviço de som que aumente o volume do som, para que os Srs. Deputados possam ouvir.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Não ouvi absolutamente nada do que o nobre colega falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como no tempo de liderança não é permitido fazer perguntas, V.Sa. quer fazer algum esclarecimento?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - É só um pequeno esclarecimento. Sobre a minha cunhada. E ela se demitiu do PT em 2005. Ela não faz parte do PT. Ela trabalha em outra empresa. Nada mais tem a ver.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu disse que ela fez parte da estrutura do partido, não que ela ainda faça parte. Até 2005, ela fez parte da estrutura de funcionários do PT.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Isto. E saiu. Ela se demitiu, foi cuidar dos interesses pessoais dela. Só para esclarecer mais um detalhe, todas as denúncias para as quais não há condenação foram feitas depois que me tornei Tesoureiro do PT. Todas! Só isso, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Sr. Deputado Ronaldo Nogueira.

O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. fala por qual partido?

O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA - Falo pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA - Quero cumprimentar o Presidente e cumprimentar também o depoente, cidadão João Vaccari Neto.

Prezado depoente, o senhor é bancário e sindicalista brasileiro e também hoje ocupa a função de Tesoureiro do PT, do Partido dos Trabalhadores. Segundo o que foi noticiado, e também constante do processo promovido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, o senhor, no exercício da Presidência da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo, mais conhecida por BANCOOP, foi denunciado por utilizar recursos dos associados da Cooperativa, trazendo prejuízos na faixa de 70 milhões de reais, para utilizar esses recursos para servirem como caixa dois para o PT. E o processo ali envolve situação de estelionato, falsidade ideológica, crime de lavagem de dinheiro por desvios de recursos, trazendo prejuízo aos pretendentes mutuários do sistema de cooperativa.

Eu, na condição de Líder, não estou fazendo pergunta, mas o senhor fique bem à vontade no sentido de responder ou não a este questionamento: procede essa denúncia do Ministério Público de que esses recursos que supostamente foram desviados dessa Cooperativa foram utilizados para campanhas eleitorais ou para manutenção do Partido dos Trabalhadores? E aqueles cooperados que denunciaram



o prejuízo, eles realmente não receberam as suas unidades habitacionais e permanecem com o prejuízo e com o dano?

A segunda questão que eu faço diz respeito ao caso PETROBRAS. O Ministério Público e a Polícia Federal indicam que os Srs. Paulo Roberto Costa, Pedro Barusco e Renato Duque foram operadores dentro da PETROBRAS de uma das maiores organizações criminosas para, através de atos de corrupção, beneficiar empresas, beneficiar partidos políticos — alguns partidos políticos, não todos — e beneficiar determinados políticos. Somente na conta no exterior do Sr. Renato Duque foram encontrados na faixa de 70 milhões de reais! O prejuízo levantado para a PETROBRAS em razão desse ato criminoso superou a casa dos 2 bilhões de reais! E, na denúncia da Polícia Federal, ali indica que o senhor dizia quais eram as contas em que seriam depositados esses recursos desviados. Seria importante se fosse aqui noticiado de quem eram essas contas, quem foram os beneficiados: foi partido político, foram empresas, foram pessoas físicas, foram políticos que estão no exercício do mandato?

Eu sei que, em razão da experiência política, da atividade política que o senhor tem aí há longo tempo, da militância dentro do próprio Partido dos Trabalhadores, o senhor, além dessa militância, também é um pai de família e conhece de perto a situação dos brasileiros hoje. Esse crime trouxe na sua esteira dano imenso para todo o País, recursos que foram desviados que poderiam ser investidos na saúde, na educação, na nossa própria infraestrutura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Queira concluir, Deputado Ronaldo.

O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA - Então, eu gostaria — e eu concludo, Presidente — de colocar à vontade o Sr. João Vaccari Neto, no sentido de poder dar essa contribuição para o País e, de certa forma, honrar o sobrenome, o legado da sua família.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, a primeira observação que o senhor faz é sobre a Cooperativa Habitacional dos Bancários. Esse é um processo que foi exaustivamente debatido — está certo? — com os cooperados, foram providenciadas soluções, e está numa fase final de construção de soluções para todos os cooperados. Sobre a segunda questão que o senhor coloca, do Sr. Paulo



Roberto Costa, do Sr. Eduardo Leite e do Sr. Pedro Barusco, eu reafirmo mais uma vez aqui que os termos das delações premiadas desses senhores, no que se refere à minha pessoa, não são verdadeiros. E, por último, eu acrescento ao senhor que as contribuições ao Partido dos Trabalhadores foram contribuições legais, feitas por transações bancárias, emitidos os devidos recibos e prestadas contas à Justiça Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Rodrigo Martins, V.Exa. tem até 4 minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Vou ser breve, Presidente. Primeiramente, quero lembrar um velho ditado que diz que quem cala consente. Mas para que ficar calado, quando se tem uma garantia de falar ou de externar algumas coisas que nem sempre são as verdadeiras.

A justificativa do pedido de uma garantia dessas, no meu ponto de vista particular, só se dá baseada no medo de dar alguma declaração que possa complicar ou envolvê-lo mais ainda nesse esquema que está sendo denunciado, ou no medo de envolver outras pessoas ainda mais nesse esquema.

Ocupo o tempo de Liderança. Não vou aqui fazer questionamentos. No momento oportuno, irei fazê-los, mas, Presidente, eu quero chamar a atenção. Como tratarmos de doações legais, quando nós sabemos que a origem desse dinheiro é ilícita, fruto da corrupção, do roubo. Não se permite falar em doações legais neste momento. É preciso, antes de tudo, sabermos a origem daquele dinheiro que foi empregado. O termo utilizado até pelo Deputado Bruno, anteriormente, é no máximo “esquentada” ou “lavada”.

Essa é a nossa observação enquanto Líder do PSB, mas no momento oportuno faremos os nossos questionamentos, propondo logo a realização de uma audiência deliberativa para termos a possibilidade de aprovação de um requerimento que envolve o Sr. João Vaccari Neto, que aqui nega todas as informações das delações e que se diz inocente. Vamos fazer uma acareação com os delatores desta CPI, que já são condenados ou considerados culpados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



Deputado Celso Pansera, V.Exa. tem até 10 minutos para falar pela Liderança do PMDB.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu não vou usar o tempo todo, mas isso é importante porque nós temos a responsabilidade de presidir o Senado, de presidir a Câmara dos Deputados, temos o Vice-Presidente da República e agora, a partir de anteontem, nós temos a responsabilidade da articulação política do Governo. A nossa responsabilidade com a institucionalidade e o funcionamento deste País é muito grande. Ontem, inclusive, na reunião de Líderes, foi feito um acordo em torno de uma proposta da Presidenta Dilma e do Vice-Presidente Michel Temer de busca de um consenso para aprovação das medidas que tratam do reordenamento econômico deste País.

Aqui nesta CPI, a gente tem repisado a ideia de que o drama da crise da PETROBRAS, que envolve questões de geopolítica, que envolve questões do petróleo internacional, mas também que envolve questões que têm a ver com a Lava-Jato, é um drama que na vida real significa milhões e milhões de pessoas com salários menores ou desempregadas, de sonhos desfeitos, como tem falado aqui o Deputado Altineu, como, por exemplo, o COMPERJ, no Rio de Janeiro, onde se criou, por irresponsabilidade, uma grande expectativa, depois se reduziu o tamanho do COMPERJ, e nós temos hoje milhares de pessoas nas ruas de Itaboraí e São Gonçalo desempregadas em função da irresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Refinarias Premium I, Premium II...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Estou citando um caso, mas todas elas.

Então, essa é nossa responsabilidade; a responsabilidade do partido que tem de ajudar a tocar este País.

Aqui na CPI, temos a Presidência. E a nossa bancada, V.Sa. pode ver, está sempre presente, participa, organiza a ação aqui, porque queremos ter um relatório que, ao final de tudo, não só contemple a expectativa das pessoas, do povo brasileiro com relação àquilo que vai ser investigado, como sugira também alternativas para a gestão da PETROBRAS e do serviço público para evitar que coisas desse tipo continuem acontecendo no Brasil. É muito importante isto para



nós: que se mudem os procedimentos de funcionamento e de contratação de empresas nas estatais brasileiras para que consigamos ver se esse filme não volte a se repetir no Brasil nos próximos anos, para que o Brasil siga em frente.

Nosso partido tem sofrido algumas acusações, em particular de Fernando Soares, que é um quadro que não tem nada a ver com os quadros da nossa organização partidária. O PMDB não tem nenhum quadro dele, da direção partidária, acusado, em nenhum momento, de operação financeira, de ter feito algum tipo de operação financeira ilegal.

O depoente apresentou um conjunto de quadros de doações partidárias que estão dentro de um contexto de uma legalidade e que achamos importante resgatar. Se a reforma política vai mudar ou não os critérios de doações, saberemos daqui algumas semanas, alguns meses, aquilo que for aprovado pela reforma política. Mas as doações apresentadas estão dentro de um contexto de legalidade e de conformidade com a lei.

Apresentamos ainda esta semana o Requerimento nº 607. Achamos importante ouvir as pessoas que estão presas em Curitiba. São dezenove pessoas, que, de uma forma ou de outra, Parlamentares desta CPI já protocolaram requerimentos para ouvi-las. Se a CPI julgar que não precisamos ouvir os dezenove, que sejam oito, que sejam nove, que sejam cinco as pessoas prioritárias. De qualquer forma, não temos nada a temer e achamos importante que essas pessoas sejam ouvidas, dentro dos regulamentos que esta Casa tem colocado e que, como o Presidente Eduardo Cunha tem falado, S.Exa. não vai modificar o ato que possibilita que pessoas presas venham aqui para prestarem depoimento.

Então, nós, Sr. Presidente, que queremos que funcione esta CPI, que não temos nada a temer, reafirmamos aqui que, na próxima reunião de trabalho e de aprovação de requerimentos, vamos insistir que essa operação Curitiba aconteça; que esta CPI se desloque para lá e ouça todos aqueles estão presos para que tenhamos aquilo que hoje corre em segredo na Justiça como parte do acervo desta CPI e que possamos, a partir daí, também, fazer o funcionamento desta Comissão desse dia em diante.



Então, nós, do PMDB, reafirmamos a nossa posição de que é importante a aprovação desse conjunto de requerimentos, que a CPI escute quem está preso e que isso passe a fazer parte do acervo e das informações desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar, pela Liderança do PSOL. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, estou com o sentimento de que a única verdade nestas quase 5 horas de oitiva nesta CPI apresentada pelo depoente foi aquele quadro de financiamento de quase todos os partidos e campanhas pelas empreiteiras investigadas na Lava-Jato.

(Não identificado) - Isso é do PHS. Isso é do PHS.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - “Quase todos”, disse eu. Não vou citar o nosso, por uma questão de modéstia. Não recebemos essa grana suja.

A denúncia é do que de fato rói — falando dos ratinhos soltos aqui — o nosso sistema político: é a captura de partidos e do sistema eleitoral por grandes interesses econômicos, a engrenagem da promiscuidade público-privada que vigora no País, da qual muitos de nós aqui somos beneficiários e vítimas, ao mesmo tempo. Muitos colegas Deputados vieram aqui dizer: “Poxa, eu recebi do comitê partidário”. “Se foi um dinheiro sujo, eu não sei; se foi lavagem, eu não sei”.

Então, há uma corrupção larvar, sistêmica. E agora, de fato, é uma novidade: inclusive, lava-se dinheiro das contribuições do caixa um, das contribuições legais para campanhas e partidos. A propina já consta como custeio de muitas empresas neste País. Isso ficou evidenciado agora no caso da Lava-Jato.

Eu vejo com tristeza a rendição do PT ao esquema outrora tão criticado do conluio com o grande capital, das operações cruzadas, das empresas de fachada, da arrecadação milionária e pouco transparente, ou nada transparente.

Por fim — tomara que o depoente também possa comentar, já que Líder não pode indagar —, a recusa do Sr. Vaccari em dizer o que foi fazer no escritório de Alberto Youssef, já conhecido desde a CPI malograda aqui do Banestado; já muito amigo, por exemplo, do Deputado cassado aqui por nós, Andre Vargas, revela um consórcio solidário de autoproteção entre os operadores financeiros dos grandes partidos.



Por isso esta CPI, para não se desmoralizar, tem que ouvir também, e publicamente — porque talvez a grande vantagem dela é publicizar, com força em ambientes como esse aqui; aqui é o local específico, sagrado, da atuação parlamentar —, alguns depoimentos, acareações necessárias: Adir Assad, o próprio Youssef. O Sr. Vaccari falou que foi apresentado, num aeroporto, ao famigerado Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, para o qual parece que há uma rede de proteção. Tem que ser ouvido aqui, e a acareação tem que ser feita com todos esses, para que não fiquemos particularizados num foco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É preciso deslindar esse sistema como um todo para, de fato, termos resultados efetivos nesta CPI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo Líder inscrito é o Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)* Não está presente.

Deputado Sibá Machado, V.Exa. quer fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 6 minutos.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Seis minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos usando aqui, Deputado Sibá Machado, o tempo dos blocos. Como os blocos foram refeitos... Como ainda existem blocos formados, nós estamos usando esse tempo.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Acho que o tempo de plenário é de 10 minutos, mas aqui é outra regra, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos aqui o tempo dos partidos.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Não, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Seis minutos atendem V.Exa.?

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Pode ser. Não tem problema, não. Estou com a palavra?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra. Se V.Exa. precisar de mais algum tempo, eu irei...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Não, tudo bem, Sr. Presidente. Serei breve. Procurarei estar dentro desse tempo.

Quero cumprimentar V.Exa., o nosso Relator, e saudar aqui o nosso convidado João Vaccari Neto, tesoureiro do nosso partido.

Sr. Presidente, eu me inscrevi, primeiro, para chamar a atenção de muitos Parlamentares membros desta CPI para uns números, porque há coincidência, em vários partidos, no volume de transferência de dinheiro, nas datas e nas mesmas empresas que estão sendo investigadas pela Operação Lava-Jato.

A indagação feita pelo Líder do PSOL, no início, foi a que título a conversa era feita com esses empresários. Então, vai-se dizer: “Não, conversava com o tesoureiro do PT porque o partido está no Governo”? E o que dizer dos demais partidos que, não estando no Governo, receberam volumes muito parecidos, quase idênticos? Então, que tipo de conversa?

Nós temos que deixar muito claro, para quem ouve esta CPI, que aquilo que é registrado em lei e arrecadado pelo meu partido — e eu digo isso em todas as oportunidades — está registrado, aceito e aprovado pelo TSE, pelos TREs, e, no caso das eleições do ano passado, por unanimidade.

Não quero citar nenhum nome de partido, mas está aqui na escala: o quarto partido em arrecadação soma 32 milhões em duas campanhas, e não está contabilizado aqui o dinheiro vinculado às campanhas individuais. Está aqui o grosso arrecadado pelo partido, e não ainda o destinado às campanhas individuais. Se se somarem as campanhas individuais, de onde vieram?

Eu queria lembrar também que falei na tribuna da Casa de dinheiro que apareceu em prestação de contas do HSBC; dinheiro que aparece em campanhas eleitorais de vários Parlamentares ligados ao HSBC. Mas não sou irresponsável de dizer que esse dinheiro que está lá passou por caixa dois ou por qualquer outro tipo de caixa. O que está lá registrado — e eu citei tanto a fonte jurídica quanto a física —, o dinheiro que está lá registrado, passou também pelo crivo da Justiça Eleitoral e que foi aceito.



Então, se a Justiça Eleitoral aceitou, qual é o elemento que eu tenho para dizer que aquilo é uma inverdade? E é dinheiro de outra situação que esta Casa está vivendo aqui no Senado, no Congresso, que é o problema do HSBC, o chamado suíçalão, como outros o estão adjetivando dessa maneira, conceituando dessa maneira.

Então, eu fico aqui observando quando o Líder do PSDB vem a esta tribuna falar da forma que ele fala, ele deixa, na minha opinião, de discutir qualquer parâmetro de investigação para ir para uma coisa que assusta qualquer brasileiro, que é a quebra de uma regra tão difícil, que é a regra democrática. E vai num nível de impropério, num nível de sadismo, que leva agora a militância partidária a ter que se preparar e dizer que o que está acontecendo aqui não é mais uma investigação; está acontecendo outra coisa.

A PETROBRAS, Sr. Presidente, é dito a todos os momentos como um interesse de entrega ao capital internacional — em todos os momentos! Isso foi feito lá no Governo dos tucanos, e eu disse aqui na vez passada: quando os tucanos puseram aqui a votação da Lei nº 8.666, para a PETROBRAS, não servia. E eu concordo com isso. Não servia mesmo! A 8.666, para a PETROBRAS, se ela vigorar, a PETROBRAS não vai mais trabalhar, não funcionará! E como está o Governo de Fernando Henrique Cardoso neste item, e eu concordo, cria um regime diferenciado de compras e contratações para a PETROBRAS. E foi dito, não me lembro por quem, que isso é a porteira da corrupção na PETROBRAS.

Até o presente momento, corrupção na PETROBRAS comprovada foi a de alguns diretores, que estão presos, e alguns estão devolvendo dinheiro. Então, não tem discussão. É réu confesso! É réu confesso! E como é réu confesso, a Justiça está tratando do caso.

Mas aí misturaram, nessa esteira, o encerramento de uma empresa como a PETROBRAS. E agora, para a nossa surpresa, esta semana a Shell aporta 70 bilhões de reais na PETROBRAS porque quer ser uma das parceiras mais importantes da PETROBRAS. E o CEO, que é o chefe supremo da Shell, disse que não tem porto mais seguro para os negócios do petróleo no mundo do que a PETROBRAS, e que nós vamos chegar, num futuro muito breve, perto de 2020, a



um patamar perto de 5 bilhões de barris de produção diária. Então, o que está em discussão o Brasil precisa saber.

Então, a questão da corrupção na PETROBRAS está sendo muito bem trabalhada. Agora, a tentativa dos tucanos de querer incriminar o meu partido e incriminar as contas, que foram aprovadas pela Justiça Eleitoral, é que é o debate de fundo que não está querendo ser feito aqui.

Eu venho a esta tribuna para alertar mais uma vez a esta Casa: está aqui a relação dos partidos que receberam, prestaram contas, e a Justiça Eleitoral aprovou o dinheiro que circulou nas contas dos partidos. Se cabe, porque o Partido dos Trabalhadores, sendo Governo a partir de 2003, recebeu esses valores, o que dizer dos demais? Em dois casos, o PSDB supera as receitas do PT! Falo isso inclusive porque estou puxando a partir da discussão feita pelo Líder do PSOL.

Então, eu não quero aqui discutir, e digo ao Deputado Imbassahy que não estou discutindo isso. Eu não estou discutindo. Estou pondo isso em discussão, porque, se a Justiça já aprovou, para mim, isso passou pelo crivo mais oficial que nós temos, que é a Justiça Eleitoral. O que me entristece aqui, o que me preocupa, é a posição do Líder da bancada de V.Exa. que vem aqui dizer que o objetivo central é a cassação do registro eleitoral. Aí, eu quero dizer que nós saímos completamente do foco desta CPI e vamos para uma outra direção, o que é altamente prejudicial para um mínimo de equilíbrio democrático.

Outro alerta que faço: se se somar da República Velha... Vamos pegar aqui da primeira Constituição Federal brasileira, de Dom Pedro I para cá. Se formos falar de espaços democráticos brasileiros, tivemos ali uma respiração de 1 ano e meio, depois de Getúlio Vargas ditador para Getúlio Vargas eleito. Ali só teve meio mandato, porque Eurico Gaspar Dutra cassa o registro eleitoral do PCdoB com 1 ano e meio de funcionamento, quando tinha eleito o Senador mais votado da história do País. E depois, ditadura militar, e depois tantas outras coisas. Então, se se somar isso, democracia no Brasil é uma criança que está dando os seus primeiros passos.

Queremos, sim, aprofundar. Então, aceitando aqui uma discussão do Líder do PMDB, que diz “vamos ouvir esses delatores”... Porque, Sr. Presidente, tem que ouvi-los mesmo. Tem que ir lá saber. Se não podem vir aqui; pois então vamos lá,



façamos uma diligência e vamos ouvir isso. Tem que ir atrás da ponta, da raiz, saber onde foi.

O que nós estamos aqui discutindo é que, se houve financiamentos partidários, as datas, os valores, e a aplicação dos recursos por todos os tesoureiros que estão aqui nesta relação são a mesma situação, exatamente igual. Então, se é exatamente igual, como que se diz que o tesoureiro do PT estava fazendo qualquer tipo de negócio que não a arrecadação partidária oficial? Como, se os demais, não sendo Governo, receberam até valores maiores?

Essa é a discussão que eu insisto em vir para esta CPI para se repor o caminho da lógica, do propósito desta Comissão. O propósito desta Comissão é investigar a corrupção na PETROBRAS, apresentar os pontos, provar, e pedir que a Justiça tome as suas providências. O nosso...

Não sei se o meu tempo ainda é aquele, Presidente, de 3...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Ah, desculpe-me, é que eu olhei 3 ali, achei que era a metade do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu dei 6 minutos a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Ah, então, eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os 6 minutos acabaram e eu estou aqui, ainda, complacente, ouvindo V.Exa.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Dando-me uma tolerância aí, uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, calma, V.Exa. tem ainda 10 minutos. V.Exa. tem ainda 10 minutos.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Então, para não ser abusivo com os demais, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos respeitando o tempo que o Partido dos Trabalhadores tem.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Faço apenas esse registro.

E, por fim, Presidente, do episódio que saiu ainda há pouco, acho que tanto a decisão de V.Exa. quanto a do Presidente da Casa foram, digamos assim, em cima da hora, da hora que mais precisávamos. Eu só espero é que se evite... Daqui para frente, eu faço mais um pedido a V.Exa.: é muito ruim ter que revistar pessoa ou



coisa parecida, mas fica muito, também, instável para que, em qualquer reunião desta Casa, se entre aqui sem saber direito o que vai acontecer no momento seguinte. Então, é só um alerta que eu faço aqui a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos pedir para reforçar a segurança e...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) -... tanto nós, à frente da Presidência da CPI, quanto o Presidente da Câmara, não fizemos nada mais do que a nossa obrigação para manter a ordem dos trabalhos.

Dando agora início à lista de inscrição para debates para os membros da CPI, o primeiro inscrito é Deputado Otavio Leite. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - (*Intervenção fora do microfone.*) - Eu pedi licença. Para facilitar a identificação ao depoente... Alô...Alô... Estão ouvindo?

(Não identificado) - Não está falando, não, Otavio.

(Não identificada) - Não, não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não está falando, não.

(Não identificado) - E o tempo está correndo.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - (*Início fora do microfone*) Eu trago umas fotos, que eu (*ininteligível*) Alô, alô? Foi.

Essa é a peça fundamental da denúncia que, no que diz respeito ao Sr. Vaccari, ele, neste momento, encontra-se no *status* já de processado. E vários são os argumentos, dentre os quais aquele que me parece muito salutar para identificar a aproximação do Sr. Vaccari com o Sr. Duque e o Sr. Barusco, que diz respeito aos encontros nos hotéis onde, nas reuniões, davam-se as articulações e definições do racha da propina em função do assalto praticado contra a PETROBRAS.

O senhor conhece este hotel? O Caesar Park, no Rio de Janeiro? Não conhece o hotel Caesar Park, no Rio de Janeiro. Nunca se hospedou no hotel Caesar Park. Muito bem.

O senhor conhece o Hotel Sofitel Copacabana, no Rio de Janeiro? O senhor já se hospedou nesse hotel? Não... Seria... Por gentileza, se o senhor pudesse responder. Já se hospedou nesse hotel?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sim.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O senhor já teve alguns desses jantares, com o Sr. Barusco e com o Sr. Duque nesse hotel?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O senhor conhece esse hotel, Sofitel Sena Madureira, em São Paulo?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não, esse hotel, não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não conhece esse hotel? O senhor nunca se hospedou nesse hotel?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Nesse daí, não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O senhor conhece o Hotel Meliá Alameda Santos, em São Paulo? O senhor já se hospedou nesse hotel?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Esse hotel não é o Meliá.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Esse hotel não é o Meliá? *(Risos.)* Bom, o senhor está afirmando, o senhor deve conhecer muito bem o Meliá para ter essa segurança.

O senhor conhece o Hotel Transamérica?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Desculpa, doutor... Desculpa, Deputado, está escrito na foto. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não. Aqui, Meliá Alameda Santos. Vou lhe entregar, o senhor vai ler direito.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Tivoli. Tivoli.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Por um acaso tem escrito Tivoli, mas é Meliá Alameda Santos.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não, é Tivoli.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mas está escrito Meliá Alameda Santos.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não, não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Bom. No Meliá Alameda Santos, o senhor esteve?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Com o Sr. Barusco e o Sr. Pedro?

Hotel Transamérica, em São Paulo, o senhor conhece?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu conheço.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Já se hospedou nesse hotel?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O senhor nunca participou de nenhum jantar com o Sr. Duque e o Sr. Barusco? O senhor conhece esse, sim, — vamos lá, para fechar — Hotel Windsor Atlântica, Copacabana?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Esse é o hotel em que eu me hospedava quando eu ia ao Rio. Quando eu vou ao Rio.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Perfeito. E, em especial, o senhor conhece este restaurante, no Hotel Windsor Atlântica, Alloro?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu conheço.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O senhor já jantou nesse restaurante, alguma vez?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Como qualquer cidadão, eu tenho direito de jantar.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Perfeito. O senhor já jantou com o Sr. Pedro, o Sr. Barusco, e com o Sr. Duque, nesse restaurante?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Quero lembrar ao senhor que nós já solicitamos à Polícia Federal as fitas das gravações (*ininteligível*) de todos esses hotéis, e as informações que foram referendadas pelo Ministério Público trazem a comprovação e informam claramente que havia encontros do senhor com os outros dois para tratar do rateio de propinas em função do assalto praticado contra a PETROBRAS.

O senhor, portanto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Para fechar.

O senhor, sublinhando, em relação ao Hotel Windsor Atlântica, o senhor já esteve em algum jantar com o Sr. Barusco e o Sr. Duque no Hotel Windsor Atlântica? O senhor disse que jantou, tinha uma relação social amistosa, mas conversava política. Curiosamente, conversar com dois técnicos da PETROBRAS sobre política é uma coisa, realmente, de chamar a atenção. Mas, objetivamente, o



senhor já jantou com esses dois personagens no restaurante Alloro, ali, no Hotel Windsor Atlântica?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não me recordo, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O senhor não se recorda? É... O senhor permitiria ceder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - ... o número do seu cartão de crédito para saber se alguma conta foi paga com o seu cartão de crédito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço, agradeço a V.Exa., o tempo já foi concluído.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, eu queria só fechar dizendo o seguinte: é indispensável que se remeta, tão logo seja possível, para esta CPI, as informações dos processos no Paraná, porque são dados fundamentais que comprovam toda a engrenagem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós já resolvemos todas as pendências...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE -... desse esquema mafioso que se estabeleceu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) -...e essas informações começarão a chegar.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - ... diante da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Delegado Waldir, V.Exa. tem até 3 minutos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Presidente, é comum falar de qualquer lugar da sala, assim?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não posso privar nenhum Parlamentar, Deputada Maria do Rosário, de falar de onde o Parlamentar desejar.

Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria que... Eu passo, depois, a relação de perguntas.



Eu gostaria de saber do senhor quanto...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu preciso que V.Exa. recomponha o meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Recomponho o tempo do Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu gostaria de saber quantas vezes o senhor esteve com Augusto Mendonça para indicar contas do PT para depósito de propina.

Segunda pergunta: quando o senhor saiu lá da sua terra, de Terra Rica, lá nos Três Morrinhos, onde eu já trabalhei também, o senhor já tinha planejado entrar para a história como o maior criminoso brasileiro, que roubou os maiores valores dos cofres públicos, mais de 300 milhões de dólares...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ... digno do *Guinness Book*?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Questão de ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Terceira pergunta...

Não gosto, não quero ser interrompido!

Temos, hoje, no Brasil, 700 mil presos, e o senhor, que roubou os maiores valores, está aqui. Não acha estranho isso? Não deveria estar atrás das grades? Quando for decretada a sua prisão, vai trabalhar no presídio, como o seu padrinho José Dirceu, dando aulas de como roubar, sem constrangimento, extorsão?

Quarta pergunta: não deveria estar na cadeia com os empreiteiros e seu amigo Renato Duque? Vocês já o abandonaram?

Próxima pergunta: eu queria saber onde os tesoureiros do PT fazem cursinho para aprender a roubar o dinheiro do povo brasileiro. O PT está recebendo currículos de presidiários?

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Isso é um ataque ao Partido dos Trabalhadores inaceitável!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Presidente, assim também já está demais!



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - É inaceitável!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Próxima pergunta: o senhor não foi...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - É inaceitável!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor respeite a minha palavra aqui, Deputado! Respeite!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não vou aceitar isso aqui, não!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor não foi demitido ainda da tesouraria por ser um homem-bomba, que pode destruir Lula, Dilma, e o PT?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O PSDB, os tucanos, os delegados ladrões...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Por favor, recomponha meu tempo, Sr. Presidente. Não tem como eu falar com esse povo me interrompendo!

Ontem, aqui, no plenário, eu vi o PT, em discurso demagógico, trabalhar contra a terceirização. Ora, a propina recebida das empreiteiras não era terceirizada por Duque, Barusco, Paulo Roberto? Façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço?

Lula, e Dilma, e PT consideraram o seu currículo?

Próxima pergunta: o senhor era o homem certo, no lugar certo? Tinha experiência, na cooperativa dos bancários, em estelionato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro? Ter destinado milhões para o caixa da campanha de Dilma em 2010 e 2014 foi um favor feito para a Presidente tê-lo nomeado para o Conselho de Itaipu, mesmo sabendo dos seus antecedentes criminais?

Foi o senhor que arrecadou das empreiteiras, agora, para a campanha de 2014? Se temos o homem de 1 bilhão de dólares na ficção, de 1 milhão de dólares, temos um homem real, no Brasil, de 300 milhões de dólares?

O senhor conhece Eduardo Leite? Cobrou dele propinas atrasadas, nos restaurantes, em Moema, na Zona Sul de São Paulo, na forma de doações oficiais?

O que a Sra. Giselda, e sua filha, Nayara, lhe orientaram? Deve delatar? Quem irá cuidar delas quando o senhor estiver no presídio? Será o Lula, Dilma, ou José Dirceu? Já combinou se elas vão visitá-lo...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Presidente...



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O senhor passou...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ... e passar pelas revistas...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Até quando vamos ter que aturar isso aqui, Presidente?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O senhor passou no...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Até onde vamos ter que aturar isso aqui, Presidente?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Estão interrompendo a minha palavra, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O senhor passou no psicotécnico?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ensina aí. Eu quero que essas perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei 1 minuto para V.Exa. concluir.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço 1 minuto para o Delegado Waldir, para que dele possa concluir.

A palavra está assegurada a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Ele não passou no psicotécnico. Fraudou o concurso, só pode ser. Como é que o sujeito é delegado de polícia agindo assim?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Como que a senhora foi Secretária Nacional dos Direitos Humanos?

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Olha aqui, meu amigo, o senhor não passou nesse psicotécnico. Eu, realmente...



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, olha a ofensa ao Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É mais uma ofensa que o PT faz. Acusou-me de jogar ratos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O Deputado tem...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Os ratos estão aqui.

(Não identificado) - Ele jogou rato, mesmo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - ... a prerrogativa plena de usar como quiser o tempo dele.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Ele jogou mesmo, eu vi na hora que *(ininteligível)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - *(Ininteligível)* o cara soltando rato, hein, Chiquinho?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ensine aí como comprar um apartamento de 750 mil em Guarujá no mesmo prédio onde o Lula tem um tríplice de quase 2 milhões. Os apartamentos foram doados pela OAS? Ensine-me para eu passar para a minha esposa, também, como doar para a mulher, entre 2005 e 2012, 984 mil reais.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - É isso que *(ininteligível)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu gostaria de dar um recado. Eu gostaria...

Mais uma vez interrompido, Sr. Presidente. Assim não tem jeito!

Eu gostaria de dar um recado à Polícia Federal, ao Ministério Público, ao Dr. Sérgio Moro, que deve estar nos assistindo: como é que o maior ladrão do País, propineiro, continua em liberdade?

Para finalizar, minha homenagem, hoje, de gravata vermelha, não é ao PT. Não é ao PT, não, minha gravata vermelha. É às famílias, às milhares de famílias que perdem seus familiares em hospitais por falta de médicos e UTIs, porque está indo para a propina. É por uma pátria sem educação, hoje, sem creches, sem escolas.



O partido que está no Governo prioriza a corrupção. Corrupção é o que nós vemos!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Aumenta a verba para partidos políticos, e financia, com o dinheiro de propina, Parlamentares.

Minha homenagem aqui...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Não vai acabar o tempo, não, Presidente?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ... é aos cidadãos policiais, especialmente ao soldado...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Já são 6 minutos, Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ... Deodoro, morto, esta semana, em Goiânia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Jorge Solla, quando V.Exa. for eleito Presidente, V.Exa. preside. Eu estou presidindo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR -... por falta de recursos na segurança pública.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Por isso eu estou lhe solicitando que cumpra o Regimento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Inclusive, minha homenagem especial a ele, que morreu esta semana.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Por isso é que eu estou pedindo ao Presidente que cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quando V.Exa. for Presidente de uma Comissão, V.Exa. preside. Enquanto o Presidente sou eu, quem preside sou eu e a palavra está assegurada ao Deputado Delegado Waldir. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Não tem Regimento, não, é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Regimento tem, e eu o cumpro da maneira que eu achar necessário.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Ah, então rasga o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E V.Exa. recorra quando não se sentir atendido.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Rasga o Regimento

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Rasga o Regimento, então.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. recorra, se não estiver se sentindo atendido. Agora, enquanto eu for o Presidente, quem manda aqui sou eu, nos trabalhos. *(Palmas.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Minha homenagem, esta gravata vermelha, é aos policiais que têm morrido, aos cidadãos que têm morrido por falta de dinheiro na segurança pública porque o dinheiro está indo para a corrupção, para essa vala normal, que morreu esta semana, ainda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço que V.Exa. conclua, Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu estou concluindo, Sr. Presidente.

Eu gostaria apenas de dizer, só para finalizar mesmo, o que me preocupa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Para concluir. O que me preocupa não são esses ratinhos que foram colocados aqui, hoje, não. Eles são inofensivos. O que me preocupa, realmente, são aqueles colocados pelo PT para corroer as verbas das escolas, da saúde, da segurança; aqueles ratos que continuam no poder.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Sr. Vaccari com a palavra.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, primeiro eu quero dizer ao senhor... Sr. Deputado, eu quero dizer ao senhor que eu não aceito os termos os quais o senhor se referiu a minha pessoa. Segundo, as perguntas que o senhor fez, com todo o respeito, já foram respondidas durante esta CPI. Obrigado.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Gostaria, então, Presidente, que em relação a cada pergunta ele dissesse não.

A SRA. DEPUTADA MOEMA GRAMACHO - Faça as perguntas para o tesoureiro do PSDB, o deles mesmos. Faça as perguntas para os tesoureiros deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu, dando seguimento aos próximos inscritos, concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama. S.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vaccari, eu quero fazer uma pergunta para o senhor.

O senhor, na verdade, continua sendo tesoureiro do PT. O senhor é réu neste processo com o Juiz Moro. Isso não lhe incomoda e acaba também trazendo constrangimentos para o próprio PT? O senhor tem, na verdade, a disposição, inclusive, de renunciar esse cargo do PT, como tesoureiro do PT?

A outra pergunta que eu quero fazer para o senhor é referente à questão partidária. Em algum momento o senhor falou que houve doações no ano de 2011 quando foi questionado aqui, algo em torno de 50 milhões, e fez uma justificativa que seria um ano posterior ao processo eleitoral. Só que nós temos, na verdade, uma legislação em que as doações e pagamentos podem, ou melhor, só podem ser feitos, se não me foge a memória, até 30 dias após o processo eleitoral. Portanto, é o mês de novembro, mais ou menos, ou dezembro. Queria que o senhor também me respondesse sobre isso.

E, por fim, eu queria fazer um questionamento para o senhor acerca das doações. Na verdade, a planilha que é apresentada dentro da própria Operação Lava-Jato traz alguns dados que são muito interessantes, que são as coincidências dos pagamentos feitos da PETROBRAS às empresas, consórcios, e a doação dessa empresa para o PT.

Vejamos então, por exemplo, a PETROBRAS faz um pagamento no dia 29 de abril e, ao mesmo tempo, uma das empresas do consórcio Interpar, de quem a PETROBRAS recebe esse pagamento, faz esse pagamento; a Setal recebe no dia 30, um dia depois, faz uma doação... Melhor dizendo, a Setal faz uma doação para o PT Nacional no dia seguinte, no dia 30. No dia 5 de outubro, por exemplo, a PETROBRAS faz um pagamento para o consórcio Intercom e no dia 8, três dias



depois, a Setal faz uma doação, também para o PT Nacional. No dia 12 de novembro, a Intercom recebe um pagamento, o Consórcio Intercom recebe um pagamento da PETROBRAS e no dia 13, um dia depois, a Setal faz uma doação, também para o PT. Nos dias 9 de dezembro e 14 de dezembro, o Consórcio Intercom recebe da PETROBRAS pagamentos e, no dia 17, três dias depois, faz uma doação ao PT Nacional. E aí nós temos várias doações. Mas eu quero fazer a citação apenas dessas três ou quatro que eu acabei de citar. As outras estão aqui. Eu acredito que, inclusive, V.Sa. deva ter conhecimento acerca dessas informações. Eu queria que o senhor nos desse, na verdade, explicação acerca dessas doações e como se deram.

E ao mesmo tempo, Presidente, considerando o tempo — eu não terei mais momento de fala —, queria cumprimentar V.Exa. e dizer que nós precisamos manter exatamente esse ritmo de trabalhos. A vinda do Vaccari hoje foi extremamente importante. Acredito que nós precisamos continuar nesse nível, trazendo as pessoas que têm uma relação direta com os atos de corrupção que estão em trâmite de investigação pela Operação Lava-Jato. Vou aguardar as respostas.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sra. Deputada, as doações que a senhora relaciona são doações legais; foram escrituradas, foram apresentadas ao TSE, foram via transações bancárias, dentro da previsão legal existente no País.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas não é muita coincidência, Sr. Vaccari, dois dias? Todas as doações, ao longo do ano, elas são geralmente feitas três dias depois de cada pagamento da PETROBRAS, ou seja, a empresa recebia o pagamento e doava para o PT.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sra. Deputada, eu vou reafirmar: essas doações a que a senhora se refere são doações legais, registradas, feitas via transações bancárias dentro do regime legal previsto no País. Sobre a segunda questão que a senhora coloca, que é a questão do meu cargo, de Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores, eu reafirmo à senhora: eu serei Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores até o dia em que o Diretório Nacional assim quiser.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor não vai renunciar?



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu reafirmo: serei Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores até o dia em que o Diretório Nacional assim o quiser.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E as doações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo de V.Exa. já foi encerrado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ...de 50 milhões, de 2011?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Passo a palavra ao Deputado Afonso Florence. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. Vaccari, muito rapidamente, 3 minutos, nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos apurar tudo o que está acontecendo. É óbvio que o advento do financiamento privado nos colocou nesse ambiente conturbado, e é óbvio que a disputa pós-eleitoral terceiro turno tem promovido uma posição, particularmente do PSDB, de combate à legalidade no Brasil.

Nós viemos para esta audiência com V.Sa., nosso tesoureiro, porque o partido, o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, o Governo do Presidente Lula, não orienta nada ilegal. O partido, em especial, também orienta práticas apenas lícitas, e temos convicção que V.Sa. assim procedeu. O tema interno ao partido, como V.Sa. tem dito, será tratado oportunamente no interior do partido.

Quero dizer que correspondeu às nossas expectativas a vinda de V.Sa., porque permitirá que continuemos com a investigação, seja com réus confessos, bandidos que estão sendo transformados em heróis pelos partidos de oposição, e, em particular, por aqueles Parlamentares que, eventualmente, não seguindo a orientação partidária, pretendem quebrar as regras democráticas pedindo cancelamento de registro de partido com base em parâmetros que, se aplicados aos seus Estados e aos seus Parlamentares, levarão seus próprios partidos também à extinção.

Quero dizer que nós, do PT, diferentemente do que o PSDB tem feito, não vamos fazer generalizações. O Deputado Carlos Sampaio foi quem pediu o indiciamento do presidente do partido dele sem ter sido ouvido, sem arrolar prova, apenas por uma denúncia de um delator, em delação premiada. Nós achamos que



tem que ser necessária a constituição de prova e, até transitado em julgado, o réu tem direito de defesa, é inocente e o ônus da prova cabe ao acusador.

O Deputado Antonio Imbassahy responde a apontamentos do Tribunal de Contas no período em que ele foi prefeito. Apontamentos do Tribunal de Contas da União, segundo a grande imprensa — segundo a grande imprensa — e ele é inocente até provem o contrário. O ex-Governador Eduardo Azeredo, do PSDB, renunciou o mandato para o processo tramitar em uma instância inferior. Em São Paulo, o Ministério Público promove ações em relação aos Governos, e não é por isso que nós diremos que todos os peessedebistas são corruptos. O ex-Senador do DEM, Demóstenes Torres, acusa o atual Senador Ronaldo Caiado. Não é por isso que nós vamos dizer que todo mundo do DEM... O Deputado André Moura responde a processos do período em que ele foi prefeito e não transitou e julgou. Eles têm direito de defesa e são inocentes.

Chegar aqui, nesse ambiente de terceiro turno...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE -... num ambiente onde há regra de doação de campanha oficial proporcional passível de ser aludida a contratos nos entes federados subnacionais no Governo de Minas Gerais, no Governo de São Paulo, na prefeitura de Salvador, levar à cassação é jogar contra a democracia.

Nós rejeitamos veementemente essas acusações que são golpistas. Vamos fazer a disputa eleitoral. Eles não aceitam que 40 milhões de pessoas saíram da faixa da pobreza, eles não aceitam que as universidades brasileiras tenham quota para pobre, e nós vamos continuar a fazer o bom debate. Não vamos cair nessa vala comum de fazer generalização.

Todos os que respondem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - ...por ações administrativas, como gestores, ou por ações, como agentes públicos nos seus partidos, até prova em contrário, são inocentes e o ônus da prova cabe à acusação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, art. 256, § 5º.

Indago a V.Exa.: como nós só temos 3 minutos, se prevê réplica e tréplica e V.Exa. não tem adotado esse sistema, eu pediria a V.Exa. se nós poderíamos contar com a colaboração do taquígrafo, porque eu tenho várias perguntas e vou fazer assim, de forma muito rápida; não sei se ele vai conseguir acompanhar. Se um taquígrafo pudesse ajudar para anotar e depois ele responder as minhas perguntas, eu gostaria de pedir a V.Exa. para economizar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com certeza, vamos fazer o possível para atendê-lo naquilo que a Comissão puder contribuir para o bom andamento dos trabalhos.

Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, vou fazer minhas perguntas agora ao Sr. Vaccari. Vou fazê-las em sequência, e o senhor me responde no final.

Em nenhum momento, Sr. Vaccari, o senhor se sentiu constrangido em ocupar a função de Secretário de Finanças do PT e responder, em função do escândalo da BANCOOP, por estelionato, formação de quadrilha, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro? E hoje o senhor não se sente desconfortável de, além do caso BANCOOP, ser novamente denunciado pelos mesmos crimes no caso da PETROBRAS? Não passa pela cabeça do senhor, Sr. João Vaccari, poupar o PT desse constrangimento e pedir seu desligamento do partido até a apuração desses fatos?

Quem lhe apresentou ao Sr. Renato Duque e quando lhe apresentou o Sr. Renato Duque? A sua função de conselheiro da Itaipu Binacional, de 2003 a 2014, não era incompatível com a sua função de arrecadador de recurso do Partido dos Trabalhadores? O senhor poderia nos dizer se alguma das empresas que prestou ou presta serviço para a Itaipu Binacional contribuiu com o PT durante o tempo em que o senhor foi Conselheiro e Secretário de Finanças do partido?

Durante o tempo em que a sua cunhada Marice era funcionária do PT, o senhor ocupou alguma função no Partido dos Trabalhadores?

Quando o senhor nos disse aqui que foi convidado pelo Sr. Alberto Youssef — eu acredito que o senhor conhecia o passado de Alberto Youssef, que era notório; o Brasil inteiro conhecia o passado de Youssef —, antes de aceitar o convite



do Sr. Youssef, o senhor não mensurou qual seria o interesse desse convite? Qual foi a motivação desse convite? Porque, quando a gente convida alguém pra alguma coisa, qual é a razão? Vem conhecer meu escritório pra ver como ele é bem decorado, conhecer meus funcionários. Vem bater um papo. Qual foi a razão desse convite? Ninguém convida alguém sem ter uma razão. Então o senhor foi convidado a conhecer o escritório do Sr. Youssef. Disse-nos aqui que foi até lá e, por uma fatalidade, não o encontrou no dia, não foi bem combinado o encontro. Mas o que eu gostaria de saber é qual foi a razão dessa visita ao Sr. Youssef; qual foi o motivo desse convite que o Sr. Youssef fez ao senhor.

São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, sobre o meu exercício no cargo de Secretário de Finanças e Planejamento do PT, eu já disse várias vezes aqui e vou reafirmar ao senhor: será até o momento em que o Diretório Nacional decidir.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Vaccari, só um minuto. Como eu não ocupei o meu tempo todo... Isso o senhor já disse várias vezes. A minha preocupação não é “quando o Diretório decidir”, mas, se o senhor, de livre e espontânea vontade, para poupar o partido desse constrangimento por que ele tem passado, não tomaria a iniciativa de o senhor pedir o seu desligamento, nem que fosse provisório, até que essa apuração fosse encerrada. Não é uma questão de o partido decidir; é se o senhor não tomaria essa iniciativa no sentido de poupar o partido desse constrangimento.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu insisto na resposta: serei Secretário de Finanças e Planejamento do PT até que tenha a deliberação do Diretório Nacional. Sobre Itaipu Binacional, eu fui Conselheiro durante 12 anos, e não participei da administração executiva, é só do Conselho, onde fixam as grandes diretrizes. Nunca participei de nenhuma reunião da diretoria executiva.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O Conselho é importantíssimo na gestão, diga-se de passagem. Então, não quer dizer que o senhor não tivesse influência sobre a administração da empresa, fazendo parte do Conselho.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu estou dizendo ao senhor que eu fui membro do Conselho de Administração, no limite dos estatutos de Itaipu, que não



tem interferência na diretoria executiva. Em 2005, eu não tinha nenhuma ocupação no Diretório Nacional do PT — em 2005, porque a pergunta que o senhor fez sobre a minha cunhada. Eu não tinha cargos no PT, em 2005. A outra: eu fui convidado pelo Sr. Alberto Youssef a ir até o escritório dele. Chegando lá, ele não estava e, portanto...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A minha pergunta não foi essa, foi: qual foi o motivo do convite? Alguém convida alguém: “*Vem conhecer meu escritório...*” Qual foi a razão do convite? O senhor conhecia o passado do Sr. Youssef quando foi convidado a visitar o escritório dele?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu volto a insistir: eu fui ao escritório do Sr. Alberto Youssef sem agenda, porque ele havia me convidado para ir lá. Ele não estava. Portanto, essa dúvida que o senhor tem eu também tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento ao...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, está faltando. Ele não respondeu à pergunta de quem o apresentou a Renato Duque e quando fez essa apresentação.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Desculpe, Sr. Deputado. Eu conheci o Sr. Renato Duque numa atividade política no Rio de Janeiro. Eu não sei precisar a época, o dia e a hora, mas eu creio que tenha sido em 2009, alguma coisa assim; 2009, 2010, mas não sei precisar a época.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Quem fez a apresentação, o senhor não se recorda também? Falta uma pergunta. Eu perguntei se, durante o período em que o senhor ocupou a Secretaria de Finanças do PT, alguma empresa que prestou, ou presta serviços à Itaipu Binacional, contribuiu para o caixa do Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu não tenho conhecimento dessa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Espera aí, Presidente, 1 minutinho.

O senhor, como Secretário de Finanças do partido, que comandava a arrecadação do partido...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. já concluiu as perguntas, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não, à minha pergunta, ele não respondeu.

Como Secretário do partido e como conselheiro da Itaipu Binacional, sabendo das empresas que prestavam serviços para a empresa, o senhor não sabe, não se recorda ou não quer falar se alguma das empresas que prestavam serviços para a Binacional contribuiu com o caixa do partido? É óbvio que o senhor sabe. O senhor era tesoureiro do partido.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu reafirmo a resposta: eu não tenho conhecimento dessa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, tem a palavra a Deputada Maria do Rosário. V.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, inicialmente, eu quero dizer que esta CPI está voltada a dois objetivos. Do ponto de vista político, ela procura criminalizar a política e desmoralizar, o que nós não aceitamos, o Partido dos Trabalhadores. E no que diz respeito à PETROBRAS, ela tem o claro objetivo de investir no rumo da privatização, do entreguismo do pré-sal e o objetivo de colocar fim ao regime de partilha, que o PSDB já apresentou pelas suas lideranças como medida, aqui tramitando na Câmara dos Deputados, neste ano.

Do ponto de vista político também, é inegável que nós temos aqui uma diferença de tratamento total. O PT está sentado aqui. Os demais partidos... Os requerimentos não foram sequer apreciados.

O Deputado Solla, no início dos trabalhos, destacou que o chamado Fernando Soares esteve nove vezes na Câmara dos Deputados. As entradas foram registradas, no sistema de identificação de visitantes da Câmara, no Edifício Principal e nos Anexos da Casa. No entanto, a Câmara e o Senado não responderam ainda, através da Lei de Acesso à Informação — é obrigação pública — sobre aonde foram, a que gabinetes foram, onde estavam. Afinal de contas, com quem conversou Fernando Soares dentro da Câmara dos Deputados e do Senado? Nós não conseguimos aprovar aqui ainda um requerimento para que ele sente ali.



Bom, ele está apresentado como lobista do PMDB. E os do PSDB? E os do PP, que estão citados na Operação Lava-Jato?

Meu prezado tesoureiro nacional do PT, Vaccari, é muito importante a sua presença aqui. O PT não deve e não teme; o PT está apresentando a sua verdade, os seus fatos, a sua versão, aquilo em que acredita. Nós acreditamos no seu trabalho e acreditamos no Presidente Rui Falcão.

Mas, e os demais partidos? Por que o estão blindando? Por que não querem os senhores, Deputado Perondi, Deputado César, aqui, o Fernando Soares, que não é baiano? Por que o PSDB vem aqui para o seu Líder e sai correndo mais do que os ratos que foram jogados aqui no início dos trabalhos desta CPI?

E mais do que isso: é um absurdo — é um absurdo! — o menosprezo e o abuso de autoridade. O abuso de autoridade que olha para um depoente como o próprio réu confesso, o Barusco, e o transforma em um grande líder da Oposição, e alguns partidos até da base do Governo... Hoje, a separação não é pela política, é pelos interesses, lamentavelmente.

Agora, por outro lado, as pessoas que vêm aqui, como Graça Foster, que hoje foi atacada sem estar presente, que ficou talvez 16 horas sentada e recebeu ataques, hoje, quando não estava aqui para se defender... V.Exa. também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - V.Exas., Deputados — também nós mesmos do PT —, como imaginam que nos sentimos diante dos ataques que aqui sofremos?

Portanto, eu quero rejeitar, repudiar todos os ataques ao nosso partido, um partido de gente honesta, de gente trabalhadora, de gente correta, que limpará cada aspecto sobre seu nome. Nós queremos que aqui não se coloque — eu concluo, Presidente — em suspeição o TSE. Porque, se V.Exas. estão nos cobrando e colocam em suspeição as contas do PT, nós colocamos as de vocês, de todos vocês, as mesmas que foram aprovadas pelo TSE. Se as nossas estão sob suspeição, se o nosso tesoureiro está ali sentado (*ininteligível*) de vocês...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada Maria do Rosário.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - ... com a mesma dedicação de serem aqui sabatinados, e as contas de vocês estão igualmente sob suspeição, se vocês colocam as contas do PT nesses termos também nesta CPI. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, como Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ouvi atentamente o pronunciamento da Sra. Maria do Rosário. Da mesma forma que a senhora não aceita, Deputada Maria do Rosário, que coloque em suspeição o TSE, enquanto Presidente, não aceito que a senhora coloque em suspeição os trabalhos da CPI. Se V.Exa. está dizendo aqui que alguém está protegendo ou defendendo quem quer que seja, eu quero dizer a V.Exa. que não há, aqui, pelo menos por parte deste Presidente, o interesse de proteger quem quer que seja.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, darei a palavra a V.Exa.

Estou fazendo apenas um esclarecimento porque cabe a este Presidente deixar muito claras as coisas. Nós temos aqui a imprensa, nós temos o Brasil acompanhando. Eu quero dizer que nós estamos dispostos a apurar, a investigar, a aprofundar aquilo que for necessário para que a CPI possa ter o resultado necessário. Então, eu quero deixar bem claro que não há interesse de proteger quem quer que seja. Estou apenas esclarecendo.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Um segundo para esclarecer que minha reclamação e minha crítica não foram ao senhor. Minha crítica é uma crítica política à maioria desta CPI, que não permitiu a vinda de Fernando Soares até este momento aqui. Não é o senhor! Não depende do senhor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Inclusive a pauta é feita...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Além de Leonardo, Youssef, tantos outros que nós queremos ver, e os seus tesoureiros também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A pauta feita por este Presidente tem sido democrática. Eu tenho pautado todos os requerimentos. Nós temos priorizado aquilo que é acertado com o Relator, com os Sub-Relatores e com os Líderes partidários. Então, se alguns requerimentos não foram apreciados aqui, todos os Líderes partidários têm como responder porque participaram democraticamente das reuniões que realizamos.



Nosso compromisso é com a investigação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, como Vice-Líder do PSDB — o Líder saiu aqui... A Deputada que me antecedeu falou que o nosso Líder saiu igual a um rato.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - É pessoal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu gostaria que V.Exa. retirasse isso da ata, de todos os Anais desta Casa, porque é inadmissível.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu disse mais rápido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. disse isso, sim, senhora. E quero dizer o seguinte... E quero dizer a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu atenderei, nos termos regimentais.

Deputado Carlos Andrade, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Só uma solicitação, só um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero só esclarecer à população o seguinte: o Barusco, quando esteve aqui, não foi ao Supremo para obter isso aqui. Está aqui na primeira página do *Correio*, para mentir. Se ele não estivesse... Se ele estivesse falando a verdade, não precisaria disso aqui, não precisaria ter ido ao Supremo.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Respeite o depoente! Respeite o depoente, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Carlos Andrade...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, foi apresentado requerimento para que o Fernando Soares viesse a esta CPI? Já foi apresentado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Existem diversos requerimentos que pedem a convocação do Sr. Fernando Soares, assim como de diversos outros, que ainda não foram apreciados.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Só para clarificar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós fizemos duas reuniões deliberativas e aprovamos mais de 200 requerimentos, num esforço conjunto feito por todos os partidos. Então, quando qualquer ilação é levantada sobre a defesa de quem quer que seja, ela atinge a todos nós. Enquanto Presidente, não admito esse



tipo de ilação porque nós temos o compromisso com a investigação e nós vamos aprofundar até onde for necessário.

O Sr. Vaccari tem algo a esclarecer sobre a fala da Deputada Maria do Rosário? Eu posso dar seguimento? *(Pausa.)*

Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, eu vou iniciar expressando uma concordância que, partindo da Deputada Maria do Rosário, não significa nenhum ataque ao PMDB propriamente. Mas, por uma questão de coerência, que o PSOL defende, é necessário estabelecer prioridades, e a convocação de 200 pode representar um imbróglio, se não se trazem aqui outros que foram também denunciados pelos réus confessos.

Se houver algum tesoureiro de partido denunciado, que também seja convocado, além do Sr. Vaccari, para que nós investiguemos, de fato, porque algumas pessoas têm, de algum modo, servido para a investigação, mas de forma muito limitada. Temos perdido horas a fio.

Eu queria ouvir do Vaccari, do seu íntimo, qual seria a razão para que cinco pessoas que são réus confessos, que adotam uma postura de reduzir as suas penas, já que declaram ser réus, de pagarem ou de estarem envolvidos num esquema sistêmico de propina... No seu íntimo, o que levaria essas pessoas, mesmo correndo o risco de terem agravada a sua pena entre 1 e 4 anos a mais de prisão, a envolverem o seu nome?

Outra questão: por que o Ministério Público — eu queria entender realmente a razão — diz que, de modo consciente e voluntário e em unidade de desígnios com Renato Duque e Pedro Barusco, o envolve e fala num período de 2007 a 2012. Qual é a razão, se aqui foi afirmado que a condição de tesoureiro é a partir de 2010? Eu queria entender.

Uma outra questão: com todo respeito aos Deputados e militantes do PT e de outros partidos também, especialmente os que estão sendo denunciados mais diretamente, é preciso ter uma estratégia que não seja jogar criança e água suja fora. É compreensível que um advogado oriente e tudo o mais. Não temos aqui que dizer que é culpado sem investigar.



Realmente, eu quero ter uma postura de respeito. Mas acho que não contribui a presença de alguns depoentes aqui, não só do Vaccari, que dá a sensação de que esta CPI não tem sentido de existir. Porque vem um e diz: *“Olha, é tanto processo, que eu não tenho como dizer se havia ou não corrupção, mesmo sendo eu Presidente”*. Diretores e gerentes dizem a mesma coisa: *“Houve superfaturamento.”* *“Não houve! Está absolutamente dentro dos requisitos legais. Então, não há superfaturamento”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Edmilson.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Permita-me concluir, Sr. Presidente.

Então, cria um sentimento... O argumento acaba sendo, quando se trata de financiamento de campanha, uma acusação de parte a parte que realmente parece que há razão nas partes que se acusam nesse item. A investigação certamente redundará, a conclusão, se o que é hoje financiamento de campanha, pelo menos parte, é oriundo realmente do esquema de propina, se está dentro do custeio das empresas.

Eu concluo, rapidamente, Sr. Presidente, dizendo que, em 2002, o PT recebeu 137 milhões — o comitê financeiro —, e o PSDB, 109 milhões dessas empreiteiras. Isso, fora as doações nominais à Dilma e ao Serra. Em 2011, que não houve eleição, nós tivemos o PT com 1,3, e o PSDB com 1,4. O que é que justifica esse tipo de procura até em ano não eleitoral?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É convicção ideológica, programática, ou realmente o problema não está afeto a um partido ou a poucos partidos e está afeto a um sistema político que acaba vitimando alguns, é verdade, mas que ele é sistemicamente provocador de desvios de corrupção e que deve ser combatido?

Então, salvar a PETROBRAS e a reforma política e discutir com seriedade o financiamento público *versus* privado de campanha é fundamental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



Antes de dar a palavra ao Sr. Vaccari, quando eu ouço V.Exa. falar, Deputado Edmilson Rodrigues, ainda me lembro bem do dia em que foi contra a criação das Sub-Relatorias. Um caso de vultoso tamanho, como V.Exa. diz, e V.Exa. ainda se opôs, quando nós nos esforçamos para que pudéssemos investigar. Realmente, é uma mudança!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, mas V.Exa., depois do nervosismo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É realmente uma mudança de comportamento.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Permita-me, então? Depois do ato de nervosismo e autoritarismo, V.Exa. me permitiu, a Casa registrou e eu citei alguns artigos do Regimento que mostravam, e afirmei que não era contra a criação, mas que era direito de a Comissão ouvir a sua proposta e debatê-la, ainda que V.Exa. tenha até maioria numérica e tenha o poder político como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não tenho maioria numérica, tenho apenas o meu voto, quando eu voto.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Então eu não fui contra em nenhum momento. A história é muito recente para ser desviada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa., mas devemos pensar antes de agir.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É, V.Exa... *(falha na gravação)*.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu quero iniciar pela última observação de V.Exa., que é sobre os financiamentos de campanha. Eu acho que é imprescindível que a gente faça o debate na reforma política, de como se representam os partidos políticos no País e como será o financiamento deles. E eu defendo — e o PT tem apresentado a proposta para o conjunto da sociedade — que se acabe com o financiamento privado, com o financiamento de empresa, mantendo o financiamento das pessoas físicas e de recursos públicos, porque isso, sim, vai mudar a qualidade do ponto de vista da organização partidária, na nossa opinião.

A segunda consideração que eu faço é que sou Secretário de Finanças a partir de 2010, então, eu conheço a história das finanças a partir de 2010; anterior a



isso, eu não tenho participação. Sobre o que V.Exa. chama de réu confesso, o que são os delatores, eu digo que as afirmações feitas por eles, nas suas delações premiadas, sobre a minha pessoa, não são verdadeiras. É o que eu posso dizer sobre isso.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Permita-me só um diálogo final? Não seria de bom alvitre que o senhor aceitasse, voluntariamente, uma acareação com o Barusco, com aqueles que o acusam?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, só para terminar: com a decisão que tenho do STF sobre a minha presença hoje aqui, eu poderia me calar, não responder a nenhuma pergunta. Eu tenho respondido a todas as perguntas. Por que eu respondo a todas as perguntas? Porque eu tenho dito que eu estou à disposição das autoridades, estou à disposição das autoridades para colaborar com as investigações. Tenho reafirmado isso desde o primeiro momento. E sobre a acareação, eu continuo dizendo o que eu disse anteriormente: estou à disposição das autoridades para fazer os devidos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Leo de Brito, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de saudar todos da Mesa e fazer uma saudação também ao tesoureiro do meu partido, Vaccari.

Sr. Vaccari, muita gente achava que o senhor viria aqui para ficar calado, mas o senhor está respondendo; assim como fez na Polícia Federal, está respondendo a todas as perguntas, e isso é importante para a nossa investigação.

Eu sou Parlamentar de primeiro mandato e fui indicado para vir a esta CPI, para fazer investigação, para investigar tudo, doa a quem doer. Mas estou muito preocupado com os rumos das coisas que estão acontecendo aqui, coisas estranhas acontecendo. Eu já tinha aqui denunciado, em várias sessões anteriores, a manobra que foi feita para antecipar essa oitiva, e hoje acontece esse espetáculo nefasto que nós vimos no início desta sessão, exatamente numa fala que vinha sendo feita por um Deputado do PSDB: uma pessoa, que é cargo comissionado na 2ª Vice-Presidência desta Casa e que já foi assessor de um Deputado também, do Paulinho da Força... Muito estranho isso.



Eu estou percebendo, percebi hoje, que, infelizmente, os amigos, colegas aqui do PSDB — isso ficou muito claro na fala do seu Líder —, de maneira... Exalando muito ódio, talvez por conta das... Eu acho que deve ser diretamente proporcional às quatro derrotas que tiveram na eleição presidencial, ele veio aqui e colocou de maneira muito clara. E eu, na minha opinião, esse deve ser o objetivo do PSDB nesta CPI: acabar com o PT. Mas é bom que tomem cuidado porque já falaram isso em outros tempos, que iam acabar com o PT, e o que aconteceu é que nós estamos aí há 4 anos na Presidência.

Então é isso, é isso o que eu quero falar hoje. Quero dizer que o Deputado Líder do PSDB se utiliza do argumento da autoridade em vez da autoridade do argumento, porque é um douto, é uma pessoa que tem vasto conhecimento jurídico e diz aqui, por exemplo, que uma delação premiada representa uma verdade absoluta. O próprio Teori Zavascki, Ministro do STF, já disse que as delações devem ser relativizadas. Uma delação não necessariamente será propriamente um meio de prova. E aí ele autoriza com esse pré-julgamento, com essa forma como ele ataca veementemente, com o seu objetivo que foi expresso de maneira categórica aqui, o Partido dos Trabalhadores. Ele me autoriza inclusive — eu, que tenho tido uma postura no sentido de investigar —, a fazer algumas ilações, ele me autorizaria a fazer algumas ilações do tipo: será que a privataria tucana, na época do Sr. Ricardo Sérgio, operador do PSDB, que tinha as *offshore* no exterior que irrigaram as campanhas do PSDB, isso foi propina ou foi doação de campanha? A mesma coisa no mensalão tucano...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Vou concluir, Sr. Presidente. No mensalão tucano do PSDB, que irrigaram as campanhas do PSDB, foi propina ou foi doação de campanha? No caso dos trens de São Paulo, nas várias administrações do PSDB, em Estados e Municípios, as doações que foram feitas por empresas foram propina ou foram doações legais?

Essas seriam uma pergunta que eu poderia estar fazendo, mas não vou fazer, porque eu quero manter a minha coerência aqui nesta Comissão e não chegar aqui exalando ódio e depois correr com pré-julgamentos sem fundamento porque cabe a



quem acusa comprovar. Não vamos aceitar esse tipo de atitude aqui na CPI, para que ela tenha credibilidade, porque a sua credibilidade já está indo pelo ralo, por conta dessas manobras e disso que aconteceu hoje aqui no início desta sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Antonio Imbassahy, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, eu gostaria de usar os 3 minutos regimentais e depois mais 1 minuto para me dirigir ao Deputado Afonso Florence.

Primeiro, eu queria falar sobre a Itaipu Binacional, que é uma das maiores empresas da América Latina, que tem um faturamento da ordem de 4 bilhões de dólares por ano.

V.Sa., Sr. Vaccari, foi membro do conselho de administração dessa grande empresa, que tem uma dimensão até internacional. E, como membro do conselho de administração, V.Sa. bem sabe das graves responsabilidades daquela organização. Então, a pergunta que eu faço... V.Sa. foi membro do conselho de 2003 a 2016, nomeado até 2016 — na verdade era isso, 2003 e depois renovados vários decretos do ex-Presidente Lula e também da Presidente Dilma, que lhe dariam uma condição de chegar até 2016 no exercício dessa função. Eu gostaria de saber quem foi que fez a indicação de V.Sa. para ser conselheiro de Itaipu Binacional ou se foi uma escolha pessoal tanto do ex-Presidente Lula ou da Presidente Dilma. Primeira pergunta. *(Pausa.)*

Se V.Sa. puder responder, eu gostaria. Senão, eu faço a outra em seguida.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu fui membro do Conselho de Itaipu de 2003 até janeiro deste ano. Embora eu tenha pedido demissão em novembro, só foi deliberado em janeiro de 2015. Eu fui indicado para o cargo pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Muito bem. E qual o motivo que levou V.Sa. a interromper o mandato, já que seu mandato poderia chegar até 2016. V.Sa. tomou a decisão de interromper esse mandato depois de um longo tempo.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Uma decisão de motivação pessoal.



O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - V.Sa. poderia desenvolver um pouco mais?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não, foi uma decisão pessoal mesmo. Foi uma decisão pessoal.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - O.k. Muito bem.

Em 2011, foi tomada uma decisão dentro do conselho de Itaipu Binacional e da Diretoria Executiva de colocar um sobrepreço da ordem de 240 milhões de dólares por ano, para se pagar ao lado paraguaio. Isso significa um adicional da ordem de 240 milhões por ano, que chegaria até 2023, quando esse adicional vai valer 3 bilhões, 120 milhões de dólares que o Governo brasileiro estará pagando a mais ao lado paraguaio. Qual foi o comportamento de V.Sa. nessa decisão dentro do conselho de administração?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Essa decisão foi uma negociação bilateral entre o Brasil e o Paraguai, que são os dois sócios, que foi aprovada pela diretoria executiva e pelo conselho de administração. Antes, foi negociado entre o Brasil e o Paraguai. A posição de todos os conselheiros nesse sentido foi pela aprovação.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Agora, essa negociação foi liderada pelo ex-Presidente Lula ou por alguém dentro da Itaipu? Como se deu isso?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - As negociações, como Itaipu Binacional tem uma característica muito especial, onde há membros do conselho de administração que são do Itamaraty, essas negociações são realizadas através das chancelarias.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Mas V.Sa. confirma que vai ser pago um preço adicional de mais de 3 bilhões de dólares ao Governo paraguaio por conta dessa decisão?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Os números do futuro, eu não projetei. Mas tem a decisão...

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - O.k. Muito bem.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Isso é pelo fornecimento das energias. Há toda uma equalização do ponto de vista do custo da energia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Muito bem. Então, V.Sa. foi indicado pelo ex-Presidente Lula certamente dada a confiança que o ex-Presidente



Lula tem em V.Sa. V.Sa. se considera um homem de confiança do ex-Presidente e também da Presidente Dilma?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - O Presidente Lula é uma pessoa que eu respeito e admiro.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Mas V.Sa. se considera um homem da confiança dele?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não posso dizer isso, mas eu o considero uma pessoa que eu admiro e respeito.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Muito bem.

Agora eu me dirijo, Sr. Presidente, até não quis interromper a fala do Deputado Afonso Florence, quando ele me citou dizendo que eu estaria apontado pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Segundo o jornal *Folha de S.Paulo* não diz isso. Se V.Exa. ler com cuidado, em momento nenhum. Aliás, faz um registro até que eu não sou citado nem pelo TCU nem pelo Ministério Público Federal. Faço questão de deixar isso registrado para que não paire nenhuma dúvida com relação a minha conduta enquanto ex-Prefeito de Salvador. Isso é muito importante para mim, Deputado Florence, para que essa coisa não fique de forma recorrente se transformando em uma realidade que não existiu.

Então, eu peço a V.Exa. que tenha um pouco mais de cuidado, verifique se existiu alguma coisa que V.Sa. queira me atingir pessoalmente, e o faça diretamente. Não apele para uma matéria de jornal que, inclusive, não fez essa referência.

Encerro dizendo que nada vai me intimidar.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, posso fazer um registro? Não tive intenção de intimidação, fiz alusão à matéria do jornal. Reitero que está lá que a investigação, apontamento do Tribunal de Contas com relação a irregularidades de contratos na obra do metrô, no ano de 1999, durante o período da gestão. Está dito isso na matéria, e eu disse que isso não o transforma, se houver, em réu ou culpado. E que o mesmo se aplique se houver outros. Eu não quis



intimidar ninguém, diferentemente da postura do Líder do PSDB aqui conosco, Carlos Sampaio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É importante ver essa boa convivência de dois baianos aqui.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - E quero registrar que eu deveria ter me retirado, mas esperei o Deputado Imbassahy se pronunciar, em respeito à resposta que ele daria a minha informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Valmir Prascidelli, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu encaminhei um ofício a V.Exa. — depois o senhor pode se referir — com relação às filmagens, e V.Exa. disse que, de pronto, não poderia atender porque essa é uma questão da Presidência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Inclusive, já disse ao Deputado Sibá, e ele concordou e vai encaminhar — eu acho que ele saiu. Ele vai encaminhar à Presidência da Casa, porque não compete à CPI controlar a parte da segurança da Casa.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ótimo. O que eu iria solicitar a V.Exa. — e estou tomando conta do meu tempo aqui para falar isso — é que, se, por ventura, o Deputado Sibá não for atendido pelo Presidente, que possamos aprovar então um requerimento nesta Casa, nesta CPI, aí, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não tenha dúvida. Faremos também de ofício, temos a intenção de contribuir.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas para que eu possa aqui utilizar o meu tempo...

Eu queria, Sr. Vaccari, dizer que eu, aqui, na minha explanação, enquanto Sub-Relator, já expressei um pouco daquilo que é minha opinião com relação aos depoentes. E fico absolutamente pasmado com as observações que são feitas aqui com relação a V.Sa. pela quantidade de recursos que V.Sa., em função de ser Secretário de Finanças do Partido dos Trabalhadores tenha conseguido. O PSDB conseguiu valores muito próximos aqui, em 2014, e não está no Governo. Tem o



Governo de São Paulo, tinha o Governo de Minas — felizmente, o povo de Minas teve racionalidade. Talvez, então, seja em função disso, se é que essa lógica de um dos delatores lá corresponde a realidade.

Mas quero perguntar a V.Sa. não como o Presidente do PSDB perguntou aqui. O senhor pode responder depois. Não precisa dizer sim ou não, depois o senhor responde. O senhor acha correto eu chamar o ex-tesoureiro da campanha do Fernando Henrique Cardoso, Márcio Fortes, de ladrão só porque ele tem contas aplicadas lá no escândalo do HSBC? O senhor acha correto eu chamar o ex-Presidente do PSDB, Sr. Eduardo Azeredo, de ladrão porque ele foi denunciado, foram pedidos 22 anos de prisão para ele, e ele só não foi julgado porque ele se acovardou e renunciou ao mandato daqui para voltar para lá e, provavelmente, com conluio jurídico não foi renunciado? O senhor acha correto eu chamar o ex-Presidente, falecido, não podemos chamar de ladrão, Sérgio Guerra, do PSDB? O Senador Alvaro Dias, que é acusado de ter recebido 10 bilhões de reais, o senhor acha correto eu chamar o Senador Alvaro Dias de ladrão? Sr. Vaccari, eu queria que o senhor respondesse: o senhor acha correto eu chamar o Presidente Nacional do DEM, Agripino Maia, de ladrão? O senhor acha correto, só porque ele está denunciado no Supremo por corrupção, por pedir propina no Rio Grande do Norte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Para concluir: o senhor acha correto eu como membro do PT, que não tenho nada a ver com o DEM, exigir que o DEM faça uma plenária ou que o presidente nacional deles renuncie porque está denunciado no Supremo como ladrão? O senhor acha correto eu falar isso? Porque é assim que o Presidente do PSDB se expressou e alguns outros Deputados se expressaram com relação a V.Sa.

Então, eu estou mantendo aqui essa lógica, que é exatamente para dizer que não podemos chamar quem está sendo acusado de ladrão antes de ser comprovado. E não podemos levar em consideração as delações premiadas daqueles que fazem ilações, como fizeram aqui, ou daqueles que mentiram na primeira delação premiada.

Obrigado.



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, acho que todas as pessoas têm de ter garantido seu direito de defesa e a presunção da inocência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Jorge Solla, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou seguir um pouco nessa linha que o companheiro que me antecedeu pegou, até para lembrar aos membros da CPI que doação registrada legalmente, até que mudemos a lei, e espero que a mudemos... Vou insistir: quem fica aqui falando de corrupção e é contra acabar com o financiamento privado de campanha eleitoral é o maior hipócrita que pode haver; é a maior hipocrisia dizer que é contra a corrupção da PETROBRAS e não querer acabar com o financiamento empresarial privado nas campanhas eleitorais neste País.

Eu quero chamar a atenção inclusive dos demais membros da CPI... Talvez Carlos Sampaio tenha saído correndo, Valmir, porque ele não queria esperar aqui para nós lembrarmos, na sua presença, que recebeu financiamento na sua campanha do Consórcio GSF, que está envolvido no esquema de corrupção da PETROBRAS. E, pior: esse consórcio que financiou a campanha dele, que é do PSDB, que é Líder do PSDB, está há 4 anos com a obra da Usina de Bacabeira, no Maranhão, recebeu 1 bilhão e meio e não acabou nem a terraplanagem; 1 bilhão e meio, o financiador da campanha do Líder do PSDB embolsou. O financiamento da campanha do Líder do PSDB pela GSF é propina, Sr. Vaccari?

E mais: o Deputado Delegado, aquele que pegou o ratinho que passou aí pelo chão, foi financiado pela SAMA Mineração, que teve diretores indiciados no ano passado pela prática de crimes de estelionatos contra o DNPM, pagando a menor compensação financeira de exploração de recursos minerais devida ao DNPM para exploração sabe de quê? De amianto.

O PSDB, em 2014, recebeu financiamento do BTG Pactual, da OAS, da Braskem, da Odebrecht, da UTC; em 2010, da COESA, da Barbosa Melo — todas envolvidas na corrupção da PETROBRAS. Será que foi propina, Sr. Vaccari?

E mais: da Alusa Engenharia, que também está envolvida. Sabe quem foi o principal beneficiário do financiamento da Alusa? Aécio Neves da Cunha. Recebeu



financiamento. O PSDB de Minas Gerais, aquele que perdeu a última eleição para o Governo do Estado, felizmente, foi o grande financiado por essa empresa.

E tem mais: da Queiroz Galvão, o principal beneficiário foi o candidato do PSDB ao Governo do Estado e, na época, candidato a Senado, em 2010, Aécio Neves da Cunha. O Diretório Estadual do PSDB de São Paulo também recebeu um grande financiamento. O Líder do DEM, Mendonça Filho, também foi financiado. O Deputado Federal do DEM, na época, Alexandre Leite, também foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - A OAS também fez grandes financiamentos de campanha eleitoral para o PSDB, inclusive, para o então candidato, em 2010, a Senador Aécio Neves, e Deputados, Diretórios do PSDB, até do PSB — não está aqui presente no momento, mas o Júlio Delgado recebeu dinheiro da Odebrecht para a sua campanha. Onyx Lorenzoni, que fez um discurso tão empolgado aqui contra a corrupção, recebeu financiamento de campanha da COESA Engenharia. Foi propina, Sr. Vaccari? Será que Onyx, que recebeu financiamento da COESA Engenharia, é propineiro? Será que o Deputado Júlio Delgado, que recebeu dinheiro da Odebrecht, é propineiro?

Eu quero que o Sr. Vaccari responda, por favor.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Agora eles se medem pela régua deles. A régua deles é a do mensalão. Quero informar a todos aqui que esta é a minha quarta eleição; e eu concorro com o meu sigilo fiscal, bancário e telefônico abertos, de 1º de janeiro do ano eleitoral a 31 de dezembro do ano eleitoral — quarta eleição! Nenhuma empresa, que legalmente colocou qualquer coisa na minha conta, tem a coragem de me pedir qualquer coisa. Não ousariam! A gente é diferente, a gente não tem essa mesma condição.

(Não Identificado) - Ele não afirmou que o senhor recebeu propina, Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Com certeza, é diferente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, o que está sendo feito aqui.. Tem de ser feita uma coisa muito diferente do que está sendo feito aqui:



é tentar misturar o que é doação das empresas dentro da lei com o que é propina e dinheiro desviado da PETROBRAS.

Qual Deputado de Oposição teria condição de ir na PETROBRAS acertar contrato? Só os do Governo, só os do PT.

Portanto, vamos separar o joio do trigo. Tenho 20 anos de vida pública e não vai ser um qualquer que vai assacar contra a honra de alguém que não tem um arranhão na vida, um arranhão! Eu desafio qualquer um a ir para o debate comigo. Duvido que qualquer petista possa chegar perto de mim. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, só um minutinho. Sr. Presidente, fui mencionado, é muito rápido.

Quero só lembrar ao senhor e aos Deputados do PT que quem tem andado de camburão, algemado e parado na Papuda não é nenhum Deputado da Oposição, não. Quem é cliente aqui da Papuda e até escreveu um livro, um diário, uma poesia, dentro da Papuda, não foi o Delegado Waldir, não. Só para lembrar isso.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Silas tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, só para entendermos que paciência devemos ter, ouvindo tudo que estamos ouvindo aqui: como está a ordem de inscrição, por gentileza?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, vamos continuar.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

Em vez de ficar acusando as pessoas para lá e para cá, se realmente houve roubo, vamos procurar quem roubou esse dinheiro, vamos pegar de uma vez e passar esse recurso para a saúde. É melhor do que ficar acusando as pessoas. Vamos deixar de acusar, maltratar. Se houve, vamos pegar o dinheiro e repassar. Há muitas pessoas pobres precisando de remédio.

Vamos ser mais práticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Silas, existem ainda 16 com mais 22, 38 Deputados inscritos. V.Exa. é o 21º, e nós estamos no 12º, que é o Deputado Rodrigo Martins.



O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, é justamente sobre essa condução, porque, se o senhor observar, não estão fazendo mais perguntas, só comentários. Quem sabe as pessoas aqui aceitam fazer por bloco, porque ninguém está mais fazendo pergunta. É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu sugeri, na última reunião, que fizéssemos por bloco, e essa sugestão não foi acatada. Então, eu não fiz mais a sugestão para que não pareça que eu quero tirar o direito de qualquer Deputado de questionar.

O Sr. Vaccari tem alguma consideração a fazer da fala do Deputado Solla?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado Solla, sobre as afirmações que o senhor fez, são todas contribuições legais, escrituradas e apresentadas ao TSE. Portanto, são contribuições legais.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Iguais à que você recebeu pelo PT?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Rodrigo Martins, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Rapidamente, Sr. Presidente, Deputado Hugo. Na verdade, eu me sinto até, de certa forma, contemplado com o questionamento que farei.

Existem, Sr. Vaccari Neto, delações e, até mesmo na própria CPI, informações do Sr. Pedro Barusco e também informações do Alberto Youssef de que V.Sa. participava de maneira direta na corrupção da PETROBRAS. Isso é verdade? Sim ou não? É a pergunta. Tenho somente mais uma logo em seguida.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sobre as afirmações feitas pelo Pedro Barusco e por outros delatores, a minha resposta é: não participei.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Sr. Presidente, já que o Sr. Vaccari Neto se diz inocente, e, até que se prove o contrário, tem que ser considerado assim, faço um apelo a V.Exa., mais uma vez, para colocar o quanto antes o requerimento de acareação dos três: do Youssef, do Sr. Vaccari Neto e do Sr. Pedro Barusco, para que se dirima qualquer tipo de dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Marun, V.Exa. tem até 3 minutos.



O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Dr. D'Urso, é a segunda vez que eu me vejo frente a V.Sa. A primeira vez foi em um evento que eu não consigo lembrar — eu sou advogado —, onde o senhor proferiu palestra e começou citando uma passagem da literatura árabe, em que um sábio andava pelo deserto e deparou-se com uma obra, onde três trabalhadores da construção civil exerciam sua função. O senhor se lembra dessa passagem? O sábio se aproximou do primeiro e perguntou: *“O que tu faz aí?”* Ele disse: *“Eu estou aqui recebendo o meu dinheiro, o meu sustento”*. Aproximou-se do segundo: *“O que você faz aqui?”* *“Eu estou aqui assentando tijolos”*. E, ao se aproximar do terceiro, o sábio perguntou, e ele respondeu: *“Eu estou aqui construindo uma catedral”*.

Sr. Vaccari, a obra existe. Eu não acredito nessa teoria da conspiração que, de uma hora para outra, todo mundo virou seu inimigo e resolveu fazer delação premiada dizendo que o senhor tem toda essa culpa no processo e que isso vem do acaso. Como eu não acredito, e nem estou aqui para acreditar nisso, para mim a obra existe. A dúvida é o que o senhor estava fazendo nessa obra.

Também não acredito que o senhor estava ali botando dinheiro no bolso, como o primeiro trabalhador; também, pela sua estatura, não acredito que o senhor estava ali só assentando tijolos. Eu suspeito que o senhor tenha sido encarregado de ser o organizador, não o chefe, mas o organizador de um grande esquema financeiro, um grande esquema financeiro que tinha por objetivo sim a manutenção de um projeto político no poder. É isso que eu penso, ao ver suas respostas bem colocadas, ao ver sua calma aparente diante de amigos que estão lhe dizendo hoje que o senhor é ladrão — não sou eu.

A primeira pergunta: o senhor treinou guerrilha em algum momento? O senhor é um militante, chegou a fazer algum exercício de guerrilha em algum momento? Se eu tivesse feito um treinamento desses, eu estaria atrás desse pessoal já para dar um tiro num, como eu disse aqui esses dias. O cara lhe chama de ladrão e era seu amigo!

Então, eu desconfio que o senhor seja o organizador de tudo isso. E nós estamos aqui para tentar avançar nisso, saber se isso existiu, se o senhor foi para esses espaços que ocupou com esse objetivo, com essa função, buscando isso. Essa é a nossa dúvida. E é nesse sentido que eu lhe faço minhas perguntas, não



todas que eu queria fazer, até porque muitas já foram respondidas. Busco detalhes que possam reforçar esta minha convicção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - ...de que o senhor foi encarregado por seu grupo político de exercer esta função: assaltar os cofres públicos no sentido de manter este projeto político no poder.

Primeira pergunta: o senhor teve alguma influência na nomeação do seu amigo Barusco para a Sete? Segunda pergunta: com que frequência o senhor visitava a PETROBRAS no tempo em que era o tesoureiro do PT? Terceira pergunta: o senhor participou de alguma reunião, algum convescote, algum encontro hoteleiro, “hotelício”, ou desses que foram citados, em que estiveram presentes ao mesmo tempo algum servidor de alto nível da PETROBRAS e algum empreiteiro? Quarta pergunta: o senhor é um servidor da PETROBRAS? Essas são as perguntas que eu lhe dirijo.

O SR. JOÃO VACARRI NETO - Sr. Deputado, eu sou tesoureiro desde 2010. Eu não participei de nenhuma indicação na PETROBRAS. As afirmações que são feitas nas delações premiadas pelo Sr. Pedro Barusco, no que se refere a minha pessoa, não são verdadeiras.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Com que frequência o senhor frequentava a PETROBRAS no tempo em que foi tesoureiro do PT?

O SR. JOÃO VACARRI NETO - Eu nunca fui à PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - O senhor participou de alguma reunião em que estiveram presentes...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Não, mas eu fiz as perguntas. Eu estou repetindo perguntas feitas que ficaram sem resposta. As perguntas, Presidente, foram feitas, mas o senhor não respondeu.

Repito a terceira pergunta: o senhor participou de alguma reunião movida até por uma alegriazinha de um uísque — isso acontece — em que estiveram presentes participantes de dois grupos, empreiteiros e servidores de alto escalão da PETROBRAS? Em algum momento o senhor participou de uma reunião em que estivessem presentes esses dois grupos socioeconômico-culturais?



O SR. JOÃO VACARRI NETO - Sr. Deputado, eu vou reafirmar que as afirmações dos delatores, especialmente Pedro Barusco, que é o caso, sobre a minha pessoa não são verdadeiras.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Prezado, eu não lhe estou perguntando... Eu estou perguntando ao senhor. Esquece aquela turma que resolveu fazer um complô contra o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo de V.Exa...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Com todo o respeito que V.Exa. merece, o depoente não me respondeu.

Eu estou perguntando: o senhor participou de alguma reunião? Não estou dizendo que o senhor estava naquela reunião que o Youssef falou, não. Houve alguma reunião a que estivessem presentes empreiteiro, servidor da PETROBRAS e o senhor? De alguma reunião o senhor participou? É essa a pergunta que eu lhe faço.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, no meu entendimento, eu já respondi à pergunta do senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Aí o senhor está abusando da minha inteligência, com todo o respeito. O senhor não respondeu. Quero que fique registrado que o senhor não respondeu e dentro da linha, daquela linha matuta lá do advogado de Mato Grosso do Sul de quem cala consente. O senhor calou, e eu me sinto no direito de achar que o senhor consentiu. Quem cala consente! O senhor esteve reunido — quero que fique registrado —, o senhor esteve reunido com empreiteiros e diretores da PETROBRAS. Aí que tem o segredo: fazendo o quê, Sr. Vaccari, numa reunião como essa, quando o senhor era o tesoureiro do partido, que não tinha nada que fazer ali?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Deputado Lelo Coimbra, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Presidente, antes de fazer as minhas três perguntas, eu queria fazer um comentário: não dá para em toda sessão ficar recebendo a referência de blindagem do PMDB. Eu e nenhum dos Deputados que aqui estamos, nem V.Exa., sequer conhecemos o Sr. Fernando Soares. Existem seis requerimentos, dentre os 600 e poucos que estão na CPI, pedindo a



convocação do Sr. Fernando Soares, que tem o impedimento colocado pelo fato de estar preso.

Existe um requerimento, colocado hoje pelo nosso Deputado, de oitiva lá no Estado onde ele está preso, junto com outros. Eu quero reiterar aqui em meu nome, em nome do PMDB, que aqui está representado por todos nós, que essa decisão seja tomada na próxima deliberação e que se faça a oitiva lá, nem que seja só a do Sr. Fernando, caso não seja superada a possibilidade de trazê-lo aqui. Então eu queria deixar isso registrado em nosso nome, neste momento, com o apoio da bancada que aqui está.

As perguntas que faço são: Sr. Vaccari, V.Sa. e seu advogado têm repudiado o conteúdo das delações premiadas que denunciaram o esquema de arrecadação e distribuição de propina no âmbito da PETROBRAS. Segundo o seu advogado, “os delatores não dizem a verdade” — entre aspas. O esquema foi confirmado pelas declarações dos Srs. Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef, Pedro Barusco, Shinko Nakandakari, Augusto Mendonça Neto, Júlio Camargo e outros. Assim, considerando a legislação penal e supondo que V.Sa. esteja correto e eles equivocados, podemos esperar que as penas deles sejam quadruplicadas, tendo em vista que estão mentindo em delação premiada?

Segunda pergunta: no dia 5 de fevereiro, com a deflagração da nona fase da Operação Lava-Jato, V.Sa. foi conduzido a prestar depoimento na Superintendência da Polícia Federal de São Paulo. V.Sa. pode detalhar as justificativas para essa condução? Além das questões sobre a legalidade dos recursos captados, V.Sa. pode descrever outras partes do seu depoimento? V.Sa. confirma o teor das declarações ou gostaria de retificar alguma parte do depoimento prestado à Polícia Federal?

E, por fim: V.Sa. pretende processar os delatores que o envolveram nessa delação premiada?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, a condução coercitiva à qual eu fui submetido no dia 6 de fevereiro, na minha opinião, foi desnecessária porque eu tenho insistentemente me colocado à disposição das autoridades. Inclusive, todas as vezes que tenho comparecido, eu tenho dito isto: estou à disposição para todos os esclarecimentos necessários. Sobre outro depoimento que eu dei, não



tenho retificação a fazer no que eu disse na polícia. Está lá. Eles me fizeram 29 perguntas e eu respondi a todas. Quando cheguei, eles perguntaram se eu ia colaborar respondendo às perguntas e eu disse: “*Vou responder a todas as perguntas*”. Então, não quero fazer nenhuma retificação. Tem duas perguntas que em o senhor fala sobre a questão das estratégias jurídicas. Essas estratégias serão discutidas no seu determinado momento. Acho que respondi a todas, não?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOÃO VACCARI NETO - O processamento e as penas que o senhor disse da delação. Eu estou dizendo que essa decisão jurídica será tomada no devido momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, vou direto às perguntas.

Primeira pergunta: embora o ex-tesoureiro da campanha da Presidenta Dilma à reeleição, Edinho Silva, diga que foi orientado para blindar a candidatura do esquema de desvio da PETROBRAS, a Presidente recebeu 68,5 milhões de sete empreiteiras investigadas pela Lava-Jato, segundo o TSE. Como, quando, em que período V.Sa. e o atual Ministro, ex- tesoureiro da campanha, Edinho Silva, faziam o controle do que era recibo do partido, do que era recibo da campanha, do que era nota fiscal de empresa de consultoria? V.Sa., nessas arrecadações, não recebia nada, como Barusco disse, que tinha a participação do PT, do Vaccari e tinha o da casa? A casa era Renato Duque e Pedro Barusco.

Segunda: foi V.Sa. que inovou além da contribuição oficial da propina em forma de doação, recibo partidário, empresas fantasmas, que emitiram notas fiscais sem prestação de serviço, empresas de consultoria ou palestras, como a de José Dirceu — 39 milhões —, Palocci — mais de 100 milhões —, Instituto Lula, contribuição de pessoas físicas que desconhecem as contribuições, como na questão de André Vargas, que recebeu doações de pessoa física, e elas não conheciam?

Terceira: V.Sa. disse aqui que foi suplente da candidatura de Aloizio Mercadante ao Senado. Tradicionalmente, os suplentes às candidaturas do Senado é que bancam a campanha. V.Sa. financiou a campanha de Aloizio Mercadante?



Peço que desconte o tempo, Sr. Presidente.

Quarta: qual é a relação entre V.Sa. e José Dirceu? V.Sa. intermediou algum repasse de valores para José Dirceu? Confirma a informação de que os recursos pagos a José Dirceu pelas fornecedoras da PETROBRAS pela suposta prestação de consultoria eram abatidos das propinas destinadas ao PT, conforme declarou o ex-Presidente e controlador da UTC, engenheiro Ricardo Pessoa? Quem apresentou Enivaldo Quadrado, um dos condenados do processo do mensalão e um dos operadores do doleiro Alberto Youssef, a V.Sa.?

No ano de 2003 V.Sa. ainda não era tesoureiro nacional do Partido dos Trabalhadores. Diante disso, eu pergunto: V.Sa. era subordinado formal ou informalmente ao mensaleiro Delúbio Soares, tesoureiro nacional do PT, desde 2000? Senão, quem o incumbiu de captar recursos para o Partido dos Trabalhadores naquela ocasião e a que título?

Em fevereiro de 2014, V.Sa. esteve na sede da GFD Investimentos, empresa que, segundo a contadora Meire Poza, era empresa de fachada do doleiro Alberto Youssef. Por que razão V.Sa. esteve na sede da GFD? Quais os assuntos que tinha a tratar com o doleiro Alberto Youssef? Eram questões de interesse do Alberto Youssef nos fundos de pensão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Foi por isso que pedi um taquígrafo, Sr. Presidente.

Para concluir, então: para assumir a tesouraria do PT, os postulantes são submetidos ao juramento de nunca dizer a verdade, ou assumir, sob a garantia de que vai ter apoio dos cardeais?

O Sr. Barusco tratava V.Sa. por “moch”. O senhor acha razoável uma pessoa com quem não tem intimidade tratá-lo por “moch”, que, segundo V.Sa., corresponde a “mochila”?

São essas as perguntas a que eu gostaria que V.Sa. respondesse e, de preferência, sem a mentira que garante o que V.Sa. conseguiu no Supremo.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu não participei da campanha da Presidente Dilma no quesito arrecadação financeira, em nenhuma hipótese.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu não disse isso.



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não participei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu não disse isso. Eu perguntei para V.Sa... O tesoureiro foi Edinho Silva. Há denúncias na delação premiada de que a propina era destinada às campanhas, inclusive para o Partido dos Trabalhadores. E existem depoimentos de que eram de empresários, de que aquela propina era dividida em notas fiscais, e parte para o Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, é para responder. Em que momento era discutido isto: *“Olha, tem aqui 100 milhões de propina: 5 é recibo para o PT; 50 é para campanha presidencial; e o restante emite nota fiscal de prestação de serviço, da MO, da Rigidez ou do José Dirceu ou de outras empresas”*. Existia isso? O que eu estou perguntando é isso.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, os termos das declarações das delações premiadas, no que se refere a minha pessoa, não são verdadeiras.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu não falei do Barusco.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu estou dizendo de todos, de todos. Não são verdadeiras. Segundo, eu não tenho CNPJ lastreado no meu CPF. Ou seja, eu só tenho CPF. Eu fui segundo suplente do Sr. Aloizio Mercadante. Portanto, no PT não existe a tradição de suplente financiar a campanha de efetivos. O que nós fazemos é o debate político da importância da participação das representações políticas nas eleições. Não tenho conhecimento, não tenho conhecimento e não participei de nenhum encaminhamento sobre a política do José Dirceu, um companheiro que eu respeito e que foi fundador do nosso partido. Não conheço o Sr. Enivaldo Quadrado, nunca fui apresentado a ele, não sei quem é. Em 2003 eu não era tesoureiro do PT, estava como Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo. A Sra. Meire Poza afirmou, na última CPI que teve, que não me conhecia, que não teve qualquer contato comigo, que nunca pagou absolutamente nada a mim e nunca teve qualquer contato comigo — afirmações dela feitas na CPI da PETROBRAS que se encerrou na última Legislatura.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nem Carlos Alberto Pereira? Ele disse isso também, na CSA.



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu também não conheço Carlos Alberto Pereira, nunca fui apresentado a ele, não sei quem é. Eu acho que, com isso, eu respondi a todas as perguntas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. não esteve na CSA nenhuma vez?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nem na GFD?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Não. Na GFD, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nunca teve relação nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, faltou a última só, que é a questão do “moch”. Ele chamava V.Sa. de “moch”? Está nas planilhas todas, na delação premiada.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Isso é uma desconsideração, Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Alguma vez Barusco chamou V.Sa. de “moch”?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu vou insistir: as declarações do Sr. Pedro Barusco, na sua delação premiada, no que se refere a minha pessoa, não são verdadeiras.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Por que ele chamou V.Sa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. encerrou o tempo.

O Deputado Edio Lopes está ausente.

Deputado Efraim Filho, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O microfone...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está liberado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu agradeço.

Sr. João Vaccari Neto, conhecido como o tesoureiro do PT, mas o PT consegue fazer este malabarismo das palavras e hoje V.Sa. é o Secretário de Finanças e Planejamento. De finanças já sabíamos que V.Sa. entendia; de planejamento, vejo agora o porquê, já que o Ministério Público o denuncia por formação de quadrilha, e toda quadrilha tem que ter alguém responsável pelo planejamento. Então, foi muito bem escolhido o lugar para V.Sa. ocupar na direção



do Partido dos Trabalhadores: entende de finanças, entende de planejamento. Pena que foi levado para o mal! Pena que foi levado para fazer o maior roubo conhecido na história moderna da democracia, que se chama petrolão!

A linha tênue entre a atuação como tesoureiro e como planejador de quadrilha está provada nas denúncias do Ministério Público. Porque vamos acabar com esta história aqui de que não existe prova. O ilustre professor que está ao seu lado sabe mais do que ninguém: prova testemunhal é prova! Prova testemunhal é prova! Prova testemunhal é prova, e os códigos a trazem como uma das provas para poder incriminar alguém.

Segundo, não imaginava V.Sa. a questão da delação premiada. A casa caiu. Pessoas que jamais poderiam se autoincriminar, na visão de alguns, o fizeram, com base nos benefícios da delação premiada. Porque corrupção neste País existe desde que Pedro Álvares Cabral chegou aqui: enganou os pobres dos índios entregando espelho para receber ouro em troca. Sempre existiu em maior ou menor grau, porém nunca corrupção institucionalizada — “corrupção institucionalizada”, nas palavras de Pedro Barusco. Sabe por quê? Porque nunca existiu corrupção com chefe, operador, tesoureiro, planilhas pré-programadas, percentuais preestabelecidos; porque nunca existiu tanta sofisticação para roubar o tanto que roubaram. Porque não era mera corrupção, era uma máquina de corrupção para financiar um projeto de poder, era uma máquina de corrupção para financiar uma estrutura partidária.

O PT, que sempre se elogiou por ser a agremiação mais organizada do Brasil — e isso é inconteste —, quando chegou ao poder, essa organização serviu a dois senhores: serviu a Deus e serviu ao diabo, serviu ao bem e serviu ao mal. Essa agremiação tão sofisticada proporcionou a maior estrutura de corrupção da história moderna em qualquer país livre e democrático.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É inadmissível que se chegue aqui, Presidente, e que se tenha exatamente esta visão de que não existem provas, de que se tentam alinhar doações oficiais, como se todo mundo estivesse igual. Esse malabarismo que o PT faz... Antes ele fazia questão de dizer que era diferente de todos e hoje se esforça para provar que está todo mundo igual, na mesma lama do



petrolão. Não está! O PT antes dizia: *“Sou diferente de todos”*. E hoje se esforça para dizer: *“Vocês todos são iguais a mim, estamos todos na mesma lama”*. Não estamos. E isso estará aqui provado, com os resultados da CPI.

E, para concluir, Presidente, concluo com a frase que ficou célebre, de Renato Duque, ao citar a música *Que país é esse?*, de outro Renato, não o Duque, o Russo. E a música *Que país é esse?* diz algo que vai cair como uma luva neste momento: *“(...) o sangue anda solto manchando os papéis, documentos fiéis ao descanso do patrão; o Brasil vai ficar rico e vamos faturar um milhão quando vendermos as almas dos índios e do cidadão do Brasil num leilão (...)”*, o leilão do petrolão.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, primeiro nós temos que ter... Desculpe... Sr. Deputado, os termos da delação dos delatores, no que se refere a minha pessoa, não são verdadeiros. E mais, delação não é prova. Delação não é prova. Elas não são verdadeiras e não são provas.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Testemunho é prova. Eu não disse que delação é prova. Prova testemunhal existe. Até o pouquinho que estudei de Direito, prova testemunhal está no rol das provas.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Por último, eu não aceito as ofensas que o senhor fez a minha pessoa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E já ouviu a música? Identificou-se com ela?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Darcísio Perondi. (Pausa.) Ausente.

Deputado Silas Câmara, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente tudo que foi dito até agora e confesso que estou mais convencido do que nunca de que nós chegamos a um nível de conhecimento através do que foi dito pelo Secretário de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores, Sr. João Vaccari, que ele é uma pessoa altamente competente de fato.

Veja os números. Foi dito aqui pelo ex-Presidente da PETROBRAS, Sérgio Gabrielli, Sr. João Vaccari Neto, que não houve roubo na PETROBRAS, que os



desvios provocados na PETROBRAS eram um entendimento entre quem roubou e as empresas que compartilhavam os seus lucros. Coincidentemente, na sua apresentação, o senhor disse que as empresas podem doar 2% do seu balanço bruto, estou certo? Todas as pessoas que passaram aqui, que citaram inclusive seu nome, disseram que o valor acertado da propina gerava entre 1% e 2%, portanto, o valor que se pode “doar” — entre aspas — legalmente.

A pergunta que eu queria fazer ao senhor é a seguinte: o senhor nunca ouviu falar, por exemplo, que essas doações feitas ao PT, se não foi o senhor que fez o entendimento, eram o entendimento de que a modernidade ou atualização de um novo esquema de desvio de recurso passava agora pelas empresas não pegarem um saco de dinheiro e entregarem a alguém, mas doarem aquilo que acertaram previamente no contrato, para que isso se justificasse de forma legal e a resposta fosse, numa CPI como esta, exatamente a que o senhor está dando: que tudo foi doado dentro da legislação? O senhor nunca disse aqui que a origem é legal. Por isso eu o parablenizo. O senhor disse que a doação foi feita dentro da legalidade, mas o senhor não disse que o dinheiro era legal. Então, a pergunta é: o senhor nunca ouviu falar sobre isso?

A segunda pergunta que eu faço para o senhor é a seguinte. Já lhe perguntaram, e o senhor disse que... Não estou lembrado se o senhor disse que vai fazer ou se o senhor já fez. Todos os depoimentos das cinco pessoas mais importantes desse processo da delação premiada que acusaram V.Sa. já fizeram isso e já está escrito. A pergunta é: o senhor já tomou providência? Porque o senhor fala com tanta convicção. Aqui nós estamos desde as 9 horas da manhã. Já são 17 horas praticamente. O senhor fala com tanta convicção que o senhor é inocente e que nada do que foi dito pega no senhor. O senhor já fez, através dos seus advogados, alguma ação que pudesse deixar claro e definitivo que o senhor não vai voltar atrás, que o senhor já está processando ou que o senhor está questionando no STF essas delações premiadas? Porque o senhor sabe que, com o seu questionamento, o senhor pode triplicar a pena de quem está tendo benefício e que inclusive hoje está em casa. Então, eu queria saber se o senhor já fez alguma coisa nesse sentido.



Por último, eu queria lhe fazer uma pergunta: o senhor mora em São Paulo, é isso? (*Pausa.*) Está certo. Então, o senhor acha que dá para acreditar que o senhor ia ao Rio de Janeiro, por exemplo, se reunir com essas pessoas que dizem que se reuniram com o senhor, no Rio de Janeiro — passagem, incômodo de avião, trânsito horrível no Rio de Janeiro, ir para um hotel com certeza desconfortável, lá, conversar quem sabe sem ar condicionado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Silas.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - ...para simplesmente conversar sobre entendimentos políticos e partidários com empresários do nível dos que estão envolvidos neste sistema e dos funcionários da PETROBRAS do padrão dos que estão envolvidos nesta corrupção generalizada, como disse ainda há pouco, da PETROBRAS?

Por último, eu gostaria de lhe fazer outra pergunta, e essa é definitiva, até porque o nosso tempo realmente não ajuda. Qual é o seu currículo intelectual? Qual é a sua formação? O que foi que habilitou o senhor para, por exemplo, estar no Conselho lá da Itaipu internacional?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, os dados que foram apresentados aqui coincidentemente são dados do *Estadão*. Foi uma reportagem feita pelo *O Estado de S. Paulo*, que apresentou a equivalência e a simetria dos números no que se refere aos três maiores partidos das contribuições das empresas investigadas na Lava-Jato. A legislação diz que cada empresa pode contribuir até o máximo de 2% do seu faturamento bruto do ano anterior. Por isso nós temos insistentemente apresentado propostas de que tem que ter a reforma política e acabar com a contribuição empresarial, porque aí sim nós vamos mudar com relação à política internamente dos partidos e da sociedade. É usual que o Secretário de Finanças do Partido dos Trabalhadores faça contatos institucionais com empresas, com pessoas jurídicas, com pessoas físicas, na busca de captar recursos para doação eleitoral ou doação partidária. Sobre a minha formação, eu sou bacharel em Relações Internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Como Líder, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Rubens Bueno, como Líder.

V.Exa. permite que eu dê a palavra ao Deputado Augusto e, em seguida, a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Augusto, V.Exa. tem até 3 minutos.

Estamos em processo de votação nominal. Aos Deputados que queiram ir ao plenário votar, nós manteremos aqui a audiência pública, diante do fato de que temos ainda quase 30 Deputados para falar. Então, não interromperemos os trabalhos.

Deputado Augusto Coutinho, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, prezado Sr. Vaccari, aqui nosso depoente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Augusto Coutinho, o Sr. Vaccari solicita período para ir ao toalete. Nós cederemos 5 minutos. Então, interromperemos 5 minutos para que possamos ir votar e voltar para cá.

A sessão está interrompida por 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

(A reunião é reaberta.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Augusto Coutinho, V.Exa., sempre diligente, já está aguardando o início dos trabalhos. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Obrigado, Presidente.

Presidente, peça silêncio, por favor.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Vaccari, como foi dito aqui, o senhor, entre 2004 e 2010, presidiu a BANCOOP, cooperativa que, segundo informações, virou um pesadelo para milhares de associados.

Segundo a denúncia do Ministério Público, em vez de o dinheiro ser aplicado para erguer apartamentos, boa parte dele era desviada para abastecer o caixa dois do seu partido, o PT. Em outubro de 2010, a Justiça aceitou a acusação do



Ministério Público e o senhor, junto com mais cinco pessoas, foi denunciado. O senhor é réu por estelionato, formação de quadrilha, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

Posteriormente, no mensalão, o Sr. Paulo Roberto, em delação premiada, envolveu o senhor novamente em arrecadação de dinheiro de caixa dois do PT. Depois, o Sr. Pedro Barusco, a mesma coisa. Chegou a dizer, inclusive, pelas estimativas dele, que o senhor teria arrecadado para os cofres do PT em torno de 150 a 200 milhões de reais em 90 contratos junto à PETROBRAS.

Todas as delações premiadas oferecidas à Justiça envolvem o senhor na arrecadação de dinheiro. O senhor vem aqui com um discurso pronto, com uma resposta pronta, sempre dizendo que todo o dinheiro que arrecadou foi de forma oficial e está na prestação de contas do PT. Eu lamento lhe dizer que não acredito nessa sua informação, porque todos os indícios são contrários.

Mas eu queria lhe fazer duas perguntas. A primeira seria a seguinte — foi perguntado aqui e eu não entendi direito: o senhor tinha uma relação não muito próxima com o doleiro Alberto Youssef, mas o senhor esteve na empresa do doleiro. O senhor disse aqui que esteve e que, inclusive, quando esteve, ele não estava lá, se foi isso o que eu entendi. E aí não sei se o senhor foi tomar um café, o que o senhor foi fazer lá. Eu queria saber exatamente o que o senhor foi fazer na empresa do doleiro Alberto Youssef.

A segunda pergunta é a seguinte: durante todo o processo no STF, em suas defesas, no caso do mensalão, os integrantes do seu partido, o Partido dos Trabalhadores, afirmaram, quando se defendiam, que o mensalão não teria existido e que o que houve e o que teria ocorrido era um esquema de caixa dois. Inclusive, foi lembrado aqui que o marqueteiro Duda Mendonça foi pago com recurso do caixa dois — como ele mesmo disse aqui — pelo seu partido, o Partido dos Trabalhadores, em uma conta fora do Brasil.

Então, a minha pergunta é a seguinte: diante de todos esses fatos e evidências da existência de propina no seu partido, além de uma confissão pública do uso de caixa dois, o senhor diria a mim — e aí a minha pergunta — que o PT mentiu antes? O dinheiro do mensalão foi caixa dois, mas agora não é mais, é dinheiro oficial. Então, o que há efetivamente no discurso do PT? O PT do



mensalão, que dizia que o dinheiro era não contabilizado e era caixa dois, e o PT de agora, que diz que o dinheiro é oficial?

Muitas vezes a bancada do PT nesta Casa quer misturar as coisas para dizer que quem recebe dinheiro oficial quer dizer que pode ser dinheiro de propina, e não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Não se pode misturar as coisas.

Então, Sr. Presidente, é a nossa pergunta ao depoente, exatamente sobre o que mudou no discurso do PT do mensalão para o PT do petrolão.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu sou tesoureiro desde 2010. Portanto, eu posso responder ao senhor as questões pertinentes a partir de 2010. E, nesse sentido, eu não tenho relacionamento com o Sr. Alberto Youssef. E quem atesta isso é a contadora, que, em depoimento aqui na CPI, disse que não me conhecia, nunca fez qualquer pagamento a mim, nunca me viu nos escritórios. Essa foi a declaração feita por Meire Poza na CPI que se encerrou na Legislatura passada. E, por último...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Mas o senhor esteve... Só para finalizar essa pergunta, Sr. Vaccari. O senhor afirmou aqui que esteve na empresa do Alberto Youssef e que ele não estava.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Essa pergunta eu já respondi no início e em várias outras vezes para inúmeros Deputados aqui presentes. E, sobre a delação premiada do Sr. Pedro Barusco e do Sr. Paulo Roberto Costa, eu volto a insistir: os termos das declarações, os termos das delações premiadas do Sr. Pedro Barusco e do Sr. Paulo Roberto Costa, no que se refere à minha pessoa, não são verdadeiros.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Mas, Presidente, eu não me sinto atendido. Eu fiz duas perguntas e ele não respondeu a nenhuma das duas. Primeiro, se foi à empresa de Alberto Yousseff. Se foi, quero saber para fazer o que e por que, uma vez que ele não estava lá. O senhor não me respondeu. E a segunda é exatamente sobre o que mudou no discurso do PT entre o mensalão e o petrolão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, com a palavra o próximo inscrito, Deputado José Carlos Araújo. (Pausa.) Ausente.



Com a palavra o Deputado Carlos Andrade. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Kaio Maniçoba. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra Deputado Pr. Marco Feliciano. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de fazer duas perguntas simples ao depoente, Sr. João Vaccari Neto, eu queria aqui apenas corroborar aquilo que disse o Deputado Delegado Waldir sobre a inocência dos ratos.

Na época do dilúvio que houve nesta Terra — para aqueles que acreditam nos termos bíblicos —, Deus preferiu salvar os ratos aos homens, por causa da corrupção que havia na Terra — a corrupção é um grande mal.

Sr. Vaccari, eu tenho duas perguntas simples para fazer ao senhor. O PT está envolvido no esquema de corrupção da PETROBRAS? Eu queria a sua resposta e, se possível, agora.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, não.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Segunda pergunta: Youssef, Barusco, Roberto, todos eles mentiram nas delações premiadas nas quais falam sobre V.Sa.?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, mais uma vez eu reafirmo o que eu tenho dito aqui desde a manhã: os termos das declarações das delações premiadas dos Srs. Alberto Youssef, Pedro Barusco e Paulo Roberto Costa, no que se refere à minha pessoa, não são verdadeiros.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Então o senhor diz que eles mentiram.

O senhor acredita que os fins justificam os meios, Sr. Vaccari? O senhor conhece essa sentença, essa frase, "*os fins justificam os meios*"? Eu digo isso porque a Presidente da República, do seu partido, certa vez disse que, para chegar ao poder, faria o diabo. Ao citar essa frase, ela está dizendo que faria o que fosse necessário para chegar ao poder, ou seja, não importam os meios, desde que se atinjam os fins.

A mentira, Sr. Vaccari, tem pernas curtas. Essa é uma premissa que vem desde a época da grande Paris, da grande Cidade Luz, de um grande pintor,



Toulouse. Toulouse era um homem de pequena estatura. Ele mentia tanto que os amigos diziam que a mentira dele era maior dos que as suas obras artísticas. E daí vem a expressão “*a mentira tem perna curtas*”, porque ele tinha pernas curtas.

Há também o que disse Abraham Lincoln sobre a mentira: é possível enganar algumas pessoas o tempo todo; todas as pessoas durante algum tempo; mas não é possível enganar todas as pessoas todo o tempo.

Sr. Vaccari, o senhor teria, nesta tarde, oportunidade de trazer um alívio não apenas a esta CPI, mas a todo o Brasil. Mas eu sei que a profissão da qual o senhor faz parte, às vezes, mesmo sendo necessária, é ingrata. É o que, por certo, nos diriam, se aqui os pudéssemos trazer, PC Farias, Judas, da Bíblia, Delúbio Soares, que teve tantos traumas com a profissão de tesoureiro, que o senhor hoje exerce.

É triste, é lamentável saber que tantas mentiras, inverdades são ditas aqui nesta Casa, sustentadas por V.Sa., e que o Brasil poderia respirar um pouco melhor se V.Sa. nos dissesse a verdade, mas, infelizmente, isso não vai acontecer, pelo que nós estamos vendo aqui, pelo andar da carruagem.

Há uma passagem bíblica que diz que a verdade liberta quem a conhece. Eu queria muito que, nesta tarde, o senhor libertasse não apenas a sua própria alma, mas o Brasil, entregando, de fato, as coisas que estão acontecendo. É impossível vermos todas essas denúncias, termos tantas provas e ninguém nunca saber de nada. A mentira, em algum momento, vai cair por terra.

No próximo domingo, dia 12, a população, que não pode ser enganada nesta CPI, que não pode ser enganada em lugar nenhum, como o povo tem a voz e o poder nas ruas, por certo, dará um grito mais forte, que todos ouvirão.

É só o que eu tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra, por 1 minuto, o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - São duas perguntas somente.

Sr. Vaccari, o senhor é remunerado no cargo que ocupa no PT? O senhor pode responder que eu vou fazer outra pergunta em seguida. Em caso afirmativo, qual é o valor que o senhor recebe?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu sou remunerado pelo PT, e o valor faz parte do sigilo do meu Imposto de Renda.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Vaccari, segundo a revista *Veja*, numa matéria do dia 22 de outubro de 2014 — o senhor, inclusive, falou sobre esse assunto —, o senhor ficou 12 anos como Conselheiro de Itaipu.

Eu não tenho dúvida ao afirmar aqui que o senhor é um dos trabalhadores mais bem pagos deste País, porque o senhor recebia 40 mil reais para trabalhar 1 dia em Itaipu. Segundo a revista *Veja*, as reuniões do Conselho se davam de 2 em 2 meses, 1 dia. Então, o senhor trabalhava 6 dias por ano, recebendo mais que 20 mil reais por mês. De 2 em 2 meses, duas vezes 20 mil reais, 40 mil reais, para o senhor trabalhar 1 dia. Durante 1 ano, 240 mil reais. Durante 12 anos, 3 milhões de reais. Em 12 anos, trabalhando 6 dias, o senhor trabalhou em Itaipu 72 dias e recebeu 3 milhões de reais.

O Presidente do PT, Rui Falcão, nessa matéria da *Veja* de 24 de outubro de 2014, disse, e o senhor disse aqui também, que o senhor renunciaria ao Conselho de Itaipu antes da data do fim do seu mandato, do seu tempo, que seria 2016, porque o senhor estaria cansado.

Eu pergunto: se o senhor estava cansado, segundo as palavras do Presidente Rui Falcão, como o senhor preferiu trabalhar como tesoureiro do PT, nessa função tão trabalhosa, vamos dizer assim, de visitar as empresas durante esse tempo? Se o senhor estava cansado, por que o fez essa opção de ficar no PT?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, a Itaipu Binacional tem o Conselho de Administração desde o início da sua fundação, em 1973. São 12 membros, e todos recebem os mesmos salários. O que me estranha é o seu questionamento sobre o meu vencimento. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor me desculpe. Eu não sei quantos conselheiros há que recebem o mesmo valor. Isso é um absurdo, não é? No momento em que, no nosso País, a Presidente Dilma está fazendo um esforço para fazer um ajuste fiscal, o senhor passou 12 anos, trabalhou 72 dias e recebeu, aproximadamente, 3 milhões de reais. Em 72 dias o senhor recebeu 3 milhões de reais. Se os outros receberam, todos também estão errados, na minha opinião.

Então, o senhor me desculpe. São os vencimentos do senhor. Agora, isso é público. Itaipu é uma empresa pública. Eu não estou falando aqui nada de mais. Eu só estou aqui dizendo que o Presidente do PT disse que o senhor estava cansado.



Eu perguntei ao senhor por que o senhor estava cansado. O senhor deixou de receber 240 mil reais por ano, trabalhando 6 dias, 40 mil reais por dia, e está recebendo no PT o que o senhor recebe para fazer essa função que está dando todo esse problema aí. Sem prejudicar o senhor, tá? Eu estou aqui citando dados da revista *Veja*. É só isso. Eu não estou prejudicando o senhor, quero deixar bem claro isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Nós interrompemos aqui a reunião porque dois Deputados ficaram prejudicados com as votações nominais. Então, daremos a palavra aos dois Deputados que nós chamamos e estavam ausentes e passaremos aos não membros. Primeiro, o Deputado Perondi e, em seguida, o Deputado Carlos Andrade. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Certo. Nós estamos aqui interrogando o Vaccari, o homem-bomba, um dos homens-bomba da corrupção na PETROBRAS. Mas devemos lembrar que a corrupção na PETROBRAS é endêmica, como foi dito aqui — o Brasil sabe —, institucionalizada. Olhem os números da PETROBRAS, um desastre do ponto de vista de gestão, do ponto de vista ético e moral, que tem os seus responsáveis.

Eu estava observando desde o início e fiz uma enumeração aqui dos passos verbais da relação Vaccari-Barusco. Quando respondeu ao Relator, ele disse que só uma vez tinha conversado com o Barusco. Foi andando, os colegas foram perguntando, e ele disse: *“Não, uma outra vez, acompanhado.”* Andando mais umas perguntas, ele responde: *“Ah, havia, sim, encontros, eram sempre casuais, sempre casuais, e não tinha intimidade”*. E usou o advérbio “sempre”, “sempre”. Antes era “uma vez”, passou a ser “sempre”. “Sempre” é mais de uma vez. Aí, andou um pouquinho mais, ele surpreende de novo. Ele admitiu encontros em hotéis, porque a turma disse aqui que têm as imagens. *“Não, tem sim, onde eu me hospedava no Rio de Janeiro”*. Isso foi o que o Barusco disse aqui quando ficou conosco 8, 10 horas. Ele disse e repetiu com muita segurança e naturalidade. E o Vaccari, no começo, estava dizendo que não e depois foi vindo, foi vindo, foi vindo.

Diga a verdade, Vaccari, não vire um Valério. Diga a verdade.



O senhor foi ao escritório do Alberto Youssef. Eu gostaria de saber quem marcou o encontro. Foi o senhor? O encontro foi por telefonema, por carta, por *WhatsApp*, por *e-mail*? O senhor foi ao encontro no escritório do Alberto Youssef, que já tinha feito uma delação premiada, já estava na mira do Juiz Sérgio Moro. O senhor foi lá. Quem marcou para o senhor?

Muito obrigado.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, o Sr. Alberto Youssef me mandou recado para que fosse até o escritório dele, mas não marcamos data. E lá eu compareci...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Recado através de quem?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Lá eu compareci e ele não estava presente, e eu fui embora.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Foi ele que tomou a iniciativa? Foi ele que ligou? Ou houve intermediário?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu considero essa pergunta já respondida inúmeras vezes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, concedo a palavra ao Deputado Carlos Andrade, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. João Vaccari, em todas as respostas aos Parlamentares presentes, o senhor afirmou que os depoimentos dos Srs. Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef e Pedro Barusco, nos textos que o mencionavam, eram mentirosos, não eram verdadeiros, está certo? Mas eles, nos depoimentos, trazem clareza, trazem detalhes, a ponto de enumerar lugares, horários, valores. Eles são muito detalhistas. Gostaria de compartilhar com o senhor — certamente o senhor sabe — e com todos aqui presentes: João Vaccari afirma que a Toshiba participou de licitação para uma obra na COMPERJ, em 2009 ou 2010, obra essa relativa à casa de força, que girava em torno de 130 milhões e, com desconto, ficou em 117 milhões. Que o Presidente da Toshiba no Brasil, que ficava em São Paulo, e o Diretor da empresa, o Sr. Piva, teria feito a transferência para a conta da MO Consultoria, o declarante sacou da conta da MO pouco mais de 400 mil reais e entregou a uma emissária do Sr. Vaccari chamada Marice Correa de Lima.



Sr. Vaccari, isso procede? Esse recebimento, essa pessoa indicada é conhecida sua?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Pois não.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Esses termos da delação premiada do Sr. Alberto Yussef, no que se refere a minha pessoa, não são verdadeiros.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O.k. Só mais uma pergunta: em coletiva à imprensa, o Procurador Deltan Dallagnol diz o seguinte: "*O Tesoureiro do PT indicava em que contas deveriam ser depositados os recursos de propinas*". O senhor diria que o Procurador está mentindo?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Todas as contribuições que foram feitas ao PT foram contribuições legais...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Não, não foi isso que eu perguntei.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - ...através de transações bancárias depositadas na conta, emitido o devido recibo e feita prestação de contas à Justiça Eleitoral.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Eu só não entendi qual a parte que o senhor não entendeu. A minha pergunta foi: o senhor diria que o Procurador está mentindo na afirmação que eu fiz? Não perguntei sobre a legalidade dos valores.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu vou insistir na resposta, Sr. Deputado: todas as contribuições feitas ao PT são feitas através de transações bancárias, é emitido o recibo e são prestadas contas ao TSE...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Mas eu não perguntei isso.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - ...nos parâmetros da legislação vigente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O doleiro Alberto Yussef...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Carlos Andrade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, veja que não há uma resposta. A resposta não está condizente com o que está sendo perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu tenho observado, Deputado Carlos Andrade, e isso aí eu quero fazer constar, que vários Deputados



não se têm sentido satisfeitos com as respostas do Sr. Vaccari. Esta Presidência não pode tomar nenhuma providência com relação a isso porque ele tem aqui, inclusive, a liberdade de ficar calado. Então, da mesma forma que muitos estão insatisfeitos, posso até dizer que também ficamos quando perguntas são feitas e não são respondidas, mas que, na verdade, eu espero que a CPI possa evoluir nas investigações e iremos fazer o que for necessário para esclarecer aquilo que o povo brasileiro espera de nós.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - É porque o Procurador faz uma afirmativa e aí nós fazemos uma indagação sobre a afirmação e ele responde que... Não é essa a pergunta. Mas tudo bem. Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou concluir.

Sr. Vaccari, o doleiro Alberto Youssef, em sua delação, garantiu que entregou 800 mil reais em propinas ao PT a mando do executivo da Toshiba José Alberto Piva Campana, metade entregue na porta da sede do partido em São Paulo e a outra metade recebida no estacionamento do escritório do delator pela cunhada do Sr. João Vaccari, Marice Correa de Lima. O senhor conhece essa situação, Sr. João, esse fato, esse recebimento?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu vou reafirmar ao senhor que a declaração do Sr. Alberto Youssef na sua delação premiada, no que se refere à minha pessoa, não é verdadeira.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Então, na sua concepção, todas as enxurradas de denúncias contra a sua pessoa o senhor acha que são uma armação, todas essas acusações, essa situação causada, criada, o senhor acha que são uma armação? E quem tem interesse nessa armação contra o senhor? O senhor é inocente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Carlos Andrade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Eu já fiz a pergunta, Sr. Presidente. Já perguntei se era uma armação e se ele era inocente, foram as duas perguntas finais. Ele pode responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Claro!

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Obrigado.



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu já reafirmei nesta Comissão, no início dos trabalhos, quando indagado sobre isso, que sou inocente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Então, o senhor acha que tudo isso é uma armação contra a sua pessoa? Foram as duas perguntas que eu fiz, Sr. João Vaccari: essa e se o senhor é inocente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Ficou em aberto, Presidente, a outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Iremos agora entrar na lista de inscrição para o debate dos não membros.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, vai constar em ata que ele não respondeu a última pergunta do Deputado, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se o Deputado fez a pergunta e o Sr. João Vaccari não respondeu, o Deputado pode solicitar que conste, até porque os áudios estarão disponíveis para os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Que conste que ele não respondeu a nenhuma pergunta do Delegado Waldir, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Faremos constar na ata.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - A minha também, Presidente, sou Augusto Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos aqui agora com a lista dos não membros. Diante do plenário quase já vazio, nós faremos uma chamada geral para ver quem está presente. Quem não estiver presente nós daremos como ausente, até por respeito a quem chegou aqui desde cedo e está aguardando para falar. As inscrições estão encerradas e faremos um bloco para que os Deputados possam fazer as inquirições.

Deputado Bolsonaro, eu peço desculpas, não posso atender V.Exa. Nós temos aqui como praxe encerrar as inscrições quando se inicia o depoimento.

Deputado Beto Faro. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Nilto Tatto. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Paulão. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Zeca Dirceu. *(Pausa.)* Ausente.



Deputado Caetano. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Assis Carvalho. *(Pausa.)* Presente.

Darei a palavra a V.Exa. em seguida.

Deputado Fernando Marroni. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Pedro Uczai. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Padre João. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Ságuas Moraes. *(Pausa.)* Ausente.

Deputada Mariana Carvalho. *(Pausa.)* Presente.

Deputado Tenente Lúcio. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Vitor Lippi. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Arnaldo Jordy. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Angelim. *(Pausa.)* Ausente.

Deputada Moema Gramacho. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Miguel Haddad. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Rocha, do PSDB. *(Pausa.)* Presente.

Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Julio Lopes. *(Pausa.)* Ausente. Informou que estava chegando. Se chegar até o final, nós lhe daremos a palavra.

Então, este é o bloco: Deputado Assis Carvalho, Deputada Mariana Carvalho e Deputado Rocha, do PSDB. São esses três Deputados.

Com a palavra o Deputado Assis Carvalho, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, eu estava olhando algumas partes do depoimento do Barusco. Em que pesem algumas falas carregadas na tinta como se fossem verdades absolutas, aqui mesmo nesta sala ele sempre usou a expressão: *“Provavelmente atendendo a pedido de João Vaccari”*, *“não sei dizer, no entanto, se realmente era o João Vaccari”*, quer dizer, o próprio Barusco, no depoimento que está aqui nos autos, aqui, na frente dos Deputados, não disse com precisão o que tinha exatamente feito, o que alguns Deputados tomam como verdade absoluta.

Outro ponto que me chama atenção, João Vaccari, já foi dito aqui, mas vamos reiterar: em 2014, dos R\$ 222.570.081,00 doados pelas empresas citadas — o Vaccari apresentou muito bem ali —, nós tivemos exatamente 25% recebidos pelo



PMDB; 24%, pelo PT; 21%, pelo PSDB; 7%, pelo PSB; 5%, pelo PR, e por aí continua. É muito difícil alguém convencer os brasileiros e brasileiras de que o dinheiro que foi para o PT tinha origem ilícita e o dinheiro com que o mesmo contribuinte colaborou com outros partidos tinha origem lícita. É pela cor dos olhos, pela cor dos cabelos, pela origem ou certidão de nascimento?

Eu acho que, nesse tipo de comportamento, é chegada a hora de se discutir uma coisa com mais presteza: por que o João Vaccari? Porque ele é tesoureiro do PT e há uma campanha desesperada para tentar criminalizar o nosso partido. Como disse aqui há pouco o Líder do PSDB, o seu objetivo é cassar os dias do PT, ele não está preocupado em apurar nada, tanto que saiu correndo. Não se faz o mesmo debate aqui para chamar o tesoureiro do PSDB para explicar que métodos foram utilizados para o dinheiro chegar a suas contas. E eu quero considerar que eles foram lícitos, que a origem desse dinheiro era tão lícita como a origem do dinheiro do PT e de outros partidos.

Portanto, João Vaccari, não lhe farei pergunta, porque o conheço há muitos anos, tive a oportunidade de trabalhar com você na coordenação do Sindicado dos Bancários, conheço a sua conduta, a sua firmeza e a sua dedicação. O seu grande pecado foi ter colocado toda a sua vida em defesa dos trabalhadores contra, exatamente, os opressores. É por isso, João Vaccari, que talvez você seja tão perseguido neste País. Sem sombra de dúvida, a exemplo dos tesoueiros dos outros partidos, do PP, do PSDB e de todos os outros partidos, o que você faz é lutar exatamente para fazer com que a luta do PT continue, o que é um direito de todo partido, como o PSDB, o PMDB e todos os outros partidos. Queria apenas fazer esse depoimento e externar aqui a minha solidariedade a você, porque conheço seu compromisso com a classe trabalhadora deste País. João Vaccari. Receba o meu abraço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, com a palavra a Deputada Mariana Carvalho. S.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Quero cumprimentar o Sr. Presidente Hugo Motta e fazer algumas perguntas ao Sr. Vaccari.

Sr. Vaccari, nós já estamos aqui há quase 8 horas escutando o senhor falar. E o que me deixa muito preocupada é que o senhor nega todas as acusações feitas



pelos delatores. Quando o senhor foi inquerido pelo Deputado Bruno Covas se aceitaria uma acareação com Pedro Barusco, o senhor afirmou que sim. Com todas essas confusões de o senhor dizer que não faz parte, eu gostaria de saber se o senhor, nessa acareação, aceitaria passar por um detector de mentiras. Essa é a primeira pergunta que eu gostaria que o senhor respondesse.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu, desde o início, tenho dito aqui inúmeras vezes que estou à disposição das autoridades competentes.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Espero que nessa oportunidade possamos saber realmente quem está falando a verdade, porque o povo brasileiro quer saber.

Eu gostaria de saber como se dava a relação do senhor com o tesoureiro Edinho Silva, tesoureiro da campanha da Presidente Dilma. Qual era a sua relação com ele?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Nós éramos companheiros, cada um na sua função, com a independência e a legitimidade que cada um tinha.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Eu gostaria de saber também da intimidade do senhor com a Presidente Dilma e com o ex-Presidente Lula, se o senhor frequenta a casa deles, se eles frequentam a sua casa, porque o senhor realmente ocupou um cargo de alta confiança. Gostaria de saber qual é a intimidade que o senhor tem com eles.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu não tenho intimidade nem com o Presidente Lula nem com a Presidente Dilma.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Surpreende-me saber que o senhor não tem intimidade porque o senhor ser colocado nesse cargo de alta confiança e não ter conhecimento me assusta. Fazer parte de uma agremiação partidária e não ter acesso às lideranças do seu partido, realmente, deixa várias dúvidas e interrogações.

O ex-Tesoureiro do PT Delúbio Soares está preso, e agora o senhor foi denunciado. Eu quero saber se o senhor acha que ser tesoureiro do PT é uma profissão de alta periculosidade.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu serei Secretário de Finanças do Partido dos Trabalhadores até que o Diretório Nacional decida sobre isso. E quero dizer que



a minha militância no PT é uma militância de mais de 30 anos. E eu tenho orgulho da minha militância.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Aí me surpreende mais ainda o senhor não ser amigo de Lula nem da Presidente Dilma.

Bom, mas eu tenho uma última pergunta, Presidente. No seu termo de colaboração, Augusto Ribeiro de Mendonça Neto informou que negociou o pagamento da propina diretamente com o Renato Duque e acertou pagar a quantia de 50, 60 milhões, o que foi feito entre 2008 e 2011, e que os pagamentos foram feitos de três formas: parcelas em dinheiro, remessas em contas indicadas no exterior e doações oficiais ao Partido dos Trabalhadores. Gostaria de saber se essa informação é verdadeira ou não, se o senhor a confirma.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - No que se refere à delação premiada de Augusto Mendonça e Renato Duque, eu não tenho que me posicionar. Desconheço os fatos e não tenho que...

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Tudo bem. Agradeço, até porque em todas as respostas que o senhor deu aqui o senhor negou. Mas eu espero, Presidente, que nas próximas possamos pensar em um detector de mentiras para vermos quem está falando realmente a verdade. Muito obrigada.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sra. Deputada, se a senhora me permite, a senhora fez uma pergunta que eu não respondi. Eu gostaria de responder.

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Mas o senhor não respondeu a nenhuma pergunta desde as 9h30min. Então, não faz diferença mais.

(Risos.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Parabéns, Deputada! Nossa! *Show* de bola!

O SR. JOÃO VACCARI NETO - A senhora me perguntou...

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Estou satisfeita com as respostas. Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. deseja falar?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente, esse é um tratamento desrespeitoso.



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu quero só dizer que a atividade de tesoureiro do PT, sobre a qual a Deputada perguntou, é exatamente igual à atividade de tesoureiro de todos os partidos.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Não é, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Rocha, do PSDB do Acre. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Presidente, quero, em primeiro lugar, agradecer a V.Exa. e dizer que estou vendo Parlamentares que vieram aqui fazer perguntas para tentar elucidar o que aconteceu nesse escândalo de corrupção e outros que vieram aqui exaltar o depoente.

Para mim gera estranheza Parlamentares virem aqui com o único propósito de exaltar o depoente. E aqui o PT tentou, de todas as formas, e aí com uma banca de advogados, uma das mais competentes do Brasil, diga-se de passagem, e com outros advogados aqui — parece que o senhor está perdendo os advogados, já foram quase todos embora. O senhor tome cuidado porque Marcos Valério também ficou assim. No começo, tinha o apoio de todo mundo; depois foi abandonado.

Mas o PT tentou, de todas as formas, trazer para o buraco em que está partidos o PSDB e outros partidos. Não vai trazer, não. O PT tem diversos integrantes presos condenados por corrupção. E V.Sa. está no mesmo caminho.

Eu queria aqui, Sr. Vaccari, fazer-lhe quatro perguntas. Há um ditado antigo que diz que *“quem não deve, não teme”*. E eu acho que a mais forte arma de defesa de qualquer cidadão que é acusado é a verdade. Se V.Sa. fala com tanta convicção que é inocente, por que V.Sa. buscou refúgio num salvo-conduto do Supremo para chegar aqui e dizer o que bem entender, mentir, ficar calado?

E, mais ainda, completando a primeira pergunta: por que V.Sa. veio a esta Casa com um advogado criminalista para o orientar se tem tanta certeza da sua inocência?

Quero continuar. V.Sa., pelo que consta, é bancário, ou pelo menos era. Agora vejo V.Sa. muito bem remunerado em altos cargos, nomeado pelo Partido dos Trabalhadores. Como bancário, certamente, V.Sa. não poderia contratar a banca de advogados que o assiste, porque, quero crer, não sai — aí estou fazendo uma suposição, quero deixar claro — por menos de 500 mil reais uma banca (não é só



um advogado, é toda uma estrutura!). E eu queria saber de V.Sa. quem está pagando essa banca de advogados. E se V.Sa. puder também responder pelo menos isto: qual é o valor dessa despesa? V.Sa. tem uma banca de advogados competentes, eu já disse aqui e reconheci. V.Sa. treinou para vir a esta Casa?

E uma última pergunta. Nós tivemos um período em que as portas da PETROBRAS estiveram abertas, e isso se prova com as diversas declarações inclusive daqueles que se utilizaram do artifício da delação premiada. E, nesse momento em que as portas da PETROBRAS foram escancaradas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Vou encerrar, Sr. Presidente. A Presidente Dilma conseguiu aprovar todos os projetos nesta Casa. V.Sa. acha que isso é coincidência? O povo brasileiro vai acreditar que isso é mera coincidência? Presidente, queria agradecer a V.Exa. pela compreensão e queria que o depoente respondesse às minhas perguntas.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu quero dizer ao senhor que a decisão liminar do Ministro Teori Zavascki me permitia ficar calado aqui. Mas eu vim aqui e respondi a todas as perguntas. O senhor me pergunta ainda sobre os meus advogados. Eu quero informar ao senhor que nós temos um contrato e no contrato há uma cláusula de confidencialidade. Portanto, eu não posso informar ao senhor os valores. Terceiro, eu vim aqui...

O SR. DEPUTADO ROCHA - É o Partido dos Trabalhadores ou é V.Sa. que está pagando?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Existe uma cláusula de confidencialidade. Terceiro, eu vim aqui, convocado que fui, compareci, respondi às indagações, aos questionamentos, fiz os esclarecimentos pertinentes e durante todo o período eu disse só a verdade. E acrescento: os termos das delações premiadas dos delatores, no que se refere a minha pessoa, não são verdadeiros.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, eu quero, para concluir, só 10 segundos. Diante do que foi posto aqui, eu vou pedir aos membros do meu partido que fazem parte da CPI que solicitem ou que requeiram uma cópia desse contrato. Eu acho que o povo brasileiro precisa saber se é o Partido dos Trabalhadores que



está pagando com recurso público ou se é o depoente que está pagando com recurso próprio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Apenas para preservar o trabalho advocatício, que é constitucionalmente protegido. Toda pessoa tem direito a defesa, é um direito fundamental, irrenunciável, e a atuação do advogado deve ser preservada e respeitada.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, se for recurso público, esta Casa tem que investigar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Julio Lopes, último inscrito. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa tarde. Sr. Vaccari, eu tenho nas minhas mãos o relatório do TSE em que está descrito o recebimento por parte da campanha presidencial do valor de R\$13.621.016,85 sem identificação de origem. Diz o documento claramente que não se pode atestar a origem desses recursos, por não conferir com a declaração dos doadores apontados. É um documento do TSE. Pergunto: V.Sa. tem conhecimento da discrepância desses valores na campanha presidencial? Foram 13 milhões e 621 mil recebidos sem declaração de doador.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu não fui da coordenação financeira da campanha da Presidente Dilma no ano de 2014. Nem da coordenação de campanha eu fui. Agora, as contas da Presidente Dilma foram aprovadas pelo TSE, foram apresentadas e aprovadas. Portanto, eu não tenho como contribuir com qualquer informação para o senhor.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - É, eu acho estranho que um homem com suas responsabilidades e com a sua formação não tenha conhecimento dessa informação, que é pública. Eu posso também passar ao senhor posteriormente, é um valor bastante grande para o seu desconhecimento, me surpreende bastante.

Mas, Sr. Vaccari, eu queria fazer uma pergunta numa linha um pouco diferente, porque o senhor já foi vastamente arguido hoje aqui. O senhor certamente é um homem bastante inteligente. Ninguém chegaria à sua posição, tendo a



biografia que o senhor tem, passando por todas as atividades que o senhor passou, sem ser um homem capaz, inteligente, articulado e, obviamente, um homem capaz de conceber estratégias diante de momentos difíceis.

O senhor tem conhecimento, certamente, de que esta CPI é um instituto muito poderoso do povo do Brasil e que já destituiu um Presidente da República numa CPI igual a esta. Eu quero lhe dizer que eu fiz parte aqui de uma CPI, chamada CPI da Pirataria, e nós recebemos aqui aquele que era um dos maiores criminosos do Brasil, assistido por três ou quatro bancas de advocacia diferentes. E ele, na primeira vez em que veio, ele disse que não tinha medo, porque nada lhe aconteceria, porque ele não devia nada, porque ele tinha uma estrutura de *holdings* e sub-*holdings* que ninguém chegava nele durante 20 anos. Nós aqui o prendemos e o colocamos na cadeia por mais de 7 anos.

V.Sa. está seguro da estratégia que concebeu ao se manter calado — porque o senhor não disse nada aqui —, da estratégia que faz ao sustentar que todos os delatores que apontam o senhor como receptor de recursos e de vantagens mentem? Será que todos eles fizeram um conluio contra o senhor gratuitamente? Não é um pouco ousado, da sua estratégia e com a sua inteligência, acreditar que nada lhe acontecerá depois de ter feito essa biografia e de ter tantos acusadores, Sr. Vaccari?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Julio.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - O senhor tem realmente certeza e convicção de que o senhor sairá inocente dessa situação, com tantas evidências de culpa?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu não tenho nenhum CNPJ no meu CPF. Portanto, eu não tenho *holding*, não tenho sub-*holding*, eu tenho CPF. Só lembrando que foi na CPMI da outra Legislatura que o meu sigilo bancário foi rompido e o meu sigilo fiscal. E sobre o que os delatores disseram, eu volto a reafirmar: os termos da declaração dos delatores, no que se refere à minha pessoa, não são verdadeiros.



O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - E, quanto à sua estratégia, o senhor acha que o senhor sai isento de responsabilidade, livre dessa situação?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu vim aqui e já respondi várias vezes a mesma pergunta. Vou, mais uma vez responder: eu sou inocente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao depoente para as suas...

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Sr. Presidente, eu poderia fazer uso da palavra? Eu estou inscrito, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. está inscrito. Quando eu chamei, V.Exa. estava ausente, mas darei a palavra a V.Exa. por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, como brasileiro, lamento muito a forma como aconteceu esta oitiva. Vários jornais noticiaram na primeira página que o Sr. Vaccari foi autorizado a mentir hoje. Isso desmoraliza esta reunião, isso traz uma série de dúvidas em relação ao resultado que nós gostaríamos de conseguir.

A polêmica é uma situação muito grave hoje, porque as informações que nós temos de pessoas que já vieram aqui e que fizeram delação premiada, contaram com detalhes questões do Sr. Vaccari, que ele se reunia todos os meses. Nós mesmos lhes perguntamos: *“Como eram as reuniões? Vocês marcavam com antecedência?”* *“Não, já era pré-agendado. Nós fazíamos reuniões a cada 3 semanas, em média. Nós só confirmávamos o local”*.

Aí o Sr. Vaccari vem e diz que tinham apenas uma relação social, eventual e que os encontrava, eventualmente, num jantar. Quer dizer, nós temos uma informação da delação premiada, daqueles que sabem que é fundamental falar a verdade e de uma pessoa que foi autorizada a não falar a verdade. Quer dizer, fica uma situação muito difícil para todos nós que estamos aqui. Traz uma indignação.

Na verdade, o sentimento é de indignação, porque a gente ouviu tanta coisa aqui em que a gente não acredita, e eu acho que isso acaba trazendo um reflexo do descrédito deste Governo, que só tem 13% de aprovação do povo brasileiro. De cada 100 brasileiros, só 13 acreditam em alguma coisa desse Governo.

O descrédito é tão grande que essas mesmas pessoas, Sr. Presidente, os mesmos dirigentes do Governo, a própria Presidente Dilma vêm e falam bem da



PETROBRAS, que a PETROBRAS está maravilhosa. Depois eles dizem que querem salvar a PETROBRAS. Quer dizer, é esta a grande incoerência: eles, que acabaram com a PETROBRAS, agora dizem que vão salvar a PETROBRAS.

Não bastasse isso, nós temos uma série de informações muito graves em relação ao Sr. Vaccari, e ouvimos dele o tempo todo: *“Eu sou inocente; eu só fiz reuniões sociais”*. E ele faz uma apresentação inicial aqui, com ar professoral, de que tudo foi feito dentro da lei e de que as doações foram feitas absoluta e rigorosamente dentro da lei, como se não existissem outras contabilidades, como se os recursos vindos da propina, da corrupção, tivessem desaparecido.

É lógico que não nos interessa saber daqueles recursos oficiais. Interessam-nos aqueles de que o Sr. Barusco falou. Ele veio e disse que ele dividia a propina. Ele está disposto a devolver 100 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Vitor Lippi.

O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Para concluir, eu gostaria de saber — porque a situação é muito grave, e eu não tenho nenhuma dúvida de que, apesar de o senhor aqui não confirmar nada, tudo leva a crer que a responsabilidade do senhor é muito grande e que não interessa ao senhor, obviamente, dizer quem são os mandantes ou os maiores beneficiários, porque todos nós aqui sabemos quem são os maiores beneficiários de campanha e para onde esse dinheiro foi —, eu gostaria que o senhor falasse mais da ligação que o senhor tem com o Sr. Edinho Silva, atual Ministro, que foi tesoureiro da campanha Dilma.

E gostaria também que o senhor falasse um pouco da relação, até porque o senhor é um homem de confiança tanto do ex-Presidente Lula como da atual Presidente Dilma. Sendo um homem de confiança, eles sempre elogiaram o senhor. Agora, diante desta situação tão grave, como é que fica tudo isso? Como é que fica essa responsabilidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - A decisão do STF, para que eu viesse hoje aqui, inclusive é de que eu poderia ficar calado. Vim, respondi às questões, aos questionamentos que foram feitos. E também quero acrescentar ao senhor que os termos das delações premiadas, no que se refere à minha pessoa, não são



verdadeiros. E, por último, a minha relação com o Presidente Lula é uma relação de respeito, digamos, de respeito. É um relacionamento de respeito. *(Risos.)* E, sobre a questão que o senhor coloca da Presidente Dilma, eu não tenho intimidade com a Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao depoente para as suas considerações finais. Em seguida darei a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só lembrando que o depoente está equivocado, porque ele teve CNPJ já, viu? Mesmo como candidato, o senhor teve um CNPJ. É só para lembrar o senhor. É só para lembrar ao senhor que está equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. João Vaccari, V.Sa. tem a palavra.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu quero agradecer ao Presidente da Comissão, Deputado Hugo Motta, pela condução dos trabalhos, e aos membros da Comissão, porque estive aqui, respondi aos questionamentos. Agradeço a atenção de todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa. a presença.
O Sr. Relator tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, muito rapidamente, primeiro quero agradecer e parabenizar à segurança, em especial a Carla, que está ali. Ela identificou e segurou um cidadão em cargo comissionado cujo objetivo aqui era “bagunçar o coreto”. Então, quero aqui, como Relator, agradecer-lhe e parabenizá-la. *(Palmas.)* E é uma mulher, mostrando que temos mulheres corajosas e aptas para muitas funções.

Segundo, muitos Parlamentares aqui se referiram a Augusto Mendonça, que é a próxima pessoa que vai ser ouvida aqui. Isso reafirma em mim a convicção de que o melhor teria sido ouvirmos o Vaccari em outro momento, depois de termos ouvido os empresários que são um elo nesse processo que nós estamos investigando.

São essas as minhas palavras.
Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Antes de encerrar a reunião, quero dizer que continuaremos firmes e fortes no intuito de aprofundarmos a investigação para encontrarmos os verdadeiros ratos que desviaram recursos e prejudicaram a PETROBRAS. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.